



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2011**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 2546/2010).

**FLORIANÓPOLIS/SC  
2011**

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS .....</b>	<b>5</b>
<b>ORGANOGRAMA FUNCIONAL .....</b>	<b>8</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL .....</b>	<b>18</b>
<b>2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....</b>	<b>19</b>
2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	19
2.1.1) Competência institucional.....	19
2.1.2) Objetivos estratégicos .....	21
2.2) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS .....	22
2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico do DPF .....	22
2.2.2) Análise do plano de ação da UJ referente o exercício de 2010 .....	22
2.3) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	25
2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ .....	25
2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ .....	35
2.4) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO .....	36
2.4.1) Programação orçamentária da despesa .....	36
2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa .....	39
2.4.3) Indicadores Institucionais .....	41
<b>3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS .....</b>	<b>44</b>
3.1) RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	44
<b>4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....</b>	<b>48</b>
4.1) PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES .....	48
<b>5. RECURSOS HUMANOS .....</b>	<b>49</b>
5.1) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	49
5.2) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS .....	50
5.3) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS .....	51
5.4) QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS.....	51
5.5) CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA..	52
5.6) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS .....	55
<b>6. TRANSFERÊNCIAS .....</b>	<b>57</b>
6.1) TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO .....	57
<b>7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO.....</b>	<b>58</b>
7.1) ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ .....	58
<b>8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>60</b>
8.1) GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS .....	60
<b>9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>62</b>
9.1) GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	62
<b>10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO .....</b>	<b>66</b>
11.1) DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	66
11.2) DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO .....	67

11.3) RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	67
<b>12. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 .....</b>	<b>68</b>
12.1) CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS ..	68
<b>RESULTADOS E CONCLUSÕES.....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>70</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

COF/DPF – Coordenação Orçamentária e Financeira – Órgão Central  
DPF – Departamento de Polícia Federal  
DPF/CCM/SC – Delegacia de Polícia Federal em Criciúma  
DPF/DCQ/SC – Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira  
DPF/IJI/SC – Delegacia de Polícia Federal em Itajaí  
DPF/JVE/SC – Delegacia de Polícia Federal em Joinville  
DPF/LGE/SC – Delegacia de Polícia Federal em Lages  
DPF/XAP/SC – Delegacia de Polícia Federal em Chapecó  
GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IN – Instrução Normativa  
IPL – Inquérito Policial  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
PMA – Plano de Metas Anual  
PPA – Plano Plurianual  
RAP – Restos a pagar  
RG – Relatório de Gestão  
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SICONV – Sistema Integrado de Convênios  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SR/DPF/SC – Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária

## **LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES ANEXAS**

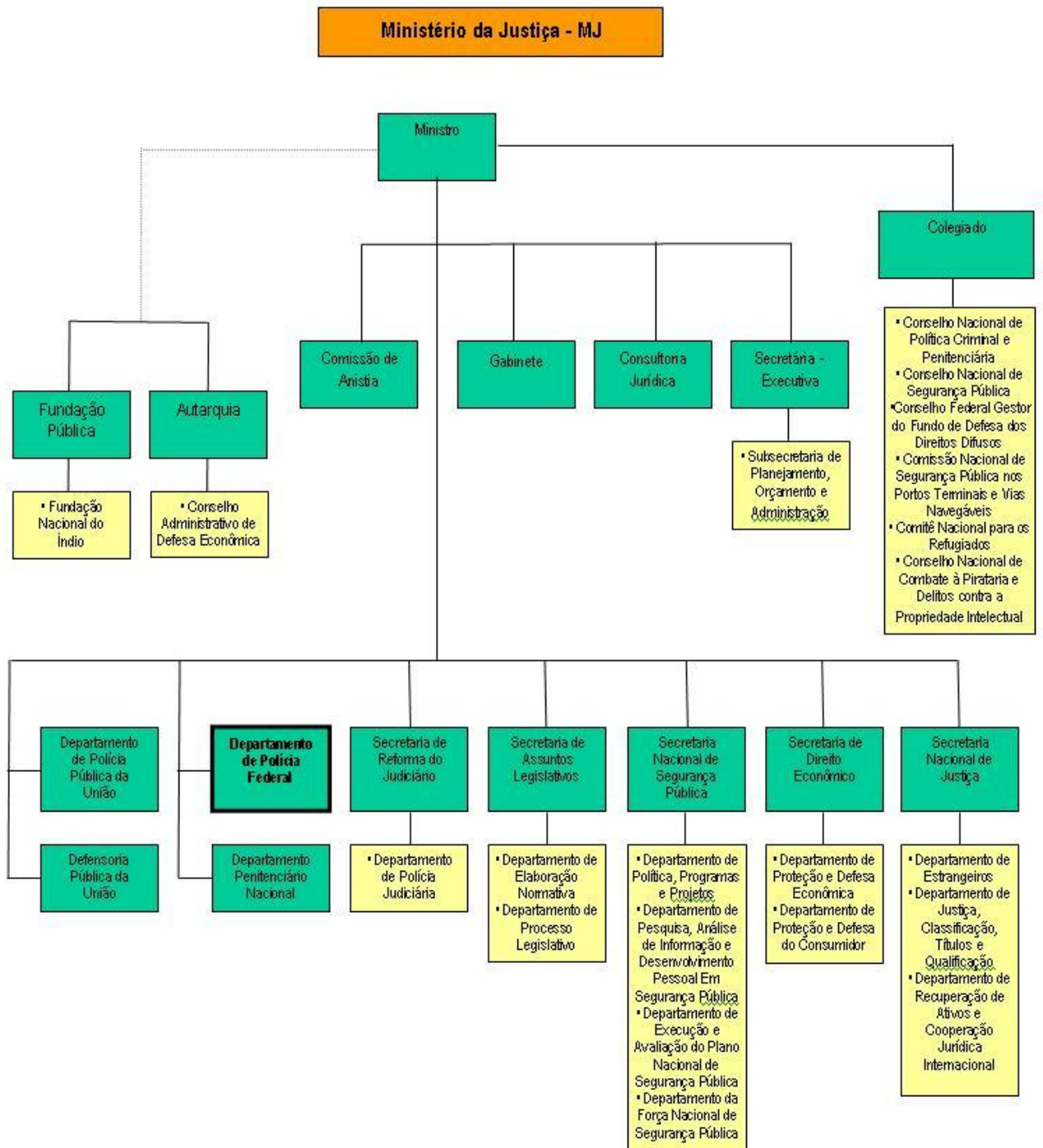
<i>TABELA I – Operações realizadas no ano de 2010.....</i>	<i>12</i>
<i>Quadro A.1 - Identificação da UJ no Relatório de Gestão Individual .....</i>	<i>18</i>
<i>Quadro A.2.1.1 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0087 .....</i>	<i>25</i>
<i>Quadro A.2.1.2 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0089 .....</i>	<i>26</i>
<i>Quadro A.2.1.3 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0662 .....</i>	<i>26</i>
<i>TABELA II - Ações do Programa 0662.....</i>	<i>27</i>
<i>TABELA III – Atividades realizadas EM 2010 pelo Setor de CONTROLE E Fiscalização de Produtos Químicos – SCFPQ/DRE/SR/DPF/SC.....</i>	<i>29</i>
<i>Quadro A.2.1.4 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 0750 .....</i>	<i>30</i>
<i>Quadro A.2.1.5 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1353 .....</i>	<i>31</i>
<i>TABELA IV- Ações do Programa 1353.....</i>	<i>32</i>
<i>TABELA V – Licitações da Ação 8979.....</i>	<i>33</i>
<i>TABELA VI - Licitação da Ação 8980 .....</i>	<i>33</i>
<i>Quadro A.2.1.6 - Demonstrativo da Execução do Programa de Governo 1453 .....</i>	<i>33</i>
<i>TABELA VII - Ações do Programa 1453 – PRONASCI .....</i>	<i>34</i>
<i>TABELA VIII – Apreensão de entorpecentes em SC no ano de 2010.....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ .....</i>	<i>35</i>
<i>Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias.....</i>	<i>36</i>
<i>Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....</i>	<i>38</i>
<i>Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	<i>40</i>
<i>Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	<i>40</i>
<i>TABELA IX – DADOS PARA ANÁLISE DO DESEMPENHO .....</i>	<i>42</i>

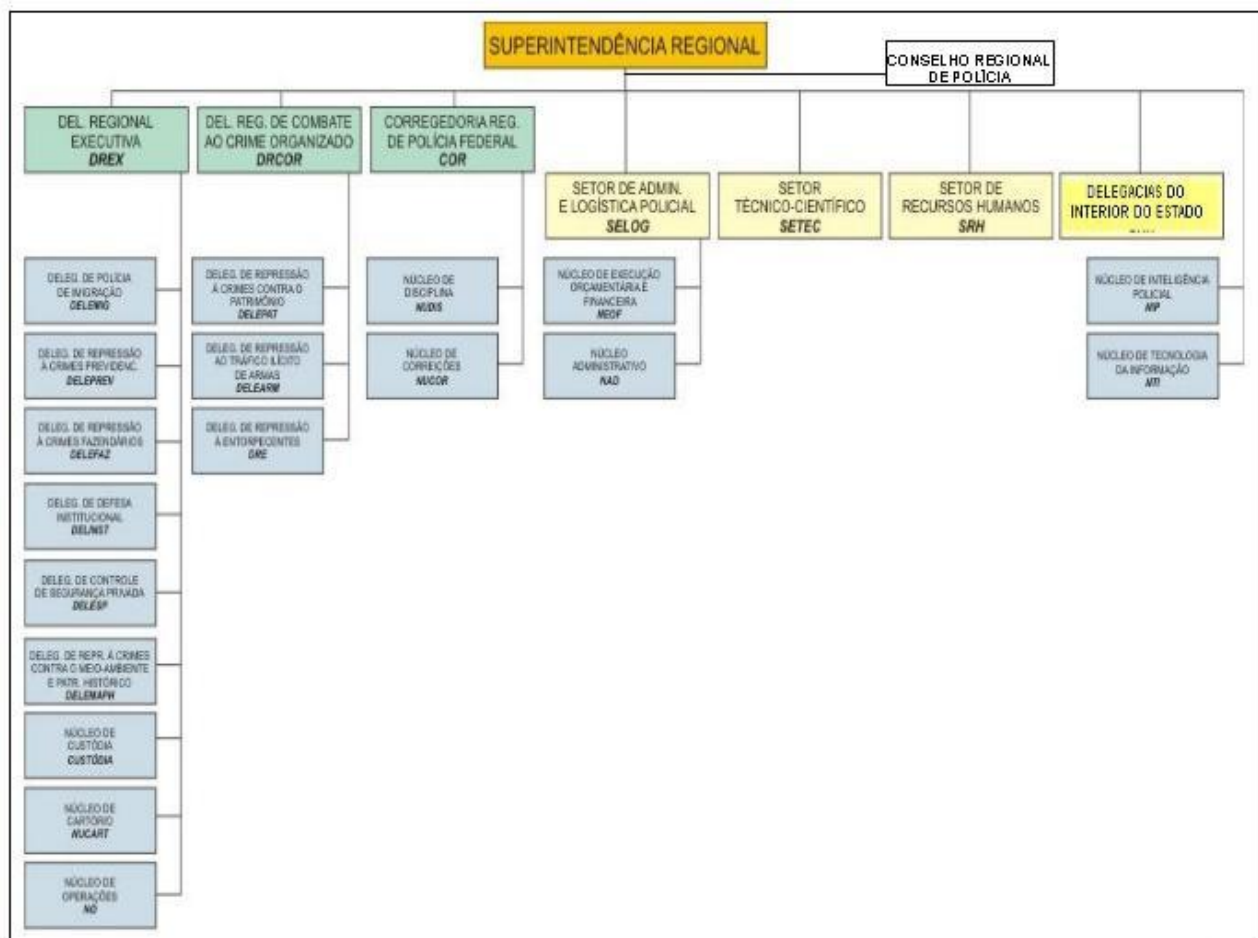
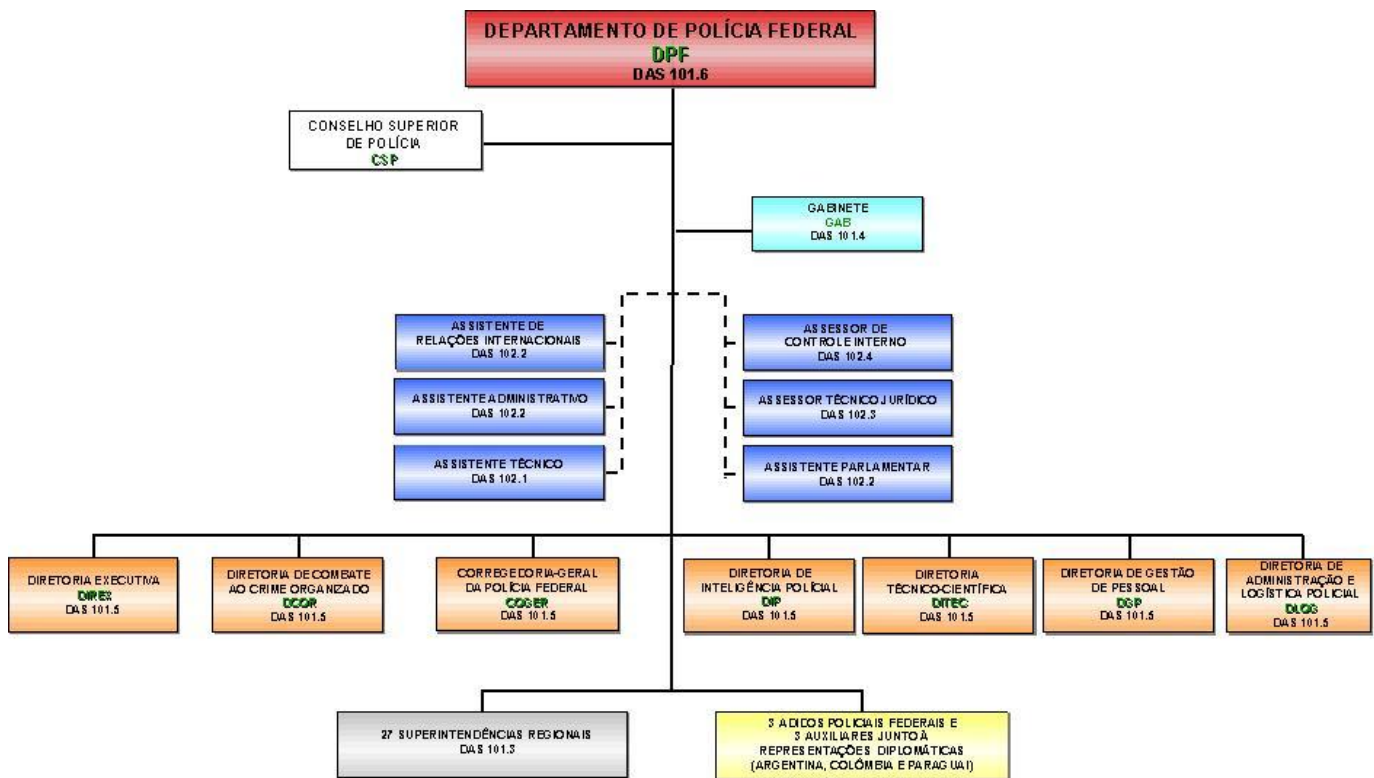
<i>Quadro A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos .....</i>	<i>44</i>
<i>Quadro A.4.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....</i>	<i>48</i>
<i>Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação apurada em 31/12/2010 .....</i>	<i>49</i>
<i>Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010 .....</i>	<i>49</i>
<i>Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010 .....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.....</i>	<i>50</i>
<i>Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010 .....</i>	<i>51</i>
<i>Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....</i>	<i>52</i>
<i>Quadro A.5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de .....</i>	<i>53</i>
<i>mão de obra.....</i>	<i>53</i>
<i>Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....</i>	<i>54</i>
<i>Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ.....</i>	<i>58</i>
<i>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>60</i>
<i>Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....</i>	<i>62</i>
<i>Quadro A.11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros..</i>	<i>62</i>
<i>Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....</i>	<i>62</i>
<i>Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ .....</i>	<i>65</i>
<i>Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....</i>	<i>66</i>
<i>ANEXO I - Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....</i>	<i>70</i>

<i>ANEXO II - Informação referente ao item 8 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010 .....</i>	<i>71</i>
<i>ANEXO III - Informação referente ao item 13 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>72</i>
<i>ANEXO IV - Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício referente ao item 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>74</i>
<i>ANEXO V - Informações Contábeis da Gestão referente ao item 1 da parte b do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>118</i>
<i>ANEXO VI - Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade referente ao Quadro II.C.2 da parte c do anexo II da DN TCU nº 107/2010.....</i>	<i>120</i>



# ORGANOGRAMA FUNCIONAL





### ***Descrição sucinta das competências e atribuições da UJ***

Compete a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina - SR/DPF/SC, no âmbito de sua circunscrição: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação do Departamento de Polícia Federal - DPF; administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do DPF, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do DPF; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob sua guarda.

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão (RG) tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da SR/DPF/SC no ano de 2010, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

O RG está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados na parte A do Anexo II da DN-TCU nº 107/2010, constando as informações gerais de identificação, planejamento e gestão orçamentária, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos, informações sobre restos a pagar, recursos humanos, transferências, declaração referente a contratos e convênios constantes no SIASG e SICONV, declaração relacionada à entrega de declarações de bens e rendas, informações quanto ao sistema de controle interno e sustentabilidade ambiental, gestão do patrimônio imobiliário e da tecnologia da informação, informações quanto ao uso dos cartões de pagamento do governo federal, quanto a determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo.

A Declaração referente ao item 7 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, as Informações referentes aos itens 8, 13 e 17 da parte A do anexo II da DN TCU nº 107/2010, o item 1 da parte B e o Quadro II.C.2 da parte C, constam no Anexo do presente Relatório de Gestão, visando seguir a numeração da Portaria TCU nº 277/2010.

Os itens 14 da parte A, 2 a 5 da parte B, os itens da parte C, os quadros II.C.1, II.C.3, II.C.4, II.C.5 e II.C.6 e Parte D do anexo II da DN TCU nº 107/2010 não se aplicam à natureza jurídica da UJ.

Considerando as características da programação orçamentária do DPF e da descentralização da dotação orçamentária em consonância com os créditos liberados pela Lei Orçamentária Anual (LOA), salienta-se que a SR/DPF/SC atua no contexto do órgão somente como Unidade Jurisdicionada (UJ) executora dos créditos movimentados para as ações da programação de governo no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Considerando a natureza executora da UJ, ficaram prejudicados o preenchimento dos quadros e as análises referentes aos itens 2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes, 2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital, 2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas e 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

No entanto, consta no Quadro A.2.3, do item 2.4.1- Identificação das Unidades Orçamentárias, a Unidade Orçamentária (UO) recebedora das dotações orçamentárias destinadas ao DPF, de forma centralizada, para posterior descentralização e movimentação às UJ vinculadas, que atuam somente na execução das despesas, conforme item 2.4.1.4) Movimentação Orçamentária pro Grupo de Despesa.

Consigna-se também que não se aplica à natureza jurídica da UJ as informações sobre Transferências, constante do Item 6 do presente RG.

Contextualizando a compatibilidade da execução orçamentária com as atividades desta unidade do DPF, informa-se que a SR/DPF/SC está estruturada em sete (07) Unidades Operacionais, composta pela sede, em Florianópolis e seis (06) descentralizadas: Delegacia de Polícia Federal em Lages (DPF/LGE/SC), Delegacia de Polícia Federal em Chapecó

(DPF/XAP/SC), Delegacia de Polícia Federal em Dionísio Cerqueira (DPF/DCQ/SC), Delegacia de Polícia Federal em Itajaí (DPF/IJI/SC), Delegacia de Polícia Federal em Criciúma (DPF/CCM/SC) e Delegacia de Polícia Federal em Joinville (DPF/JVE/SC).

A estrutura da SR/DPF/SC, na sede, é composta de 11 (onze) Delegacias Especializadas, a saber, Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Defesa Institucional, Delegacia de Polícia de Imigração, Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico, e a Delegacia de Policiamento Marítimo, **subordinadas a Delegacia Regional Executiva** e Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio, Delegacia de Repressão a Entorpecentes, Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros, **subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado**. Ademais, compõe sua estrutura a **Corregedoria Regional de Polícia**, 04 (quatro) Núcleos, a saber, Núcleo Operacional, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de Inteligência Policial e Núcleo Cartorário, e 3 (três) Setores, a saber, Setor de Recursos Humanos, Setor Técnico-Científico e Setor de Administração e Logística Policial.

O Estado de Santa Catarina é um Estado de posição estratégica na Região Sul do País, posicionado entre o Estado do Paraná e o Rio Grande do Sul, fazendo, ainda, fronteira com a Argentina. A população atual de Santa Catarina está estimada em aproximadamente 6 (seis) milhões de habitantes<sup>1</sup>, com a maior concentração populacional na região de Florianópolis, grande Florianópolis e nas cidades de Joinville, Criciúma, Chapecó, Lages e Itajaí, cidades onde se encontram a maioria das descentralizadas da SR/DPF/SC.

A visão estratégica da atuação do DPF neste Estado é manter a integração dos núcleos de inteligências policial de suas unidades iniciada no ano de 2009, no sentido de combater, de forma efetiva e ampla, a criminalidade, o que apresentou resultados positivos no exercício de 2010, adiante explicitadas.

No ano de 2010 foram instaurados 2.848 (dois mil oitocentos e quarenta e oito) inquéritos policiais no Estado de Santa Catarina, concluídos 3.147 (três mil cento e quarenta e sete), restando em andamento 2.172 (dois mil cento e setenta e dois) inquéritos, em consulta na data de 31/12/2010. Destacam-se abaixo as ações operacionais de maior repercussão no ano de 2010.

*TABELA I – OPERAÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2010*

<b>OPERAÇÕES REALIZADAS</b>	<b>PERÍODO DE INVESTIGAÇÃO</b>	<b>RESUMO</b>	<b>RESULTADOS (IMPACTO FINANCEIRO)</b>
<b>TRAMP</b>	Três meses	Repressão ao tráfico de répteis, anfíbios e produtos derivados nos Portos de SC (Portos de Imbituba, Itajaí e São Francisco do Sul)	Nenhuma apreensão de réptil ou derivados foi registrada. A presença da PF nos portos foi elogiada pelas autoridades aduaneiras

<sup>1</sup> Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>2</sup> Regulamentado pela IN 11/2005-DG/DPF.

<sup>3</sup> Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

<sup>4</sup> O acordo foi assinado na manhã do dia 04 de outubro de 2010, pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em

<b>SÃO FRANCISCO</b>	Jul/2010	Repressão ao tráfico internacional de animais silvestres	Foram apreendidos em Florianópolis centenas de animais e efetuada a prisão de dois supostos traficantes
<b>ARVOREDO</b>	Em andamento Desde Fev/2010	Construção de empreendimentos imobiliários em áreas de preservação permanente e terras de marinha, envolvendo corrupção de servidores públicos e licenciamento.	IPL 118/2010
<b>LICENCIAMENTO</b>	Em andamento Desde Set/2010	Construção de empreendimentos imobiliários em áreas de preservação permanente e terras de marinha, envolvendo corrupção de servidores públicos e licenciamento irregular	IPL 472/2020
<b>VÃO LIVRE</b>	--	Repressão ao comércio irregular de animais da fauna silvestres brasileira e exótica, por parte de criadouros comerciais. Realizado em Itaiópolis e Blumenau/SC	Instauração de IPL e Prisão de 02 (duas) pessoas. Criadouros embargados pelo IBAMA e aves apreendidas e destinadas ao Zoológico de Balneário Camboriu/SC
<b>OM n° 322/10</b>	06 de abril/2010	Desmatamento de Mata Atlântica em Biguaçu, Florianópolis/SC	Instauração de IPL
<b>OM n° 294/10</b>	26 a 30 de abril/2010	Vistoria da ocupação irregular de áreas de marinha e construção na APA DA BALEIA FRANCA. Realizado em Garopaba, Imbituba, Jaguaruna e Tubarão/SC	IPL 416/10 e 118/2010
<b>CARÇAÇA</b>	15/11/09 a 17/03/10	Reprimir o contrabando de pneus usados e o descaminho de pneus novos	Apreensão de mais de 40mil pneus usados de importação clandestina, além de pneus novos, maquinário, veículos (carros e caminhões) e lanchas
<b>FÁRMACO</b>	26/07/10 a 30/07/10	Reprimir a venda irregular de substâncias anabolizantes e/ou sujeitas a controle especial, bem como de medicamentos falsificados	Foram apreendidos milhares de caixas de medicamentos controlados com venda irregular, fechadas três farmácias e efetuada a prisão de um proprietário de farmácia que realizava a venda de medicamentos falsificados
<b>PANACÉIA</b>		Reprimir a venda irregular de substâncias proibidas	Foram apreendidos centenas de caixas de substância de comércio proibido (“índiano talum”), resultando na prisão em flagrante

	05/10/10 a 17/10/2010		de uma pessoa.
<b>MERCADO LIMPO</b>	05/10/10 a 30/11/2010	Reprimir a venda de produtos de informática realizada por meio do site “www.MercadoLivre.com”	Foram apreendidos mais de 150 notebooks, entre inúmeros outros materiais de informática, três veículos, bem como realizada a prisão em flagrante de quatro indivíduos
<b>QUARESMA</b>	Março/2010	Operação realizada em conjunto com o IBAMA e IcmBio de combate aos crimes ambientais na costa catarinense (Pesca ilegal do camarão durante o defeso)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apreensão de 07 (sete) embarcações;</li> <li>- 01 (um) auto de Prisão em flagrante;</li> <li>- 03 (três) comandantes de embarcação presos em flagrante por crime ambiental;</li> <li>- aplicação de 06 (seis) multas no valor de R\$ 481.200,00;</li> <li>- apreensão de 21.460 Kg de pescado doados para comunidade carente.</li> </ul>
<b>PIRAJUBAÉ</b>	Maió/2010	Operação conjunta com o Instituto Chico Mendes visando coibir a pesca ilegal de marisco na Reserva Marinha do Pirajubaé	Apreensão de petrechos de pesca de marisco
<b>NAVEGANTES</b>	Abril/2010	Operação de repressão ao tráfico de drogas em contêineres oriundos do Porto de Cartagena na Colômbia	Não houve apreensão
<b>CAMPECHE</b>	Abril/2010	Operação de Patrulhamento marítimo e terrestre na Ilha do Campeche realizada em conjunto com o SETEC/SR/SC, visando prevenção e repressão de crimes ambientais praticados por moradores e visitantes da Ilha	Elaborado Laudo Pericial de constatação de degradação ambiental na Ilha
<b>GRIFO I</b>	Maió/2010	Operação de prevenção e repressão à crimes ambientais na região de Francisco do Sul – Pesca do camarão no defeso, ocupação irregular e crimes ambientais no complexo de ilhas da Baía Babitonga. Em conjunto com DELEMAP e DPF/JVE/SC	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apreensão de três embarcações pela prática de pesca durante o período do defeso do camarão;</li> <li>- apreensão de uma tonelada de camarão, que foram doados para instituições assistenciais;</li> <li>- apreensão de três embarcações ancoradas e pescando dentro a área de segurança da Monobóia da Petrobrás;</li> <li>- elaborado um Termo Circunstaciado contra serraria</li> </ul>

			irregular.
<b>ARVOREDO</b>	Julho/2010	Operação de repressão à pesca ilegal no interior da Reserva Marinha do Arvoredo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- um flagrante delito pela prática de crime ambiental - pesca ilegal em reserva;</li> <li>- 10 (dez) pessoas presas em flagrante delito;</li> <li>- apreensão da embarcação Oceanus e de todos os petrechos de pesca utilizados.</li> </ul>
<b>PREPS</b>	Julho/2010	Operação em conjunto com IBAMA e Ministério da Pesca, visando a repressão da pesca ilegal da tainha na costa catarinense durante o período do defeso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- apreensão de uma embarcação de médio porte;</li> <li>- apreensão de 50 (cinquenta) toneladas de tainha capturadas dentro da área proibida pelo IBAMA;</li> <li>- aplicação de multa no proprietário da embarcação no valor de <b>R\$ 1.030.000,00</b></li> </ul>
<b>MEDUSA</b>	Fevereiro a Julho/2010	Operação desenvolvida em conjunto com a DRE/SC, visando a repressão ao tráfico internacional de entorpecentes praticado nos portos catarinenses	<ul style="list-style-type: none"> <li>- prisão de 07 (sete) traficantes internacionais,</li> <li>- apreensão de 300 (trezentos) kg de cocaína na Inglaterra;</li> <li>- apreensão de 62 (sessenta e dois) kg de cocaína na cidade de Rio Grande/RS.</li> <li>- apreensão de 16 (dezesesseis) quilos de cocaína no Aeroporto Internacional de São Paulo.</li> </ul>
<b>MONALISA</b>	Fev/Abr	Combate tráfico internacional em cooperação com DEA (USA)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 veículo apreendido;</li> <li>- prisão de quadrilha Africana.</li> </ul>
<b>CADAFALSO</b>	05/05/2010 a 16/12/2010	Combater quadrilha de falsificadores de cédulas, narcotraficantes e estelionatário pela DPF/IJI/SC	R\$ 11.400,00 em cédulas falsas apreendidas, mais 16,5kg de cocaína
<b>PAROLIM II</b>	1 mês	Combate a retirada de madeira ilegal no assentamento Fazenda Parolim, pela DPF/IJI/SC	
<b>SUMMER</b>	Dez/2009 – Abr/2010	Investigação de tráfico de drogas em Santa Catarina em conexão com o Mato Grosso do Sul. Foram investigados três núcleos familiares de traficantes distintos, desdobrando-se em várias vertentes	Apreensão de 57,18kg de cocaína/crack, avaliados em R\$ 857.700,00 - preço médio da cocaína / crack a R\$ 15.000,00 o quilo -, além de R\$ 42.700,00 em espécie, armas e veículos



		investigativas. No total, foram apreendidos, nesta Unidade e em outras, 57,18kg de cocaína/crack, além de armas, veículos e dinheiro em espécie, o que gerou a prisão de 24 pessoas e a decretação da preventiva e indiciamento de outras	
<b>BRUXO</b>	Fev/2010 – Abr/2010	Desdobramento da “Operação Summer”, resultou na prisão, em Itajaí e região, de 06 pessoas ligadas ao tráfico interestadual de drogas e à clonagem de veículos, bem como na apreensão de 4,33kg de cocaína/crack e 240gr de maconha, assim como armas, munições e veículos	Apreensão de 4,33kg de cocaína/crack, avaliados em R\$ 64.950,00 - preço médio da cocaína / crack a R\$15.000,00 o quilo -, além de R\$3.955,00 em espécie, armas e veículos
<b>ENCRUZILHADA</b>	Fev/2010 – Ago/2010	Investigação relacionada ao tráfico internacional de drogas, realizada em conjunto com a SENAD/PY. Acarretou a apreensão de 152,68kg de cocaína/crack (em Itajaí e diversos outros locais), 02kg de maconha, armas, munições, veículos e dinheiro em espécie, assim como a prisão em flagrante e preventiva de 34 pessoas, havendo ainda foragidos	Apreensão de 152,68kg de cocaína/crack, avaliados em R\$ 2.290.200,00 - preço médio da cocaína / crack a R\$ 15.000,00 o quilo -, além de R\$ 800,00 em espécie, armas e veículos
<b>CARRO-VELHO</b>	Ago/2010 – Nov/2010	Teve por objeto o tráfico interestadual de drogas (SC, PR, SP, MS e MG). No procedimento da DPF/IJI/SC, gerou a prisão de 05 pessoas e a apreensão de 291kg de maconha e de 265 gramas de cocaína em SC e no MS. Após compartilhamento de provas com a DPF de Araçatuba/SP para prosseguimento, foi encerrada em SC em nov/2010	Apreensão de 291kg de maconha e de 265 gramas de cocaína, avaliados em R\$ 236.775,00 - preço médio da cocaína / crack a R\$15.000,00 o quilo e da maconha a R\$ 800,00 o quilo -, além de arma e veículos
<b>CONGRIO</b>	Ago/2010 – em andamento	Tem por objeto o tráfico interestadual de drogas. Até o momento, gerou a prisão de 02 pessoas e a apreensão de 09kg de cocaína, 02 veículos e dinheiro em espécie	Apreensão (até o momento) de 28,5kg de cocaína/crack, avaliados em R\$ 427.500,00 - preço médio da cocaína / crack a R\$ 15.000,00 o quilo -, além de R\$ 4.500,00 em espécie e veículos

<p><b>ANA MARIA</b></p>	<p>25/08/2009 – 21/11/2010</p> <p>Deflagrada em 09/11/2010</p>	<p>Contrabando de cigarros oriundos principalmente do Paraguai. Alvos atuavam em Santa Catarina (Região de Itajaí, Região de Criciúma e Região de Lages) e no Paraná (Foz do Iguaçu e Palmas). Foram efetuadas 22 prisões</p>	<p>Valores apreensões (multas devidas RF): R\$ 5.602.982,85</p> <p>Veículos apreendidos: R\$ 1.098.273,00</p>
-------------------------	--	---	---

Fonte: Relatório de Atividades 2010 da SR/DPF/SC

Na atuação preventiva/repressiva a SR/DPF/SC traçou como meta para o exercício de 2010 a intensificação no combate aos crimes ambientais, em atuação conjunta entre a Delegacia Ambiental e a Delegacia de Policiamento Marítimo, principalmente na circunscrição da SR/DPF/SC em virtude da orla marítima, a crescente pesca predatória que intimida a atuação dos pescadores artesanais e a necessidade de desenvolvimento de consciência ambiental pela sociedade local.

O DPF conta com três unidades de Policiamento Marítimo no Estado de Santa Catarina, localizados nas cidades de Florianópolis – Delegacia de Polícia Marítima –, Itajaí e Joinville – Núcleos de Polícia Marítima –, utilizando-se de 1 (uma) lancha e 6 (seis) botes infláveis. Em suas atividades mais frequentes estão: patrulhamento costeiro; policiamento portuário; desembarço de navios mercantes; imigração de estrangeiros dos navios de turismo; policiamento nas áreas de fundeio; patrulhamento nas áreas de proteção ambiental, operações de combate da extração ilegal de areia em leito de rio (dragagem irregular); apoios às operações policiais e às requisitadas pelo Ministério Público, bem como apoio às atividades do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Tendo em vista a posição estratégica de Florianópolis, com alta rotatividade de pessoas e embarcações, em 2010 foram registradas mais de 6 (seis) mil diligências referentes a estrangeiros (recadastramentos, registros, prorrogações de permanências, etc.); fiscalização em pelo menos 202 (duzentas e duas) embarcações; atendimento de mais de 68 (sessenta e oito) mil cidadãos no tráfego internacional de brasileiros/estrangeiros no aeroporto da capital e 56 (cinquenta e seis) mil cidadãos no tráfego marítimo.

Considerando que no exercício de 2010 ocorreram as eleições para Presidente da República, Governador, Deputados e Senadores, o DPF envolveu grande parte de seu efetivo no apoio ao bom andamento das eleições e priorizou as investigações e inquéritos policiais no combate aos crimes dessa natureza.

Mesmo com as metas alinhadas às diretrizes do órgão e as previsões e estratégias traçadas, a imposição de cortes orçamentários no final do primeiro semestre do exercício de 2010 resultou na mudança das estratégias desta UJ, que passou a priorizar as ações de repercussão nacional, isto é, as operações permanentes. As limitações orçamentárias redundaram em dificuldades na ação de Apoio Administrativo, principalmente nas metas de melhoria das condições prediais das Delegacias do interior do Estado e os encaminhamentos dos projetos das novas obras.

Para o exercício de 2011 a SR/DPF/SC traçou como plano de ação a manutenção das ações iniciadas em 2010 com a conseqüente retomada das ações sobrestadas pelas restrições orçamentárias daquele exercício.

# 1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

## QUADRO A.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ NO RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Santa Catarina			
Código SIORG: 001157	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200370	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(048)3281-6502	(048) 3281-6501	(048) 3281-6600
E-mail: <a href="mailto:gab.srsc@dpf.gov.br">gab.srsc@dpf.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Paschoal Apóstolo Pítisica, n. 4744, Agronômica, Florianópolis/SC			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</li> <li>- Decreto n. 77.665/72, de 02.06.72.</li> <li>- Portaria n. 39/DG/75, de 18.03.75. Transforma Divisão em Superintendência Regional.</li> </ul> FUNAPOL: Lei Complementar 89, de 18.02.1997.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decreto n. 6.061/2007, de 15.03.2007.</li> <li>- Portaria n. 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno.</li> <li>- Instrução Normativa n. 13/DG/DPF, de 15.06.2005</li> </ul>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200060	Superintendência Regional da Polícia Federal em SC		
200370	Superintendência Regional da Polícia Federal em SC		
200371	Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - SC		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200060		00001	
200370		00001	
200371		00001	

## **2. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **2.1) RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

#### ***2.1.1) Competência institucional***

O DPF, órgão integrante da administração direta do Governo Federal, é vinculado ao Ministério da Justiça e tem como raízes a Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808. Posteriormente foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública por meio do Decreto-Lei nº 6378/44, e finalmente em Departamento de Polícia Federal (DPF) em virtude do Decreto-Lei nº 200/1967. Hodiernamente, é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas como Unidades Gestoras (UG), tal qual a SR/DPF/SC.

As atribuições do DPF estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional preservando a ordem, a incolumidade das pessoas e o patrimônio público. Mais especificamente, o DPF deve:

Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, o DPF apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabem, ainda, ao DPF as seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964 e Lei 12.037/2009); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003); Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal); Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004); Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964); e Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Com base em documentos de seu acervo, a instalação da primeira unidade da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina data de 1965 e foi criada com a reorganização do Departamento Federal de Segurança Pública, como era denominado à época o DPF. O Decreto nº 56.510/1965 criou a Sub-Delegacia do Departamento Federal de Segurança Pública de Santa Catarina, a qual era sediada em Florianópolis – SC e subordinada a Delegacia Regional/Seção Sul, sediada no Estado do Paraná. Em 1972, por meio do Decreto nº 70.665/1972, revogado pelo Decreto nº 73.332/1973, a Sub-Delegacia foi elevada a condição de Divisão de Polícia Federal e, em 1975, efetivamente, passou a ser denominada Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina - SR/DPF/SC, através da Portaria nº 39/DG/1975.

A competência das Superintendências Regionais, na sua área de atuação, está prevista nos arts. 24, 26 e 27 da Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal:

Art. 24. Às Superintendências Regionais, na sua área de atuação, compete:

- I – planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;
- II – administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;
- III – propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais;
- IV – executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento;
- V – apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;
- VI – promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e
- VII – adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

...

Art. 26. Às Divisões e aos Serviços compete:

- I – planejar, coordenar, orientar e controlar, em nível central e descentralizado, a execução das atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;
- II – apoiar e acompanhar o desenvolvimento das operações policiais integradas com outras unidades centrais e descentralizadas, ou junto a outros órgãos governamentais, controlando a alocação e o uso dos recursos necessários;
- III – propor normas e diretrizes específicas, correlatas à sua área de atuação, tendo em vista a padronização de procedimentos e a otimização do desempenho das unidades sob sua supervisão, em nível central e descentralizado;
- IV – organizar, atualizar e divulgar a legislação e a jurisprudência correlatas às matérias de sua competência, visando à uniformização na classificação de delitos, quando for o caso;
- V – realizar, junto às Diretorias, Coordenações-Gerais e Coordenações, estudos de viabilidade para elaboração de convênios e instrumentos correlatos, tendo em vista a operacionalização de ações policiais e administrativas; e
- VI – elaborar estudos e dispor de dados acerca das ações em sua área de atuação, e consolidar relatórios de avaliação e desempenho das atividades, com vistas à definição de padrões de eficiência e eficácia, a fim de subsidiar decisões superiores.

Art. 27. Às Delegacias, Setores, Núcleos e CIAPA, competem:

- I – planejar, coordenar, controlar, executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação;
- II – executar operações policiais específicas, e aquelas integradas com outras unidades ou junto a outros órgãos governamentais, quando for o caso;
- III – cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas e diretrizes específicas emanadas das unidades centrais na execução das atividades correspondentes a sua área de atuação, dispondo da legislação, jurisprudência e outras informações correlatas; e
- IV – dispor de dados acerca do desempenho de suas ações específicas, e consolidar relatórios de tais atividades, a fim de subsidiar os níveis hierárquicos superiores.

As competências específicas das principais unidades da SR/DPF/SC estão definidas na

### **2.1.2) Objetivos estratégicos**

Primeiramente, cumpre esclarecer que o DPF tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Isto decorre do entendimento de que, no contexto da Segurança Pública, as organizações criminosas se tornam mais complexas e avançadas a cada dia, o que demanda das instituições que atuam nessa arena de intenso desenvolvimento, a utilização de instrumentos que apóiem escolhas racionais e que forneçam confiança e conhecimento dos fatos.

Dessa forma, por meio de metodologia científica, procura-se determinar futuros probabilísticos de maior generalidade criando cenários – histórias sobre a forma que o mundo pode assumir –, sejam eles possíveis, realizáveis ou desejáveis.

Sabe-se que o futuro da criminalidade brasileira não pode ser predito, no entanto, as ameaças e pontos fracos que ela traz consigo, podem ser estudados e entendidos e, com base em tais considerações, estratégias e políticas, podem ser formuladas para influenciar os eventos que virão no sentido de minimizar seus impactos sobre a sociedade, ou até extingui-los.

Isto posto, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, o planejamento estratégico do DPF pôde ser representado por três instrumentos:

I. Plano Estratégico, composto por:

- a) Histórico;
- b) Negócio;
- c) Missão;
- d) Visão;
- e) Valores;
- f) Fatores Críticos de Sucesso;
- g) Políticas Corporativas;
- h) Macro Objetivos;
- i) Objetivos Institucionais; e
- j) Ações Estratégicas.

II. Portfólio Estratégico, composto por:

- a) Objetivos Institucionais; e
- b) Ações Estratégicas.

III. Mapa Estratégico, composto por:

- a) Missão;
- b) Visão;
- c) Perspectivas;
- d) Macro Objetivos;
- e) Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
- f) Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

Entretanto, durante os 10 (dez) primeiros meses de 2010, os objetivos do DPF estavam

representados unicamente em seu Plano Estratégico. Nesse descortino, para efeito do período abrangido por este RG, os objetivos estratégicos do DPF são:

- I. **Adequação dos recursos humanos:** adequação qualitativa e quantitativa dos recursos humanos do DPF ao desempenho de suas atribuições legais;
- II. **Organização dos recursos materiais:** organização dos recursos materiais do DPF, adequando-os à sua funcionalidade institucional;
- III. **Compatibilização da estrutura organizacional do DPF com os seus processos:** compatibilizar a estrutura organizacional do DPF com os seus processos, buscando a excelência, celeridade e efetividade, maximizando os recursos disponíveis, de modo a obter os melhores resultados;
- IV. **Divulgação, promoção e defesa institucional:** divulgação da missão, valores e resultados do trabalho do DPF, junto aos públicos interno e externo, adequando qualitativa e quantitativamente sua sistemática à sua destinação legal;
- V. **Ordenação dos recursos financeiros:** ordenação qualitativa e quantitativa dos recursos do DPF ao seu planejamento orçamentário e financeiro;
- VI. **Cooperação com instituições e organismos nacionais e internacionais:** promover ações de cooperação com instituições e órgãos parceiros, nacionais e estrangeiros;
- VII. **Aproveitamento dos recursos de C&T:** melhor aproveitamento dos recursos científico-tecnológicos disponíveis, fortalecendo o DPF no desempenho de suas atribuições legais;
- VIII. **Manutenção e atualização do Plano Estratégico:** envidar os esforços necessários, a fim de manter e atualizar o Plano Estratégico do DPF;
- IX. **Implantação da Gestão de Qualidade Total – GQT:** fazer do DPF um modelo de gestão pública, reduzindo, simplificando, melhorando e informatizando todos os processos administrativos internos, bem como os associados à prestação de serviços ao público.

## **2.2) ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

### ***2.2.1) Análise do andamento do plano estratégico do DPF***

A análise do Plano Estratégico do DPF está a cargo da unidade central e comporá o RG daquela UJ.

No entanto, a SR/DPF/SC buscou traçar suas metas em consonância com as diretrizes e objetivos do Plano Estratégico do DPF, visando unicidade de ações em busca da melhoria da gestão e, conseqüentemente, resultados mais mensuráveis e eficientes.

### ***2.2.2) Análise do plano de ação da UJ referente o exercício de 2010***

O Plano de Ação da SR/DPF/SC no exercício de 2010 visou atender as diretrizes da Direção Geral do DPF traçadas no Plano Estratégico, as quais são coordenadas pelas Diretorias das unidades centrais do DPF, nas respectivas áreas de atuação.

Para tanto, foi elaborado o Plano de Metas Anual para o exercício de 2010, dividido em três blocos, a saber:

#### **I. Metas Policiais:**

- a) Incrementar o combate aos crimes ambientais;
- b) Incrementar o combate aos crimes de corrupção;
- c) Incrementar o combate ao tráfico ilícito de drogas;
- d) Incrementar o combate aos crimes financeiros e de lavagem de dinheiro;
- e) Incrementar o patrulhamento na costa do litoral catarinense;
- f) Incrementar a fiscalização nos portos de Santa Catarina;
- g) Incrementar a apuração de crimes eleitorais;
- h) Agilizar a conclusão dos IPL's em andamento;
- i) Agilizar a conclusão das perícias.

As metas policiais estabelecidas para a SR/DPF/SC alcançaram os objetivos esperados, principalmente com relação ao combate aos crimes ambientais e o patrulhamento da costa do litoral catarinense.

A repercussão positiva das parcerias com organismos de fiscalização e de preservação ambiental resultaram em ações conjuntas, inclusive na doação de uma lancha do Ministério da Pesca para a SR/DPF/SC.

Frente às responsabilidades constitucionais e às determinações da Direção Geral do DPF, a maior dificuldade enfrentada pela SR/DPF/SC foi a de manter o atendimento dos recrutamentos para as operações permanentes do órgão junto às fronteiras paralelamente às atividades de rotina da unidade. Soma-se a isso a carência de efetivo e o grande número de afastamentos legais.

## **II. Metas Administrativas:**

- a) Construção da Delegacia de Dionísio Cerqueira;
- b) Devolver as casas funcionais de Dionísio Cerqueira;
- c) Construção da sede NEPOM Florianópolis/SC;
- d) Incorporar terreno para construção da Sede NEPOM Joinville;
- e) Incorporar terreno para construção da Sede NEPOM e da Delegacia de Itajaí;
- f) Incorporar terreno para construção da Sede própria da Delegacia de Chapecó;
- g) Incorporar terreno para construção da Sede própria da Delegacia de Criciúma;
- h) Equipar base operacional no porto de Imbituba/SC;
- i) Dar destino aos veículos apreendidos e construir abrigo no pátio;
- j) Promover a reforma no prédio da SR para corrigir infiltrações;
- k) Promover a reforma da DPF/JVE/SC;
- l) Formar Brigada de Incêndio na SR/DPF/SC.

As metas administrativas delineadas pela SR/DPF/SC tiveram resultados adversos devido aos fatores externos que demandaram mudança de estratégia de atuação, como a construção da sede da DPF/DCQ/SC que já havia sido aprovada no PLANOB/2010 e suspensa pelos cortes orçamentários impostos para obras pelo Governo Federal.

As incorporações de áreas para construção de sedes próprias e as devoluções de terrenos e casas funcionais dependeram de ações do Patrimônio da União, sendo que alguns ainda dependem de deliberações junto àquele órgão.

A ação para melhoria das instalações da DPF/JVE/SC não obteve resultados no exercício de 2010 em virtude da ausência de projetos para instrução do processo licitatório.



A meta traçada para formação de Brigada de Incêndio também permanecerá nas metas para 2011 em virtude das pendências de adequação das instalações físicas da SR/DPF/SC para a certificação concedida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Florianópolis e o agendamento do treinamento.

A correção das infiltrações na laje do auditório da SR/DPF/SC, traçada como meta para o exercício de 2010, foi alcançada com sucesso.

A meta administrativa mais exitosa foi da destinação dos veículos apreendidos que estavam estacionados no pátio da SR/DPF/SC e a instalação de abrigo para estacionamento. Tal meta contou com a intensa atuação do gestor da unidade e a parceria do Conselho Nacional de Justiça, do Poder Judiciário e do Ministério Público, resultando em uma ação conjunta que será citada como boas práticas da gestão para outras unidades da Federação, inclusive para os organismos estaduais de segurança pública.

### III. Metas Institucionais - Gestão de Pessoas:

- a) Treinar/Capacitar o efetivo policial e administrativo da SR/DPF/SC;
- b) Realizar ações voltadas à melhoria da saúde do servidor;
- c) Melhorar o ambiente de trabalho na SR/SC e descentralizadas;
- d) Realizar treinamento de defesa pessoal e armamento e tiro para o efetivo policial;
- e) Aumentar o efetivo policial e administrativo nas unidades do DPF em SC.

As metas institucionais traçadas pela SR/DPF/SC para o exercício de 2010 obtiveram resultados positivos. No entanto, os resultados poderiam ter sido melhores se não fossem os contingenciamentos humanos e orçamentários.

Destaca-se no cumprimento das metas institucionais o Treinamento em Armamento e Tiro, desenvolvido pelo Núcleo de Armamento e Tiro, que capacitou mais de 300 (trezentos) policiais, alcançando um percentual de mais de 70% do efetivo. Este é considerado pela Administração da unidade um dos treinamentos mais importantes para garantir a segurança na atividade finalística do órgão.

Outra ação com excelentes resultados foi o Programa da Semana da Saúde, desenvolvido pelo Serviço Social da SR/DPF/SC que, no exercício de 2010, somou forças com a parceria da Polícia Rodoviária Federal alcançando o atendimento de todas as unidades da SR/DPF/SC no Estado, contemplando, assim, as metas de ação voltadas à melhoria da saúde do servidor e melhoria do ambiente de trabalho. O relatório do Programa consta do Anexo IV do presente RG.

Não obstante as metas estabelecidas no Plano de Melhoria da Gestão 2010 da SR/DPF/SC, destaca-se o resultado final do Projeto de Tratamento e Gestão Documental, desenvolvido pela Comissão Permanente Descentralizada de Avaliação de Documentos - CDAD/SR/SC, que resultou em maior qualidade e eficiência no tratamento da documentação da unidade e a preservação de sua história. Destarte, o resultado deste trabalho garante à administração da unidade segurança da preservação da documentação comprobatória da gestão. É entendida ainda como ação relevante e indispensável para as unidades do DPF em toda Federação diante das peculiaridades da atividade finalística com a preservação das provas, da sua própria história e das responsabilidades fiscais do agente público ao administrar o orçamento da União. Assim, para demonstrar mais uma boa prática da unidade, segue no Anexo IV deste RG cópia do relatório do citado Projeto.

Muito embora o Plano de Melhoria da Gestão 2010 da SR/DPF/SC não estivesse explícito em seu Plano de Metas, melhorar a gestão era um dos objetivos estratégicos do DPF para o

exercício de 2010. Assim, todas as Superintendências Regionais do DPF participaram do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, que culminou com o processo de auto-avaliação de suas respectivas gestões para revisão de práticas e propostas de melhorias. O Plano de Melhoria da Gestão 2010 da SR/DPF/SC consta do Anexo IV deste RG.

## 2.3) PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

### 2.3.1) Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

#### 2.3.1.1) Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

#### QUADRO A.2.1.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 0087

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0087		Denominação: Gestão da Política de Previdência Social				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Implementar uma política previdenciária justa e sustentável.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.						
Gerente: Carlos Augusto Simões Gonçalves				Responsável: n/d		
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	523,71	523,71	-	523,71	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	n/d	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Fórmula de Cálculo do Índice						
n/a						
Análise do Resultado Alcançado						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

\*As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – órgão central.

#### Análise Crítica

Os recursos movimentados para esta ação referem-se a custeio de auxílio natalidade que não foram pagos em folha de pagamento na unidade central na competência, ficando para pagamento em Dividas de Exercícios Anteriores.

#### 2.3.1.2) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

**QUADRO A.2.1.2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 0089**

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: não possui						
Objetivos Específicos: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.						
Gerente: não possui			Responsável: n/d			
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	21.528,00	21.528,00	-	21.528,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a despesa líquida com inativos e pensionistas e a receita corrente líquida da União, onde despesa líquida = despesa com aposentadorias e pensões deduzido o valor total da contribuição para o plano de seguridade social						
Análise do Resultado Alcançado						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a SR/DPF/SC.						

Fonte: SIGPLAN

\*As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – órgão central.

**Análise Crítica**

Recurso descentralizado para pagamento de auxílio funeral de servidor, não havendo maiores considerações a consignar.

**2.3.1.3) Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade**

**QUADRO A.2.1.3 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 0662**

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0662		Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça					
Objetivos Específicos: Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União					
Gerente: não possui			Responsável: n/d		
Público Alvo: Sociedade					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação <sup>1</sup>		Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
n/a	n/a	3.675.786,88	3.675.786,88	-	3.675.786,88

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência <sup>2</sup>			Índice previsto no exercício <sup>2</sup>	Índice atingido no exercício <sup>3</sup>
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79,00	70,00	72,00	Aguardando dados da informática (CTI) da Sede
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo; a referência inicial da SR/DPF/SC é de 125 dias, obtida no Relatório de Gestão de 2009, não sendo estipulado um índice a ser atingido para esta regional no exercício de 2010.						
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (%)	31/12/2006	63,60	80,00	75,00	112%
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
Primeiramente, como explicitado na nota '2' os dados referem-se ao DPF como um todo; a referência inicial da SR/DPF/SC é de 112,34%, obtida por uma média da SR/DPF/SC e de suas Descentralizadas do interior do Estado de SC, e o índice previsto de 120% decorre de orientação da COGER/DPF. O resultado no exercício de 2010 não superou a meta traçada pela COGER/DPF, mesmo havendo um acréscimo de instaurações de IPL e IPL relatados no exercício em virtude da aplicabilidade da fórmula.						

Fonte: SIGPLAN, SISCART e CTI

<sup>1</sup>As Superintendências Regionais operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – órgão central.

<sup>2</sup>A “Referência” e o “Índice previsto no exercício” informados são os constantes no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal, não se aplicando a SR/DPF/SC.

<sup>3</sup>O índice informado se refere apenas ao desempenho da SR/DPF/SC e foi extraído pela Coordenação de Tecnologia da Informação - CTI/DPF e pela Corregedoria Regional - COR/SR/DPF/SC.

### Análise Crítica

O Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade contempla para a SR/DPF/SC 3 (três) ações, conforme discriminadas na tabela que segue, com seus respectivos recursos.

TABELA II - AÇÕES DO PROGRAMA 0662

	Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores RAP
2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União	3.521.273,04	3.521.273,04	-
2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	133.576,84	133.576,84	-
2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	20.937,00	20.937,00	-

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

### 2.3.1.3.1) Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União

A ação 2726 empregou a maior parte dos recursos destinados a área finalística da SR/DPF/SC no exercício de 2010.

O montante de R\$ 3.521.273,04 (três milhões, quinhentos e vinte e um mil, duzentos e setenta e três reais e quatro centavos) foram empenhados, liquidados e pagos no próprio exercício de 2010, sendo que 95% deste valor foi utilizado para custeio de despesas com diárias policiais e o restante para a concessão de suprimento de fundos utilizado no custeio de material de consumo e pagamento de serviços de pessoa jurídica, visando dar suporte às atividades desenvolvidas no cumprimento das metas institucionais que não podiam aguardar a aquisição ou contratação no rito ordinário das despesas.

No exercício de 2010 foram realizadas 61 (sessenta e uma) operações com a finalidade de repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, além de ações de prevenção e combate ao crime organizado e crimes ambientais no Estado de Santa Catarina.

No atendimento da ação 2726 do Programa de Prevenção e Repressão a Criminalidade foram realizadas as atividades apresentadas na sequência, demonstrando uma produtividade compatível para o gasto do exercício de 2010.

O Setor Técnico Científico – SETEC/SR/DPF/SC emitiu em 2010 o quantitativo de 2.048 (dois mil e quarenta e oito) laudos periciais, alcançando a meta estabelecida pela unidade de agilizar a conclusão das perícias.

Na atividade de Polícia Judiciária a quantidade de inquéritos policiais instaurados no ano de 2010 foi de 2.848 (dois mil oitocentos e quarenta e oito), verificando-se um acréscimo de 17% em comparação ao ano de 2009 que contou com 2.435 (dois mil quatrocentos e trinta e cinco) inquéritos instaurados. No mesmo sentido, os inquéritos relatados no ano de 2010 sofreram um incremento, contudo, pouco significativo para quantificar, em uma totalidade de 3.147 (três mil cento e quarenta e sete) inquéritos relatados.

Em análise crítica da conformidade da aplicação do recurso da presente ação referente os gastos com despesas de diárias, justifica-se pela peculiaridade da atividade do órgão, o qual demanda diligências para cumprir suas atribuições constitucionais em todo o Estado de Santa Catarina. Exemplifica-se com os resultados apresentados no Relatório de Atividades 2010 da SR/DPF/SC: a) 40 (quarenta) patrulhamentos marítimos; b) 1.194 (um mil cento e noventa e quatro) vistorias em agências bancárias; c) 99 (noventa e nove) vistorias de empresas de vigilância; d) 2.909 (dois mil novecentos e nove) registros de estrangeiros, que demanda diligências com deslocamentos, na maioria das vezes intermunicipais; e) 624 (seiscentos e vinte e quatro) intimações realizadas; f) diligências e levantamentos realizados ao longo das investigações das 61 (sessenta e uma) operações da unidade; g) 1.137 (um mil cento e trinta e sete) navios cargueiros fiscalizados no Estado de SC; h) 43 (quarenta e três) navios de passageiros fiscalizados; i) 148 (cento e quarenta e oito) mandados de prisão (preventiva e temporária) cumpridos.

### 2.3.1.3.2) Ação 2720 – Ações de caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

A execução da despesa de caráter sigiloso totalizou, no exercício de 2010, o montante de R\$ 133.576,84 (cento e trinta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), utilizado para atender as atividades de inteligência e apoio às operações realizadas no Estado de Santa Catarina. Ressalta-se que a característica dinâmica do DPF e de suas ações dependem de pronto-emprego de recursos para manter a compartimentação da operação garantindo assim a eficiência do resultado dos trabalhos de investigação. As despesas para atender as necessidades das atividades de inteligência policial não se encaixam no rito ordinário da execução da despesa pública.

### 2.3.1.3.3) Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precusores Químicos

Nesta ação foi empenhado e liquidado o montante de R\$ 20.937,00 (vinte mil, novecentos e trinta e sete reais). A maior parte deste valor foi executada para custear as diárias policiais no cumprimento das diligências necessárias para fiscalizar, controlar e investigar as empresas do ramo.

Analisando o valor executado versus as atividades realizadas, apresentam-se, na sequencia, os quantitativos apresentados em relatório pelo Setor de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos – SCFPQ/DRE/SR/DPF/SC.

**TABELA III – ATIVIDADES REALIZADAS EM 2010 PELO SETOR DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS – SCFPQ/DRE/SR/DPF/SC**

ATIVIDADES	QUANTIDADE
	ANO 2010
Ordens de missão	15
Empresas fiscalizadas	17
Cadastrados aprovados	161
Licenças renovadas (CLF)	101
Expedições (emissões) de CRC	30
Alterações cadastrais	30
Produtos químicos apreendidos (líquido - l)	30 litros de acetato metil-isobutilcetona 10 litros de toluol 100 litros de acetato de etila (Colortek Química Ltda ME – 25/3) 30 litros de acetona 10 litros de metil-etil-cetona 10 litros de acetato de etila (Valdir Flávio de Brito ME)
Produtos químicos apreendidos (sólido -kg)	240 kg de hidróxido de sódio (Hotechann Ind. E Com. De Produtos de Limpeza- 10/11)
Valores arrecadados – taxas R\$	R\$ 107.400,00
Valores arrecadados – multas	R\$ 9.380,00

Fonte: Relatório de Atividades 2010 da SR/DPF/SR

### 2.3.1.4) Programa 0750 – Apoio Administrativo

**QUADRO A.2.1.4 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO**  
0750

<b>Identificação do Programa de Governo</b>						
<b>Código no PPA:</b> 0750		<b>Denominação:</b> Apoio Administrativo				
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
<b>Objetivo Geral:</b> não possui						
<b>Objetivos Específicos:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
<b>Gerente:</b> não possui				<b>Responsável:</b> n/d		
<b>Público Alvo:</b> Governo						
<b>Informações orçamentárias e financeiras do Programa</b>						<b>Em R\$ 1,00</b>
<b>Gestão</b>	<b>Dotação*</b>		<b>Despesa Empenhada</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>Restos a Pagar não processados</b>	<b>Valores Pagos</b>
	<b>Inicial</b>	<b>Final</b>				
<b>200370</b>	n/a	n/a	7.992.300,81	7.039.332,11	952.968,70	7.039.332,11
<b>200371</b>	n/a	n/a	28.776,24	28.776,24	-	28.776,24
<b>Informações sobre os resultados alcançados</b>						
<b>Ordem</b>	<b>Indicador (Unidade medida)</b>	<b>Referência</b>			<b>Índice previsto no exercício</b>	<b>Índice atingido no exercício</b>
		<b>Data</b>	<b>Índice inicial</b>	<b>Índice final</b>		
<b>1</b>	<b>Não possui</b>	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
n/a						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
n/a						

Fonte: SIGPLAN

\*As Superintendências Regionais operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – órgão central.

### **Análise Crítica**

Os recursos descentralizados para custear as ações 2000 referente ao Programa Apoio Administrativo foram os que mais impactaram o orçamento da SR/DPF/SC, uma vez que financiaram as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e à administração da unidade, como por exemplo: custeio com manutenção de frota veicular; manutenção e conservação de imóveis próprios; custeio de alugueis dos imóveis que sediam as Delegacias de Criciúma e Chapecó; pagamento de combustíveis; locação de mão-de-obra; despesas com passagens; entre outras despesas correntes.

O valor executado na ação 2000 foi de R\$ 7.068.108,35 (sete milhões, sessenta e oito mil, cento e oito reais e trinta e cinco centavos), valor menor do que o liquidado no exercício de 2009 que, para a mesma ação, representou o montante de R\$ 7.303.405,50 (sete milhões, trezentos e três mil, quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos).

Do valor executado, a maior parte foi destinada para gastos com locação de mão-de-obra, no montante de R\$ 3.104.502,52 (três milhões, cento e quatro mil, quinhentos e dois reais e cinquenta e dois centavos), que compreende o custeio da despesa de terceirização. A despesa que também representa vulto nos gastos da unidade são os recursos executados para o pagamento de empresas contratadas para a manutenção de veículos, manutenção de bens imóveis e locação de imóveis, o que representa um percentual de 32% da Ação 2000 (UG 200370), totalizando o montante de R\$ 2.605.157,47 (dois milhões, seiscentos e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e

quarenta e sete centavos).

Destaca-se também os valores gastos com: a) material de consumo (33.90.30) no montante de R\$ 939.666,30 (novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), para custeio de material de expediente necessários para as atividades de rotina da unidade, bem como de materiais (peças) para manutenção de viaturas, para manutenção das instalações físicas e para material de processamento de dados; b) passagens aéreas no montante de R\$ 367.984,07 (trezentos e sessenta e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sete centavos); c) indenizações (33.90.33) no montante de R\$ 516.009,53 (quinhentos e dezesseis mil e nove reais e cinquenta e três centavos), dos quais 74% representa o pagamento das ajudas de custo referente às remoções de ofício de servidores lotados na unidade; d) diárias no montante de R\$ 237.006,52 (duzentos e trinta e sete mil, seis reais e cinquenta e dois centavos) para serviços administrativos; e outras despesas de menor vulto, aqui não discriminadas, mas constantes nas planilhas do Anexo IV deste Relatório de Gestão, referente aos gastos por UG e por Projeto/Atividade.

No final do exercício de 2009 a COF/DPF ainda adotava a forma centralizada de liberação de Declarações de Dotações Orçamentárias para o exercício de 2010, baseada nos contratos vigentes e nas propostas para o PPA, aguardando que a publicação da LOA contemplasse a necessidade do órgão. Contudo, o orçamento da SR/DPF/SC sofreu contingenciamento não mensurado, que resultou na frustração de duas licitações que estavam tramitando no início do exercício para conclusão ao término dos respectivos contratos em final de junho de 2010. A informação da COF/DPF era que não havia mais cota orçamentária para a unidade.

A sistemática acima foi alterada pelo novo sistema informatizado que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN para gerenciamento da área de logística, que virá auxiliar no planejamento e execução da dotação orçamentária descentralizada pela COF/DPF. Contudo, o sistema está em fase de implementação.

#### 2.3.1.5) Programa 1353 – Modernização da Polícia Federal

##### *QUADRO A.2.1.5 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 1353*

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1353		Denominação: Modernização da Polícia Federal				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça.						
Objetivos Específicos: Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.						
Gerente: Rogério Augusto Viana Galloro			Responsável: n/d			
Público Alvo: Departamento de Polícia Federal						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
n/a	n/a	369.217,58	53.641,03	315.576,55	53.641,03	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Não possui	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a



<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>
n/a
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>
n/a

Fonte: SIGPLAN

\* As Superintendências Regionais operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – órgão central.

### **Análise Crítica**

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal contempla para a SR/DPF/SC 2 (duas) ações, conforme discriminadas na tabela que segue, com seus respectivos recursos.

**TABELA IV- AÇÕES DO PROGRAMA 1353**

	<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Despesas Empenhadas</b>	<b>Despesas Liquidadas</b>	<b>Valores RAP</b>
8979	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	254.990,00	7.950,00	247.040,00
8980	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal	114.227,58	45.691,03	68.536,55

Fonte: SIAFI e SIGPLAN

Destaca-se aqui a dificuldade de planejamento para a contratação de serviços especializados em reformas e obras em virtude da discricionariedade da liberação do recurso a critério da COF/DPF e do Departamento de Obras - DEOB/DPF, levando a unidade executora a receber recursos sem o devido processo licitatório instruído ou arquivar processos ao final do exercício por não ter sido liberado recurso para tal ação. Exemplifica-se com o projeto para a construção da DPF/DCQ/SC, o qual havia sido aprovado no Plano de Obras de 2010 para início do projeto arquitetônico, no entanto, suspenso em virtude dos cortes de orçamento para obras para o PPA 2010/2011.

#### **2.3.1.5.1) Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do DPF**

As despesas da Ação 8979 foram liberadas para custearem, inicialmente, as reformas da DPF/JVE/SC, proposta no Plano de Obras 2010 da SR/DPF/SC, no entanto, a Descentralizada não apresentou projeto básico em tempo para tramitação do processo licitatório e a conclusão no exercício de 2010. Diante disso, o recurso foi remanejado para custear a revitalização do pátio da SR/DPF/SC e instalação de cobertura para o estacionamento, cujo processo estava aguardando a liberação de recursos pela COF/DPF e havia sido considerada uma das metas da unidade para o exercício de 2010.

O recurso desta ação também contemplou a pavimentação do pátio da Delegacia de Policiamento Marítimo - DEPOM, localizada na cidade de Florianópolis, instalada em área destinada pelo Patrimônio da União. A DEPOM aguarda aprovação de projeto pelo Departamento de Obras da unidade central para liberação de recursos para a construção de sua sede definitiva.

As licitações foram concluídas no final do exercício de 2010 e a execução está em fase conclusiva, razão pela qual foram incluídas como restos a pagar, conforme especificado na tabela a

seguir.

**TABELA V – LICITAÇÕES DA AÇÃO 8979**

Modalidade	Número da NE	Credor	ND	Valor	Liquidado 2010	Inscrito RAP
Dispensa	900179	MACAN	449051	7.950,00	7.950,00	-
Pregão	900204	QUALITAR LTDA	449051	30.000,00	-	30.000,00
Pregão	900205	TRIANGULO FLORESTAL	449051	138.000,00	-	138.000,00
Pregão	900206	TRIANGULO FLORESTAL	449051	18.590,00	-	18.590,00
Pregão	900207	PROVISIO	449051	60.450,00	-	60.450,00

Fonte: SIAFI

### 2.3.1.5.2) Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do DPF

Os recursos descentralizados na Ação 8980 custearam as despesas da contratação por licitação de empresa especializada para a construção do trapiche da Delegacia de Policiamento Marítimo – DEPOM da SR/DPF/SC. A obra está em fase de conclusão da execução, razão pela qual as despesas para a contratação foram incluídos em restos a pagar.

**TABELA VI - LICITAÇÃO DA AÇÃO 8980**

Modalidade	Número da NE	Credor	ND	Valor	Liquidado 2010	Inscrito RAP
Convite	900177	ENTECCO ENGENHARIA	449051	114.227,58	45.691,03	68.536,55

Fonte: SIAFI

### 2.3.1.6) Programa 1453 – Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI

#### **QUADRO A.2.1.6 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO 1453**

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453		Denominação: Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI			
Tipo do Programa: Finalístico					
Objetivo Geral: Fortalecer e integrar as instituições de segurança pública e justiça					
Objetivos Específicos: Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social					
Gerente: Ronaldo Teixeira da Silva			Responsável: n/d		
Público Alvo: Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação*		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
n/a	n/a	334.997,34	320.598,34	14.399,00	320.598,34
Informações sobre os resultados alcançados					
Orde	Indicador (Unidade)		Referência	Índice	Índice

m	medida)	Data	Índice inicial	Índice final	previsto no exercício	atingido no exercício
1	Índice de Sensação de Segurança nos Territórios de Descoesão Social (%)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Quociente entre a população da amostra que se sente segura nos territórios de descoesão social em determinado período de tempo e o total da população da amostra, segundo a fórmula: Índice de sensação de segurança = (Pessoas que se sentem seguras/Total de pessoas da amostra X 100).						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a SR/DPF/SC.						
2	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Quociente entre homicídios (óbitos por agressão e por intervenção legal) no ano e a população estimada, segundo a fórmula: taxa de mortalidade por homicídios = (Óbitos por homicídio/População estimada no ano) X 100.000						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a SR/DPF/SC.						
3	Taxa de Vítimas de Crimes Violentos Contra o Patrimônio nos Territórios de Descoesão Social (1/100.000 habitantes)	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
<b>Fórmula de Cálculo do Índice</b>						
Quociente entre número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio nos territórios de descoesão social em 12 meses e a população dos territórios estimada ao meio do período, segundo a fórmula: Taxa = (Número de vítimas de crimes violentos contra o patrimônio/População ao meio do período X 100.000).						
<b>Análise do Resultado Alcançado</b>						
O índice foi extraído do SIGPLAN, em âmbito nacional, e não se aplica a esta SR/DPF/SC						

Fonte: SIGPLAN

\*As Superintendências Regionais operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – órgão central.

### Análise Crítica

O Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASC, contemplou para a SR/DPF/SC 2 (duas) ações, apresentadas na sequência, discriminadas com seus respectivos recursos.

TABELA VII - AÇÕES DO PROGRAMA 1453 – PRONASCI

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores RAP
20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	294.297,34	285.666,44	7.999,00
8375	Campanha Desarmamento	40.700,00	34.300,00	6.400,00

Fonte: SIAFI

#### 2.3.1.6.1) Ação 20EV – Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas

Na ação 20EV foi executado o valor de R\$ 285.666,44 (duzentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e sessenta e seis reais e quarenta e quatro centavos) para custear, em quase sua totalidade, despesas com diárias policiais para investigações no combate ao tráfico de drogas.

A seguir apresenta-se os resultados das apreensões de entorpecentes realizadas no Estado de Santa Catarina no ano de 2010.

**TABELA VIII – APREENSÃO DE ENTORPECENTES EM SC NO ANO DE 2010**

<b>QUANTITATIVOS APREENDIDOS NO ANO 2010</b>	
COCAÍNA (Kg)	<b>226,27</b>
CRACK (Kg)	<b>97,58</b>
MACONHA (Kg)	<b>196,70</b>
HAXIXE (Kg)	<b>1,13</b>
PRODUTO QUÍMICO (diluição de cocaína - Kg)	<b>1.710,80</b>
ECSTASY (unid.)	<b>210</b>
LANÇA PERFUME (frascos – unid.)	<b>2043</b>
<b>SUBSTANCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS (totais)</b>	<b>2.232,48 Kg</b> <b>2.253 unid.</b>

*Fonte: Relatório de Atividades 2010 da SR/DPF/SC*

#### 2.3.1.6.2) Ação 8375 Campanha do Desarmamento

O valor executado nesta ação foi de R\$ 40.700,00 (quarenta mil e setecentos reais) e se destinou a custear as despesas da campanha nacional de desarmamento com o pagamento de indenizações pela entrega de armas de fogo.

Foram entregues 209 (duzentas e nove) armas de fogo para a Campanha do Desarmamento, contudo, o recurso desta ação custeou as despesas de indenização do exercício de 2010, no montante de R\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais) e de despesas de indenizações de exercícios anteriores, reconhecidos como dívidas, no montante de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

#### 2.3.2) Execução física das ações realizadas pela UJ

**QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação <sup>1</sup>	Prioridade <sup>2</sup>	Unidade de Medida	Meta prevista <sup>3</sup>	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
06 – Segurança Pública	122 – Administração	0750	2000	A	3	%	NA	8.021.077,05	NA

06 – Segurança Pública	125 - Normatização e Fiscalização	0662	2679	A	3	Unidade	NA	20.937,00	NA
06 – Segurança Pública	183 – Informação e Inteligência	0662	2720	A	3	Unidade	NA	133.576,84	NA
06 – Segurança Pública	181 – policimento	0662	2726	A	3	Unidade	NA	3.521.273,04	NA
06 – Segurança Pública	181 – Policimento	1353	8979	A	3	%	NA	254.990,00	NA
06 – Segurança Pública	181 – policimento	1353	8980	A	3	%	NA	114.227,58	NA
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453	20EV	A	3	%	NA	294.297,34	NA
06 – Segurança Pública	422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	1453	8375	A	3	%	NA	40.700,00	NA
09 –	272 – Previdência do Regime	0089	0181	A	3	%	NA	21.528,00	NA
09 –	271 – Previdência Básica	0087	8452	A	3	%	NA	523,71	NA

Fonte: SIGPLAM

<sup>1</sup>Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

<sup>2</sup>Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária

<sup>3</sup>O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

### **Análise Crítica**

A SR/DPF/SC atua apenas como executora dos programas e respectivas ações, sendo que as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e SIGPLAN se referem a todo o DPF. Assim, fica prejudicada a análise crítica da execução física das ações, uma vez que a unidade central não regionalizou as referidas metas. No entanto, a execução física das ações realizadas por esta UJ está descrita, de forma individualizada, nos subitens do item 2.3.1.

## **2.4) DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO**

### **2.4.1) Programação orçamentária da despesa**

#### **QUADRO A.2.3 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL	30108*	200336*
FUNDO PARA APARELHAMENTO E	30909*	200337*

OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLICIA FEDERAL - FUNAPOL		
--	--	--

Fonte: SIAFI

*\*Códigos do SIAFI correspondentes a UO da Coordenação Orçamentária e Financeira do DPF – COF/DPF, vinculada a unidade central do órgão. A COF/DPF recebe os recursos e descentraliza por movimentação para as demais UJs.*

#### 2.4.1.1) Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a SR/DPF/SC em virtude da centralização da dotação orçamentária na COF/DPF.

#### 2.4.1.2) Programação de Despesas de Capital

Não se aplica a SR/DPF/SC.

#### 2.4.1.3) Quadro Resumo da Programação de Despesas

Não se aplica a SR/DPF/SC.

## 2.4.1.4) Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

**QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**Valores em  
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200370	2000	-	-	7.930.851,88
			20EV	-	-	294.297,34
			8375	-	-	40.700,00
			0181	45.286,16	-	-
			0087	523,71	-	-
		200371	2000	-	-	28.776,24
			2726	-	-	3.521.273,04
			2720	-	-	133.576,84
		2679	-	-	20.937,00	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	200370	2000	61.448,93	-	-
		200371	8979	254.990,00	-	-
	8980		114.227,58	-	-	
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

**Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa**

Os créditos orçamentários recebidos por movimentação, oriundos da descentralização discricionária da COF/DPF, foram executados para o adimplemento das despesas correntes de contratos da SR/DPF/SC, materiais de consumo e serviços, bem como para custear as despesas com passagens e diárias, e ainda aquisições de materiais permanentes para garantir a logística necessária visando a eficiência da atividade finalística da unidade, demonstrados na análise de cada Programa/Ação no Item 2.3.1.

Ressalta-se que a COF/DPF, na data de 21/09/2010, creditou na conta contábil 292110000, UG 200370, o valor de R\$ 23.758,16 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos) e atribuído à ação 181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões, não havendo o recolhimento ao final do exercício, constando diferença no sistema SIAFI, função CONOR, deste

valor. Assim, fica justificada a diferença explícita entre os valores recebidos nesta ação e os empenhados e liquidados.

Diante da descentralização dos recursos orçamentários, definidos por discricionariedade da COF/DPF, após a publicação da LOA, a SR/DPF/SC suportou cortes que resultaram em prejuízo para as atividades de apoio e mudança em planos de ação no exercício de 2010. Ressalta-se que o contingenciamento de recursos feito pela COF/DPF é proporcional à cota orçamentária solicitada por cada UJ para compor a LOA.

## 2.4.2) Execução Orçamentária da Despesa

### 2.4.2.1) Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Não se aplica a SR/DPF/SC.

### 2.4.2.2) Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

#### 2.4.2.2.1) Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

#### QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em  
R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Licitação</b>				
Convite	-	45.691,03	-	45.691,03
Tomada de Preços	61.505,96	-	61.505,96	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	5.242.844,48	5.137.808,73	5.242.844,48	5.137.808,73
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	1.015.898,41	866.220,63	1.015.898,41	866.220,63
Inexigibilidade	154.154,14	157.016,45	154.154,14	157.016,45
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	292.172,03	290.303,40	292.172,03	290.303,40
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha*	-	-	-	-
Diárias	2.906.553,09	3.938.088,29	2.906.553,09	3.938.088,29
<b>Outras</b>	534.745,24	705.057,78	534.745,24	705.057,78

Fonte: SIAFI

\*O pagamento da folha é realizado pelo órgão central – UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento da UJ constarão no Relatório Gestão do DPF – unidade central.



2.4.2.2.2) Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

**QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em  
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
319008.03	-	21.528,00	-	21.528,00	-	-	-	21.528,00
319092.80	-	1.662,47	-	1.662,47	-	-	-	1.662,47
319008.05	-	712,49	-	712,49	-	-	-	712,49
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
-		-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>								
339014.14	2.868.525,72	3.899.027,64	2.868.525,72	3.899.027,64	-	-	2.868.525,72	3.899.027,64
339037.01	1.533.625,33	1.377.203,38	1.412.114,24	1.152.901,75	121.511,09	224.301,63	1.412.114,24	1.152.901,75
339037.02	972.373,67	1.108.397,88	972.373,67	1.108.397,88	-	-	972.373,67	1.108.397,88
Demais elementos grupo	5.100.783,37	5.583.932,19	4.853.155,06	4.852.306,12	247.628,31	731.626,07	4.853.155,06	4.852.306,12

Fonte: SIAFI – GERENCIAL

2.4.2.2.3) Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

**QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO**

Valores em  
R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 - Investimentos</b>								
449051.91	61.505,96	369.217,58	61.505,96	53.641,03	-	315.576,55	61.505,96	53.641,03
449052.12								

	-	23.330,00	-	23.330,00	-	-	-	23.330,00
449052.35	107.631,70	18.446,47	24.235,70	7.006,47	83.396,00	11.440,00	24.235,70	7.006,47
Demais elementos do grupo	21.013,00	19.672,46	15.963,00	19.672,46	5.050,00	-	15.963,00	19.672,46
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

### ***Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação***

O plano de atuação da SR/DPF/SC para o exercício de 2010 foi traçado pelo Plano de Metas Anual – PMA 2010 SR/DPF/SC, consignando-se no SIGPLAN os pedidos pertinentes, sendo ainda encaminhado a COF/DPF estudo de cota orçamentária necessária para adimplir com as despesas contratadas desta UJ, bem como para o atendimento das necessidades pontuais ao longo do exercício.

Contudo, para o exercício de 2010, a cota fora liberada no dia 31/12/2009, com dotações aquém das estimadas para atendimento das despesas correntes da unidade, o que ocasionou o encerramento de 2 (dois) contratos importantes, a saber, o de manutenção predial e o de contratação de serviços terceirizados para atividades de apoio.

No recurso de investimento na despesa de capital, ND 449051.91, fora liberado o valor de R\$ 369.217,58 (trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos) por deliberação da DEOB/DPF em atendimento ao pleito do gestor da SR/DPF/SC, resultando em melhorias e atendimento de metas estabelecidas no PMA 2010-SR/DFP/SC, conforme relatadas no subtítulo 2.3.1.5.

A COF/DPF, no mês de julho de 2010, em cumprimento a determinação de contingenciamento de recursos imposto pelo Governo Federal, cortou 40% do teto orçamentário de diárias no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), gerando uma drástica imobilidade do quadro funcional e uma falha na execução do SCDP. Resultou ainda em frustração de trabalhos investigativos em andamento nas delegacias especializadas da SR/DPF/SC.

#### ***2.4.3) Indicadores Institucionais***

Atendendo às recomendações do órgão de Controle Interno da Presidência da República no sentido de estabelecer indicadores de desempenho para medir os produtos, serviços e resultados alcançados pela gestão do DPF quanto aos objetivos estratégicos, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas – FGV. No entanto, em função da frustração diante dos resultados apresentados pela contratada, o pagamento dos serviços não foi realizado até o momento, restando prejudicado o atendimento na apresentação dos índices demandados.

Ocorre, entretanto, que foi criado o Centro Integrado de Gestão Estratégica - CIGE/DPF, instituído pela Portaria nº 1.990/2010-DG/DPF, de 30 de novembro de 2010, diretamente subordinado à Direção-Geral, o qual possui como atribuição:

II. propor normas, critérios, mecanismos e diretrizes específicas referentes a medidores de desempenho e prospecção de cenários, exceto ao que se referir à atividade de inteligência policial.

Neste contexto, o órgão contemplou em suas metas para o exercício de 2011, o desenvolvimento de ações voltadas para a elaboração de indicadores de desempenho, mediante a definição e monitoramento das metas a serem atendidas, inclusive em relação aos acordos e convênios firmados com entes nacionais como os estrangeiros.

### ***Indicadores Institucionais desenvolvidos pela UJ***

A SR/DPF/SC não desenvolveu indicadores para suas ações. Ressalta-se a necessidade das diretrizes e dos indicadores institucionais serem desenvolvidos a partir da unidade central.

O controle de produtividade e a análise sobre eficiência da SR/DPF/SC é mensurada anualmente de forma quantitativa e apresentado em seu Relatório de Atividades.

Os principais dados de desempenho da unidade, apresentados na tabela abaixo, são acompanhados num ciclo de três anos, a fim de caracterizar a continuidade das atividades.

***TABELA IX – DADOS PARA ANÁLISE DO DESEMPENHO***

ATIVIDADE	QUANTIDADE		
	ANO 2008	ANO 2009	ANO 2010
IPLS INSTAURADOS	3.133	2.435	<b>2.848</b>
IPLS RELATADOS	2.105	3.028	<b>3.147</b>
SUBSTANCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS	3.249,93 Kg	2.989,88 Kg	<b>2.232,48 Kg</b> <b>2.253 unid.</b>
LAUDOS PERICIAIS	1.467	1.501	<b>2.048</b>
REGISTRO DE ARMAS EMITIDOS	15.010	26.237	<b>13.319</b>
PASSAPORTES EMITIDOS	22.201	45.471	<b>63.962</b>
CARTEIRAS DE VIGILANTES EMITIDAS	1.613	4.231	<b>5.532</b>
OPERAÇÕES DEFLAGRADAS	71	69	<b>61</b>
ARMAS ENTREGUES DA CAMPANHA DO DESARMAMENTO	--	356	<b>209</b>
PORTES DE ARMA DEFERIDOS	--	15	<b>54</b>

REGISTRO DE ESTRANGEIROS	--	--	<b>2.909</b>
CARTEIRAS DE ESTRANGEIROS EMITIDAS	--	--	<b>3.187</b>
CONTROLE MIGRATÓRIO – ENTRADA DE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS	--	--	<b>186.718</b>
CONTROLE MIGRATÓRIO – SAÍDA DE ESTRANGEIROS E BRASILEIROS	--	--	<b>131.035</b>
VISTORIAS BANCÁRIAS	--	--	<b>1.194</b>
VISTORIAS EMPRESAS	--	--	<b>99</b>
MANDADOS CUMPRIDOS DE BUSCA E APREENSÃO	--	--	<b>108</b>
MANDADOS CUMPRIDOS DE PRISÃO PREVENTIVA/TEMPORÁRIA	--	--	<b>148</b>
NAVIOS CARGUEIROS FISCALIZADOS	--	--	<b>1.137</b>
NAVIOS DE PASSAGEIROS FISCALIZADOS	--	--	<b>43</b>
PATRULHAMENTO COSTEIRO	--	36	<b>40</b>

*IPL: Inquérito Policial*

*RE: Registro Especial*

*Obs.: Considerando a inexistência de indicadores institucionais a unidade passou a acompanhar os dados estatísticos compilados no Relatório de Atividades visando uma análise de desempenho. Diante dos dados informados no RG 2009 em comparação aos dados levantados no Relatório de Atividades, foi aprimorado o estudo das atividades e incluídas para acompanhamento de novos dados para compor a análise de desempenho da unidade. Em virtude disso não constaram os dados totalizadores de algumas atividades.*

### 3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

#### 3.1) RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO A.3.1 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
339092.14		Diárias - Pessoal Civil (Dívida de Exercícios Anteriores)			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
200370	EUDRO FLAVIO SARAIVA DE OLIVEIRA	-	82,77	82,77	-
200370	MIRIAN KRUSE DOS SANTOS	-	4.811,56	4.811,56	-
200370	SANDRO REGIS FRAGA ARAGÃO E OUTROS	-	16.337,62	16.337,62	-
200370	DANUZIA SILVA DE ARAÚJO E OUTROS	-	767,45	767,45	-
<b>Razões e Justificativas:</b> Diárias encaminhadas após o final do exercício financeiro e reconhecidas em dívida.					
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
339092.39		Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Dívida de Exercícios Anteriores)			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
200370	BRASIL TELECOM(ft 3861 ct 36/2007 dez/2009)	-	10.296,92	10.296,92	-
200370	BRASIL TELECOM (ft 3859 ct 33/2007 dez/2009)	-	8.345,52	8.345,52	-
200370	BRASIL TELECOM (FATURA 1003.00000072 ct 33/2007)	-	15.892,34	15.892,34	-
200370	BRASIL TELECOM(fatura 1003.00000071 ct 36/2007)	-	18.756,37	18.756,37	-
200370	BRASIL TELECOM (ft 1010.00000385 ct 34/2007 dez/2009)	-	3.333,59	3.333,59	-
200370	BRASIL TELECOM (ft	-	5.519,54		-

	1010.00000386 ct 36/2007 dez/2009)			5.519,54	
200370	IBROWSE - CONSULTORIA & INFORMATICA LTDA (nf's 3445, 3446 E 3447 dif faturamento)	-	9.964,65	9.964,65	-
200370	HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA (faturamento complementar dez/2009)	-	1.067,08	1.067,08	-
200370	IMOBILIARIA MARKIZE LTDA (atualização monetária atrasos 07/2007 a 12/2009)	-	1.777,94	1.777,94	-

**Razões e Justificativas:**

As dívidas foram apresentadas no exercício 2011 e reconhecidas, contudo as dotações orçamentárias já estavam comprometidas, ficando assim em passivos por insuficiência de crédito.

**Identificação da Conta Contábil**

<b>Código SIAFI</b>	<b>Denominação</b>
339192.47	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Dívida de Exercícios Anteriores)

**Linha Detalhe**

<b>UG</b>	<b>Credor (CNPJ/CPF)</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2009</b>	<b>Movimento Devedor</b>	<b>Movimento Credor</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2010</b>
200370	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	-	5.132,53	5.132,53	-

**Razões e Justificativas:**

Fatura apresentada após o término do exercício financeiro.

**Identificação da Conta Contábil**

<b>Código SIAFI</b>	<b>Denominação</b>
339092.93	Indenizações e Restituições (Dívida de Exercícios Anteriores)

**Linha Detalhe**

<b>UG</b>	<b>Credor (CNPJ/CPF)</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2009</b>	<b>Movimento Devedor</b>	<b>Movimento Credor</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2010</b>
200370	DILMAR ANTONIO MONARIM (água casa locada)	-	92,32	92,32	-
200370	SR/DPF/SC - CAMPANHA DESARMAMENTO	-	2.500,00	2.500,00	-
200370	SR/DPF/SC - CAMPANHA DESARMAMENTO	-	3.000,00	3.000,00	-
200370	SR/DPF/SC - CAMPANHA DESARMAMENTO	-	3.000,00	3.000,00	-
200370	SR/DPF/SC - CAMPANHA DESARMAMENTO	-	2.200,00	2.200,00	-
200370	CESAR AUGUSTO DE FREITAS		100,00		-

	LIMA (abastecimento viatura)			100,00	
<b>Razões e Justificativas:</b> Processos do exercício de 2010 encaminhados após o final do exercício financeiro, com dotação comprometida em sua totalidade.					
<b>Identificação da Conta Contábil</b>					
<b>Código SIAFI</b>		<b>Denominação</b>			
339092.33		Passagens e Despesas com Locomoção (Dívida de Exercícios Anteriores)			
<b>Linha Detalhe</b>					
<b>UG</b>	<b>Credor (CNPJ/CPF)</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2009</b>	<b>Movimento Devedor</b>	<b>Movimento Credor</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2010</b>
200370	EUREXPRESS TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA (ft 146313)	-	3.980,25	3.980,25	-
<b>Razões e Justificativas:</b> Faturamento em término de contrato encaminhada no final do exercício financeiro, restando reconhecida a dívida, mas sem dotação orçamentária.					
<b>Identificação da Conta Contábil</b>					
<b>Código SIAFI</b>		<b>Denominação</b>			
339092.37		Locação de Mão de Obra (Dívida de Exercícios Anteriores)			
<b>Linha Detalhe</b>					
<b>UG</b>	<b>Credor (CNPJ/CPF)</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2009</b>	<b>Movimento Devedor</b>	<b>Movimento Credor</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2010</b>
200370	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA (diferença faturamento repactuação)	-	3.752,12	3.752,12	-
<b>Razões e Justificativas:</b> Fatura de diferença contratual, encaminhada no final do exercício financeiro, restando reconhecida a dívida, mas sem dotação orçamentária.					
<b>Identificação da Conta Contábil</b>					
<b>Código SIAFI</b>		<b>Denominação</b>			
339092.92		Material de Consumo (Dívida de Exercícios Anteriores)			
<b>Linha Detalhe</b>					
<b>UG</b>	<b>Credor (CNPJ/CPF)</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2009</b>	<b>Movimento Devedor</b>	<b>Movimento Credor</b>	<b>Saldo Final em 31/12/2010</b>
200370	TEDESCO TURISMO LTDA (diferença estimativa RAP x faturado mês dezembro/2009)	-	190,94	190,94	-
<b>Razões e Justificativas:</b> Diferenças apuradas e encaminhadas no final do exercício financeiro, restando reconhecida a dívida, mas sem dotação orçamentária.					
<b>Identificação da Conta Contábil</b>					
<b>Código SIAFI</b>		<b>Denominação</b>			
319092.80		Outros Benefícios Assistenciais (Dívida de Exercícios Anteriores)			
<b>Linha Detalhe</b>					

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
200370	Tommy Ross Cardoso (Auxílio Natalidade)	-	474,99	474,99	-
200370	Daniel Ferreira (Auxílio Natalidade)		712,49	712,49	
200370	Fernando Brito (Auxílio Natalidade)		474,99	474,99	
<b>Razões e Justificativas:</b>					
Benefício legal encaminhado em término de exercício sem dotação orçamentária.					

Fonte: SIAFI - 2010

### **Análise Crítica**

O Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos na SR/DPF/SC está representada no Reconhecimento de Dívida de Exercícios Anteriores – DEA, acima discriminada pelas respectivas contas contábeis, as quais foram processadas e reconhecidas após o término do exercício financeiro.



## 4. SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 4.1) PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

<i>QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</i>				<i>Valores em R\$ 1,00</i>
<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
...				
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2010</b>
2009	457.585,40	83.594,38	373.991,02	-
2008	-	-	-	-
...				
<b>Observações:</b>				

Fonte: SIAFI – 2010

#### **Análise Crítica**

A evolução da estratégia de pagamento dos RAP adotada pela SR/DPF/SC mantém a estratégia de acompanhar a execução dos contratos para, no final do exercício, não haver morosidade na remessa da fatura conferida e atestada ao Núcleo Orçamentário e Financeiro da unidade, o que minimiza a inscrição em restos a pagar.

Em análise ao RG do exercício anterior, observa-se que houve significativa redução de inscrição em RAP, em um percentual de mais de 60%.

A gestão financeira da SR/DPF/SC não sofre impactos com o pagamento de RAP de exercícios anteriores, uma vez que a COF/DPF libera o recurso atendendo solicitação SIAFI sem impactar a cota orçamentária da unidade.

Não há incidência de reinscrição de RAP na SR/DPF/SC, sendo liquidados no exercício seguinte. Não há registro no SIAFI de valores referentes a RAP de exercícios anteriores a 2009 na SR/DPF/SC.

Ressalta-se como evento positivo para facilitar a gestão de RAP, a liberação de recurso pela COF/DPF sem impactar a cota orçamentária do novo exercício. Contudo, em virtude dos cortes orçamentários anunciados para o presente exercício, esta sistemática poderá ser prejudicada.

## 5. RECURSOS HUMANOS

### 5.1) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

*QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010*

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
<b>1 Provimento de cargo efetivo</b>				
<b>1.1 Membros de poder e agentes políticos</b>				
<b>1.2 Servidores de Carreira</b>				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		452	36	26
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
<b>1.3 Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>1.4 Servidores Cedidos ou em Licença</b>				
1.4.1 Cedidos	2			
1.4.2 Removidos				11
1.4.3 Licença remunerada	401*			
1.4.4 Licença não remunerada				1
<b>2 Provimento de cargo em comissão</b>				
<b>2.1 Cargos Natureza Especial</b>				
<b>2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior</b>				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo				
2.2.5 Aposentado				
<b>2.3 Funções gratificadas</b>				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		27		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
<b>3 Total</b>	403	483	36	38

Fonte: Sistemas Sisger e Siape

\* Consideradas licenças para tratamento da própria saúde; licenças para tratamento de pessoa da família; licença capacitação; licença paternidade e gestante; licença nojo; licença para participação em atividade desportiva.

*QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010*

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
<b>1.Provimento de cargo efetivo</b>					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	23	207	156	56	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			1	1	
<b>2.Provimento de cargo em comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			3	1	

2.3. Funções gratificadas					
---------------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Sistemas Sisger e Siape

**QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira				2	36	363	7	8	5
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						4			
2.3. Funções gratificadas						27			

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistemas Sisger e Siape

**5.2) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS**

**QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
<b>1 Integral</b>		
1.1 Voluntária	222	8
1.2 Compulsório		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2 Proporcional</b>		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório		
2.3 Invalidez Permanente		1
2.4 Outras		

Fonte: Sistemas Sisger e Siape

**QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010**

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
<b>1. Integral</b>		2*
<b>2. Proporcional</b>		

Fonte: Sistemas Sisger e Siape

\*01 benefício de pensão foi concedido em 2011, retroagindo ao período de novembro de 2010.

### 5.3) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>Nível superior</b>					
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input checked="" type="checkbox"/> Área Meio	13	13	16	14	61.782,93
<b>Nível Médio</b>					
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Sisger e Siape

### 5.4) QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>								
2008	55.485.442,02							
2009	64.157.827,77							
2010	79.721.660,79		1.019.407,32 <sup>(1)</sup>	108.321,20 <sup>(2)</sup>	1.662.662,52 <sup>(3)</sup>	97.200,93 <sup>(4)</sup>	4.482,78	
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>								
2008								
2009								
2010								
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>								
2008								
2009								
2010			67.553,18					
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>								
2008								
2009								
2010			30.065,05					

Fonte: Sistema SIAPE

<sup>1</sup>Consideradas as gratificações: por tempo de serviço (art. 244); GDATPF (MP 431/08); GADF. As gratificações DAS e FGR foram consideradas nas respectivas linhas.

<sup>2</sup>Considerados os adicionais de periculosidade e insalubridade.

<sup>3</sup>Consideradas as indenizações de auxílio alimentação e auxílio transporte.

<sup>4</sup>Considerado o auxílio natalidade e assistência pré-escolar.

## 5.5) CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

### QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA														
UG/Gestão: 200370							CNPJ: 00.394.494/0039-09							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	L	O	15/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/12/2011	-	21	-	-	-	-	-	P
2007	L	O	16/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/12/2011	-	03	-	-	-	-	-	P
2007	L	O	17/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/12/2011	-	04	-	-	-	-	-	P
2007	L	O	18/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/12/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	L	O	19/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/12/2011	-	03	-	-	-	-	-	P
2007	L	O	20/2007	83.892.174/0001-33	02/04/2007	31/12/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	24/2007	83.930.214/0001-94	03/08/2007	31/12/2011	-	04	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	25/2007	05.449.286/0001-00	03/08/2007	31/12/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	39/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	30/11/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	40/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	30/11/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	41/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	30/11/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	42/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	30/11/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2007	V	O	43/2007	05.449.286/0001-00	01/12/2007	30/11/2011	-	02	-	-	-	-	-	P
2009	L	O	18/2009	10.565.981/0001-78	15/07/2009	31/12/2010	-	-	-	01	-	-	-	E

Observação:

#### LEGENDA

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos/SR/SC

**QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante														
Nome: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA														
UG/Gestão: 200370							CNPJ: 00.394.494/0039-09							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Ident. do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	3	O	26/2007	05.600.954/0001-59	03/08/2007	31/12/2011	-	4	-	-	-	-	-	P
2008	4	O	22/2008	02.877.566/0001-21	01/01/2009	31/12/2011	-	-	-	7	-	-	-	P
2009	1	O	07/2009	78.533.312/0001-58	11/02/2009	31/12/2011	-	-	-	12	-	-	-	p
2009	1	O	08/2009	78.533.312/0001-58	10/02/2009	31/12/2011	-	-	-	26	-	-	-	P
2010	1	O	15/2010	05.974.509/0001-59	01/01/2011	31/12/2011	-	-	04	03	-	-	-	A
2010	1	O	16/2010	78.533.312/0001-58	01/01/2011	31/12/2011	-	-	19	16	-	-	-	A
2010	1	O	17/2010	04.970.088/0001-25	01/01/2011	31/12/2011	-	-	09	08	-	-	-	A
2010	1	O	18/2010	79.283.065/0001-41	01/01/2011	31/12/2011	-	-	16	13	-	-	-	A

Observação:

**LEGENDA**  
**Área:**  
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;  
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis  
 3. Serviços de Copa e Cozinha;  
 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;  
 5. Serviços de Brigada de Incêndio;  
 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;  
 7. Outras.  
**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos/SR/DPF/SC

**QUADRO A.5.10 - DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

<b>Identificação do Contrato</b>	<b>Área</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Unidade Administrativa</b>
26/2007	3	04	SR/DPF/SC
22/2008	4	05	SR/DPF/SC
	4	1	DPF/JVE/SC
	4	1	DPF/XAP/SC
07/2009	1	12	SR/DPF/SC (DELEMIG)
08/2009	1	04	DPF/JVE/SC
	1	04	DPF/LGE/SC
	1	04	DPF/DCQ/SC
	1	04	DPF/XAP/SC
	1	04	DPF/IJI/SC
	1	06	DPF/CCM/SC
15/2010	1	03	DPF/LGE/SC
16/2010	1	16	SR/DPF/SC
17/2010	1	05	DPF/IJI/SC
	1	03	DPF/CCM/SC
18/2010	1	05	DPF/JVE/SC
	1	04	DPF/DCQ/SC
	1	04	DPF/XAP/SC
15/2007	7	21	SR/DPF/SC
16/2007	7	03	DPF/IJI/SC
17/2007	7	04	DPF/JVE/SC
18/2007	7	02	DPF/XAP/SC
19/2007	7	03	DPF/DCQ/SC
20/2007	7	02	DPF/LGE/SC
24/2007	8	04	SR/DPF/SC
25/2007	8	02	DPF/LGE/SC
39/2007	8	02	DPF/IJI/SC
40/2007	8	02	DPF/JVE/SC
41/2007	8	02	DPF/CCM/SC
42/2007	8	02	DPF/XAP/SC
43/2007	8	02	DPF/DCQ/SC
18/2009	7	01	SR/DPF/SC

**LEGENDA**  
**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;	5. Serviços de Brigada de Incêndio;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;	6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
3. Serviços de Copa e Cozinha;	7. Higiene e Limpeza;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;	8. Vigilância Ostensiva;
	9. Outras.

Fonte: Rol Contratos – Gestão de Contratos/SR/DPF/SC

## **5.6) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

### ***Absenteísmo***

Não informado pelo Setor de Recursos Humanos - SRH/SR/DPF/SC.

### ***Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais***

Conforme informações da Corregedoria Regional - COR/SR/DPF/SC, os eventos de acidente no trabalho tem diminuído, como mostram os números dos últimos 3 (três) anos: em 2010 houve apenas 1 (um) evento; em 2009 houve 3 (três) eventos; e em 2008 houve 6 (seis) eventos.

### ***Rotatividade (turnover)***

O SRH/SR/DPF/SC informou que no ano de 2010 a unidade contou com os seguintes eventos de rotatividade de servidores: 9 (nove) aposentadorias; 4 (quatro) exonerações; 2 (duas) demissões; e 2 (duas) cessões.

### ***Educação Continuada***

A política de capacitação do DPF é orientada pelo órgão central.

Neste contexto, a SR/DPF/SC promove, anualmente, o Levantamento de Necessidades de Treinamento – LNT junto aos servidores para encaminhamento ao órgão central visando composição do orçamento para atendimento das suas necessidades de capacitação.

No âmbito da unidade a Equipe T&D/SR/SC é a responsável por estimular os servidores na capacitação continuada, o que vem sendo realizado principalmente com ações de capacitação à distância, visando economicidade e eficiência. A Equipe ainda atua orientando os servidores sobre as possibilidades de capacitação e instruindo os processos de solicitação de ações de capacitação, analisando a regularidade do pedido com o normativo e sugerindo ao sr. Superintendente Regional a pertinência do pedido. Assim, após a aprovação é encaminhado a Comissão de Gestão da Capacitação vinculada à unidade central do DPF.

No ano de 2010 a SR/DPF/SC não recebeu recursos orçamentários destinados à capacitação, inviabilizando treinamentos presenciais de servidores e evidenciando a falta de priorização desse tipo de ações pela unidade central.

Assim, restou a Equipe divulgar as ações de capacitação à distância, resultando em 73 servidores treinados por esta modalidade.

O Núcleo de Armamento e Tiro também contribuiu para os treinamentos contínuos nesta SR/DPF/SC treinando 325 policiais no ano de 2010.

Outro estímulo para a educação continuada no DPF é a licença capacitação que possibilita o afastamento do servidor por até 90 dias para qualificação na sua área de atuação. No exercício de 2010 ocorreram na unidade 68 licenças para capacitação.



### ***Satisfação e Motivação***

Foram empreendidas ações pelo Serviço Social, pontualmente, de acordo com a demanda de setores específicos da SR/DPF/SC, para levantamento de Clima Organizacional. Os resultados foram apresentados ao sr. Superintendente Regional para as providências pertinentes no sentido de melhorar o clima organizacional. Cabe ressaltar ainda que no processo de autoavaliação da gestão no âmbito do Gespública, o levantamento de clima foi uma das ações previstas no Plano de Melhoria da Gestão para os exercícios de 2010 e 2011.

### ***Disciplina***

A Corregedoria Regional - COR/SR/DPF/SC, informou que no ano de 2010 a unidade instaurou 13 (treze) sindicâncias investigativas e 8 (oito) processos disciplinares. Nota-se que a incidência desses eventos decaiu em comparação ao ano anterior, em que ocorreram 20 e 17 instaurações, respectivamente.

### ***Desempenho funcional***

Há avaliação de desempenho funcional distribuídos da seguinte forma:

- I. **Policiais:** Avaliação de Estágio Probatório e Avaliação para fins de promoção;
- II. **Administrativos:** Avaliação de Estágio Probatório, Avaliação para fins de Gratificação de Desempenho e Avaliação para fins de Promoção.

### ***Níveis Salariais***

- I. **Policiais:** 4 (quatro) Níveis Salariais (Terceira, Segunda, Primeira e Especial), conforme Lei 11.358 e Decreto 7004, de 23/11/09;
- II. **Administrativos:** Dividos em Classes e Padrões (A, B, C e Especial), conforme Lei 10.682 e Decreto 84.669/80.

### ***Demandas Trabalhistas***

Sem citações no exercício de 2010.

## **6. TRANSFERÊNCIAS**

### **6.1) TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS NO EXERCÍCIO**

Não se aplica a SR/DPF/SC.

## 7. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

### 7.1) ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

*QUADRO A.9.1 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ*

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1				X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: Esta Superintendência está aguardando servidor capacitado para assumir a Assessoria de Controle Interno junto ao GAB/SR/SC, criada na estrutura pela IN 43/2010 DE 24/12/2010.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI/SR/DPF/SC

## 8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1) GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

*QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS*

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	Prejudicada				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Prejudicada				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Redutores de vazão de água e banco de capacitores (energia)				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	A unidade central adquiriu papel reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Prejudicada				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Prejudicada				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Publicações na intranet, memorandos e mensagens PC.				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					X
Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Comunicações oficiais e ações da				

	comissão designada.
<p>Considerações Gerais: Quanto aos itens referentes às licitações com requisito de sustentabilidade, há necessidade de capacitação do pregoeiro com conhecimentos específicos para exigências de documentações efetivamente comprobatórias do envolvimento da empresa em ações sócio-ambientais, o que não ocorreu no exercício por restrições orçamentárias.</p>	
<p><b><u>LEGENDA</u></b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>	

*Fonte: Gestor da SR/DPF/SC*

## 9. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

### 9.1) GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

QUADRO A.11.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - SANTA CATARINA	21	21
	Florianópolis	2	2
	Dionísio Cerqueira	21 <sup>1</sup>	21 <sup>1</sup>
	Itajaí	1	1
	Joinville	1	1
	Lages	1 <sup>2</sup>	1 <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>		<b>26</b>	<b>26</b>

Fonte: SPIUnet

<sup>1</sup>Consigna-se que há divergência dos totais de imóveis sob a responsabilidade do DPF na cidade de Dionísio Cerqueira, entre o levantamento realizado pela DPF/DCQ/SC e os constantes no Sistema Spiunet, o que será apurado e regularizado ao longo do exercício de 2011 junto ao Patrimônio da União.

<sup>2</sup>A DPF/LGE/SC está instalada em área cedida pelo DNIT não constando no Spiunet.

QUADRO A.11.2 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - SANTA CATARINA	2	2
	Criciúma	1	1
	Chapecó	1	1
<b>TOTAL</b>		<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: PLANOB/SR/DPF/SC- 2010

QUADRO A.11.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200370	8097.00026.500-0	-	Regular	-	-	37.944,00	-	-
200370	8097.00027.500-6	-	Regular	-	-	37.497,60	-	-
200370	8097.00028.500-1	-	Regular	-	-	29.016,00	-	-
200370	8097.00029.500-7*	-		-	-	32.140,80	-	-
200370	8097.00030.500-2	-	Regular	-	-	6.696,00	-	-
200370	8094.00031.500-8*	-		-	-	49.104,00	-	-
200370	8097.00032.500-3	-	Ruim	-	-	68.683,40	-	-

200370	8097.00033.500-9	-	Regular	-	-	4.095,34	-	-
200370	8097.00034.500-4*	-		-	-	44.753,20	-	-
200370	8097.00035.500-0	-	Regular	-	-	25.140,00	-	-
200370	8097.00036.500-5	-	Regular	-	-	37.998,00	-	-
200370	8097.00037.500-0	-	Regular	-	-	37.153,60	-	-
200370	8097.00038.500-6	-	Regular	-	-	48.553,00	-	-
200370	8097.00039.500-1	-	Regular	-	-	33.776,00	-	-
200370	8097.00040.500-7	-	Regular	-	-	31.665,00	-	-
200370	8097.00041.500-2	-	Ruim	-	-	160.490,68	13.504,59	2.613,00
200370	8097.00042.500-8	-	Ruim	-	-	24.140,00	-	-
200370	8097.00043.500-3	-	Ruim	-	-	70.009,72	-	-
200370	8097.0004.500-4	-	Regular	-	-	39.686,80	-	-
200370	8097.00046.500-0	-	Ruim	-	-	72.483,20	-	-
200370	8097.00049.500-6	-	Regular	-	-	77.335,84	-	-
200370	8105.00221.500-5	-	Bom	-	-	2.169.780,53	-	-
200370	8105.00254.500-5	-	Bom	-	-	4.319.465,42	16.859,20	272.609,80
200370	8161.00091.500-0	-	Regular	-	-	223.203,37	12.857,37	3.389,19
200370	8179.00069.500-3	-	Bom	-	-	61.939.020,00	6.130,52	6.594,80
<b>Total</b>							<b>Σ</b>	<b>Σ</b>

Fonte: SPIUNET

\* Consigna-se que há divergência dos totais de imóveis sob a responsabilidade do DPF na cidade de Dionísio Cerqueira, entre o levantamento realizado pela DPF/DCQ/SC e os constantes no Sistema Spiunet, o que será apurado e regularizado ao longo do exercício de 2011 junto ao Patrimônio da União.

### ***Análise Crítica sobre a gestão de imobilizados sob sua responsabilidade***

A SR/DPF/SC possui sob sua responsabilidade o quantitativo de 24 (vinte e quatro) imóveis, nos quais estão instaladas a sede da unidade e as delegacias descentralizadas no interior do Estado.

A gestão dos imobilizados é dificultada pelas restrições orçamentárias para custeio de despesas com manutenção de imóveis. As reformas dependem da descentralização dos recursos pela unidade central após a avaliação do Plano de Obras<sup>2</sup>, encaminhado por cada unidade da Federação, anualmente, versos as limitações da LOA para tal ação.

No início do exercício de 2010 o Departamento de Obras do DPF aprovou a proposta de construção de nova delegacia na cidade de Dionísio Cerqueira uma vez que a edificação própria conta com mais de 40 anos e está péssimo estado de conservação. No entanto, com os contingenciamentos orçamentários impostos no exercício, a maioria das obras aprovadas foram suspensas, inclusive a contemplada para este Estado de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Regulamentado pela IN 11/2005-DG/DPF.



Ressalta-se a dificuldade de administrar bens imóveis com restrições orçamentárias em uma instituição que tem sua atividade finalística priorizada no momento de definição da distribuição da dotação orçamentária.

Exemplifica-se com o insucesso da licitação para a manutenção predial da SR/DPF/SC no exercício de 2010, em virtude das limitações orçamentárias informadas pela COF/DPF no momento da solicitação de Declaração de Disponibilidade Orçamentária para trâmite do procedimento licitatório, ficando a unidade sem prestação de serviços de manutenção por mais de 6 (seis) meses.

Uma das metas estabelecidas pela SR/DPF/SC no exercício de 2010 era contemplar as unidades com contrato de manutenção predial para melhorar o estado de conservação dos immobilizados e garantir melhores condições para os servidores, contudo foi frustrada pelas limitações impostas ao orçamento do DPF que refletiu no corte de orçamento desta UJ.

## 10. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

QUADRO A.12.1 - GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					SERVIDOR - 4 FUNC. TERCEIRIZADO - 7
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					BENS 1% SERVIÇOS 60%
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais: A política de TI do DPF é regulamentada pela Coordenação de Tecnologia da Informação em Brasília, vinculada à DLOG/DPF.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Fonte: SPIUNET

# 11. DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

## 11.1) DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

### QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA					316
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	001.448/2010-2	799/2010	1.4.1.1	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina					316
Descrição da Deliberação:					
Observe o disposto nos normativos vigentes do DPF, por ocasião das prorrogações de missões policiais ou tempo prolongado, a fim de evitar o pagamento desnecessário e indiscriminado de diárias.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GAB/SR/SC, DREX/SR/SC e DRCOR/SR/SC					
Síntese da providência adotada:					
A totalidade dos deslocamentos prolongados são autorizados pelas autoridades superiores do DPF, conforme preceitua a Portaria 1056/2010-DG/DP. Contudo o contingenciamento orçamentário no exercício de 2010 redundou em cortes de movimentação de policiais, sendo priorizadas as ações investigativas em andamento e os recrutamentos para operações permanentes por determinação do DG/DPF.					
Síntese dos resultados obtidos					
Revisão da assessoria no SCDP mais apurada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A centralização dos recrutamentos para operações especiais e para as operações permanentes dificulta a gestão de pessoas na unidade.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	001.448/2010-2	799/2010	1.4.1.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina					316
Descrição da Deliberação:					
Informe, nas próximas contas, acerca da regularização da situação do servidor matrícula DPF 17520, o qual se encontra em missão policial fora da sede em que está lotado por prazo superior ao permitido na Portaria 208/2004-DG/DPF.					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
GAB/SR/SC					
Síntese da providência adotada:					
Missão autorizada pelo DG/DPF, conforme faculta a própria na Portaria 208/2004-DG/DPF, contudo esta SR/DPF/SC protocolizou processo de remoção para Brasília, cuja conclusão fora publicada conforme Portaria n.º 1056/2010-DG/DP e a transferência definitiva do servidor conforme Guia de Apresentação n.º 05-SRH/SR/DPF/SC, de abril de 2010.					

<b>Síntese dos resultados obtidos</b>
Propositura de remoção de servidor acatada pela unidade central.
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
A morosidade do trâmite do processo de remoção na unidade Central.

Fonte: SPIUNET

## **11.2) DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO**

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento no exercício de 2010 a cargo desta UJ .

## **11.3) RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Não há recomendações do Órgão de Controle Interno encaminhadas e atendidas no exercício, bem com não há pendências de atendimento.

**12. ITEM 16 DA PARTE “C” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

**12.1) CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”, NO  
ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS  
INTERNACIONAIS**

Não se aplica à unidade jurisdicionada da SR/DPF/SC.

## **RESULTADOS E CONCLUSÕES**

A SR/DPF/SC demonstrou regularidade em suas contas e produtividade em seu desempenho no exercício de 2010.

As principais ações desenvolvidas pela SR/DPF/SC foram: a) destinação dos veículos apreendidos depositados no pátio da unidade; b) revitalização do estacionamento com adequação de pavimentação e a instalação de cobertura, buscando assim dar melhores condições de trabalho aos servidores; c) melhoria das instalações da área de imigração no aeroporto internacional Hercílio Luz, em parceria com a INFRAERO; d) criação da Delegacia de Policiamento Marítimo – DEPOM/SR/DPF/SC, localizada em Florianópolis, pelo art. 1º, Portaria nº. 1654/2010-DG/DPF, de 14 de outubro de 2010, publicada no BS nº 197, de 15 de outubro de 2010; e) integração da área de inteligência policial entre as unidades descentralizadas da SR/DPF/SC.

Estas ações foram priorizadas visando a motivação da equipe e o alcance de maior produtividade e eficiência no desempenho das ações.

Contudo, as restrições orçamentárias impostas no exercício de 2010 prejudicaram as ações estabelecidas no PMA 2010 da unidade. Mesmo assim, houve empenho da equipe para continuidade de atividades rotineiras e a garantia de um bom atendimento ao cidadão.

Considerando a continuidade das restrições orçamentárias, com forte contingenciamento dos recursos federais, a unidade está revendo seus contratos para redução de percentuais legais, com o objetivo de remanejar as dotações orçamentárias para manter as ações previstas pela Administração da SR/DPF/SC como imprescindíveis e indispensáveis.

Por fim, ressalta-se que a SR/DPF/SC iniciou em 2010 o processo de sua auto-avaliação, no âmbito do Gespública, cujo primeiro resultado foi o Plano de Melhoria da Gestão. Assim, espera-se alcançar um controle mais efetivo das ações planejadas e efetivamente executadas em um ciclo de melhoria, a saber, planejamento-treinamento-ação-avaliação-correção.

**MIRIAN KRUSE DOS SANTOS**  
Escrivã de Polícia Federal – Mat. 6484  
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

**ADEMAR STOCKER**  
Delegado de Polícia Federal – Mat. 91  
Superintendente Regional

## ANEXOS

### ANEXO I - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

<b>DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS</b>			
<b>DECLARAÇÃO</b>			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código das UGs:</b>	
<i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Santa Catarina</i>		200370 - 200371	
<p><i>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Santa Catarina estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</i></p> <p><i>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF. Contudo, esta Superintendência firmou convênio com o CIEE no ano de 2008, lançado no sistema SICONV, com os repasses centralizados pela COF/DPF referente a taxa de administração.</i></p> <p><i>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</i></p>			
<b>Local</b>	<b>Florianópolis/SC</b>	<b>Data</b>	<b>25 de março de 2011</b>
<b>Responsável</b>	<b>ANGELITA DE LIMA SCHOBBER</b>	<b>Matrícula nº</b>	<b>14.669</b>

*ANEXO II - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU  
Nº 107/2010*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA  
SRH - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

**INFORMAÇÃO**

Nº 92/2011 - SRH/SR/SC

A fim de compor o Relatório de Gestão da SR/DPF/SC, no que concerne a entrega de cópia da Declaração de Bens e Rendimentos dos servidores ocupantes de cargos comissionados ou funções gratificadas, bem como integrantes do rol de responsáveis, ou ainda repasse do Formulário de Autorização de Acesso, registro que o Setor de Recursos Humanos informa, anualmente e no período de recebimento da referida Declaração pela Receita Federal, acerca da obrigatoriedade do envio do documento em questão ao SRH/SR/DPF/SC.

No ano de 2009, o comunicado se deu através do Memorando Circular nº 849, e no ano subsequente, via Nota disponibilizada na Intranet do estado, na data de 18/03/2010.

A despeito dos comunicados e conhecimento da legislação pertinente, o repasse da cópia do documento não foi efetuado por todos os servidores detentores de DAS, FG ou designados como Responsáveis.

Como medidas saneadoras, o SRH implementará o repasse da relação dos servidores incluídos nas condições que ensejam a entrega ao Superintendente Regional, com a situação de cada um. No que se refere a entrega quando da Designação/Nomeação - Dispensa/Exoneração de cópia da Declaração de Bens, o lembrete acerca da obrigatoriedade será formalizado diretamente ao servidor, através do Gabinete do Superintendente Regional. Ainda, faz-se necessário adotar tal procedimento quando da remoção de servidores, seja no recebimento ou desligamento do servidor.

Atenciosamente,

**LÉA FERNANDA DE ASSIS PETERS**  
Agente Administrativo  
Chefe do SRH/SR/DPF/SC  
Classe B / Matrícula 11751



ANEXO III - INFORMAÇÃO REFERENTE AO ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU  
Nº 107/2010

**Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador  
(Quadro A.13.1)**

Código da UG 1: 200371		Limite de Utilização da UG: R\$ 1.634.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Adriana Vitalis	036.671.089-31	15.468	1.350,00	2.802,00	4.152,00
Alex Becker Philippi	813.960.589-15	16.092	2.584,70	229,00	2.813,70
Alexandre Bacellar Raupp	482.637.610-34	9.400	2.535,12	854,20	3.389,32
Alfredo Kenji Ito	032.965.247-89	6.652	150,00	1.707,35	1.857,35
Ana Claudia Mastella Couto	807.522.680-15	12.712	2.050,00	540,00	2.590,00
Anderson Rosa Alves Pequeno	022.477.417-46	20.000	1.324,00	1.628,90	2.952,90
Anfrísio Fernandes Ladeira	223.383.142-04	26.993	5.693,06	3.346,25	9.039,31
Antonio José Moreira da Silva	109.793.538-82	12.755	1.250,00	898,51	2.148,51
Aurélio Raphael Brueckheimer de Macedo	015.757.029-08	16.614	3.524,30	3.583,20	7.107,50
Carlos Alberto Ruschel Filho	548.454.759-87	21.250	17.250,00	4.500,00	21.750,00
Daniel Teixeira Ferreira	518.989.690-00	7.965	1.250,00	2.320,60	3.570,60
Dárcio Volnei Boz	712.197.060-00	28.127	6.320,00	856,60	7.176,60
Denilson Antonio de Oliveira	026.258.187-60	9.157	1.190,00	933,80	2.123,80
Donizete Luiz da Fonseca	933.994.216-72	23.304	9.929,98	6.069,97	15.999,95
Eduardo Marques Cardoso	005.997.639-06	9.549	264,40	2.967,27	3.231,67
Eduardo Ostwald Corbal	979.896.497-72	79.308	31.022,50	13.248,41	44.270,91
Guilherme Mattos de Oliveira	012.115.396-79	22.639	8.000,00	-	8.000,00
Handerson Schlemper Kiquio	018.571.559-12	8.000	2.814,84	573,26	3.388,10
Jociane Guedes Martins	526.396.499-49	32.800	18.776,80	-	18.776,80
Jorge Maurício Froeder	600.574.161-68	44.209	13.824,77	5.065,90	18.890,67
Julio Cesar Sarneski	445.574.939-04	40.145	4.195,00	7.370,55	11.565,55
Luiza Helena Parente Porto	432.986.219-00	3.000	290,00	1.985,27	2.275,27
Mirian Kruse dos Santos Camargo	748.186.780-15	8.000	4.300,32	2.291,77	6.592,09
Osmar Rodrigues da Costa	828.277.709-97	14.406	13.000,00	-	13.000,00
Paulo Engly Souza Matos	963.772.915-15	54.438	14.421,26	3.019,14	

					17.440,40
<b>Raimundo Lopes Barbosa</b>	<b>087.097.771-72</b>	<b>16.000</b>	<b>2.825,00</b>	<b>-</b>	<b>2.825,00</b>
<b>Rawitscher Luna Silva</b>	<b>677.367.933-87</b>	<b>12.000</b>	<b>11.600,00</b>	<b>-</b>	<b>11.600,00</b>
<b>Reinaldo Garcia Duarte</b>	<b>078.919.728-69</b>	<b>31.959</b>	<b>5.450,00</b>	<b>498,68</b>	<b>5.948,68</b>
<b>Renato Rocha Prado</b>	<b>021.306.217-83</b>	<b>38.640</b>	<b>23.674,95</b>	<b>-</b>	<b>23.674,95</b>
<b>Rigno Santos Amaral Filho</b>	<b>844.731.771-49</b>	<b>4.934</b>	<b>100,00</b>	<b>42,52</b>	<b>142,52</b>
<b>Vinicius Tadeu Correa</b>	<b>900.034.627-49</b>	<b>27.970</b>	<b>7.110,00</b>	<b>4.860,00</b>	<b>11.970,00</b>
<b>Total utilizado pela UG</b>			<b>218.071,00</b>	<b>72.193,15</b>	<b>290.264,15</b>

Fonte: SIAFE E BANCO DO BRASIL

### Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo - Série Histórica (Quadro A.13.2)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2008	355	218.997,00	89	58.040,05	277.037,05
2009	399	212.821,33	95	82.035,55	294.856,88
2010	352	218.071,00	71	72.193,15	290.264,15

Fonte: SIAFE E BANCO DO BRASIL

*ANEXO IV - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA  
DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO  
REFERENTE AO ITEM 17 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010*

1) RELATÓRIO PATRULHA DA SAÚDE 2010.....	p. 75
2) RELATÓRIO PROJETO DE TRATAMENTO E GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO.....	p. 82
3) PLANO DE MELHORIA DA GESTÃO 2010.....	p.100
4) PLANILHAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UJ.....	p. 103



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA

**PATRULHA DA SAÚDE 2010**  
**NA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA**  
**(Relatório)**

**Gestor da SR/DPF/SC:**  
Ademar Stocker  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional

**Responsável Técnica:**  
Fabiana Regina Ely  
Assistente Social da SR/DPF/SC  
CRESS/SC nº 3066/ Matr. DPF nº 11445

**Julho a Dezembro/ 2010**

## **SUMÁRIO**

- I. Patrulha da Saúde: apresentação do projeto de saúde executado em 2010 nas unidades da Polícia Federal em Santa Catarina
- II. Anexo I: Cartão de Saúde
- III. Anexo II: Fotos do Patrulha da Saúde 2010 nas unidades da Polícia Federal em Santa Catarina
- IV. Anexo III: Relatório Estatístico Geral
- V. Anexo IV: Relatórios estatísticos e descritivos por unidade

## **PATRULHA DA SAÚDE: apresentação do projeto de saúde executado em 2010 nas unidades da Polícia Federal em Santa Catarina**

O projeto PATRULHA DA SAÚDE, executado em 2010 nas unidades da Polícia Federal em Santa Catarina, tem uma história vinculada as grandes mudanças provocadas pela Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS). Esta política, que se aplica a todos os órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), incluindo os servidores da Polícia Federal (PF), vem sendo construída de forma coletiva, com a participação dos profissionais de saúde, das áreas de recursos humanos e das entidades sindicais, num processo gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Para atender as suas diretrizes estão sendo criadas, nas diferentes regiões do país, unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS)<sup>3</sup>. Estas unidades prevêem a assinatura de termos de cooperação técnica entre os órgãos, possibilitando assim otimizar e incrementar os recursos orçamentários, propiciando o uso racional dos materiais, equipamentos, força de trabalho, imóveis e instalações. O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional.

Seguindo orientação recebida do órgão central, a Polícia Federal em Santa Catarina já assinou o seu acordo de cooperação com a unidade SIASS mais próxima<sup>4</sup>, integrando-se assim a uma rede de profissionais de saúde muito maior do que a existente em seu quadro de pessoal<sup>5</sup>, contando agora com o amparo legal para as ações, os projetos e os programas a serem desenvolvidos na área da saúde. Vale lembrar que antes do SIASS, cada órgão tinha suas diretrizes e atuava conforme suas possibilidades e demandas. A Polícia Federal em Santa Catarina, por exemplo, tratou de atender a promoção da saúde com um projeto do Serviço Social/SR/DPF/SC, criado em 2005 e denominado “Semanas de Saúde”.

Este projeto procurava, minimamente, estabelecer um momento qualificado de escuta e de orientação aos servidores da polícia federal no estado, incluindo as unidades descentralizadas, que via de regra são as que apresentam maior carência nesta área. Baseando-

---

<sup>3</sup> Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

<sup>4</sup> O acordo foi assinado na manhã do dia 04 de outubro de 2010, pelo Superintendente Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, o DPF Ademar Stocker perante o Vice-Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Senhor Carlos Alberto Justo Silva.

<sup>5</sup> Na data de adesão ao SIASS, a Polícia Federal em Santa Catarina contava com apenas dois profissionais na área da saúde: 01 Assistente Social e 01 Odontólogo, estando este último com tempo para aposentar-se.

se numa atuação multiprofissional – assistente social, educador físico, enfermeiro, médico, odontólogo, psicólogo, etc – as ações eram pensadas e executadas nas unidades, com atendimentos individuais e coletivos.

Ocorre que em 2010 o projeto não foi liberado pela Diretoria de Gestão de Pessoas da PF, nos moldes em que vinha ocorrendo. Partiu-se, então, na busca de alternativas viáveis para a continuidade das ações. Foi assim que, nas reuniões do SIASS, ocorreu uma aproximação com a Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina e diante das dificuldades em comum, estabeleceu-se uma parceria entre os órgãos para fortalecer as atividades de saúde de ambos.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) já tinha o projeto, assim como o recurso financeiro para a sua execução em 2010, mas a sua equipe de saúde ainda não estava fechada. Deste modo, no momento em que a PRF abraça os servidores da Polícia Federal em Santa Catarina, estendendo o atendimento do Projeto PATRULHA DA SAÚDE para as sete unidades da PF no estado, sua equipe ganha o reforço da Assistente Social da SR/DPF/SC, Fabiana Regina Ely e, posteriormente, de uma agente administrativa com formação em psicologia, Karine Krawulski. Portanto, o Patrulha da Saúde, que seria pela primeira vez executado em Santa Catarina, já começa inovando, ao ser redesenhado para atender concomitantemente as duas polícias. Uma experiência enriquecedora, que permitiu avançar nas possibilidades do atendimento oferecido ao servidor.

Os trabalhos iniciaram na primeira semana de julho/2010 e foram concluídos em dezembro/2010. No total a equipe atendeu sete unidades da PF e nove unidades da PRF. Os atendimentos aconteciam em foram de um circuito de exames individuais em saúde, executados de modo ágil (em torno de 60 minutos por servidor), contendo sete estações com as seguintes testagens:

#### **1ª Estação – Coleta de Dados**

A Coleta de Dados é a primeira etapa do circuito, é o momento de acolhida e de orientação ao servidor, para em seguida iniciar o registro dos seus dados de identificação.

#### **2ª Estação – Antropometria I**

Esta estação avalia o peso, a altura, o índice de massa corporal e as circunferências abdominal e cervical.

#### **3ª Estação – Antropometria II**

Na segunda etapa da antropometria, gerenciada por profissional da educação física, é aferida a pressão arterial, estabelecido o percentual de gordura corporal por bioimpedância, medida a frequência cardíaca e a saturação periférica de oxigênio. Ao término das avaliações, o servidor recebe a orientação sobre a classificação e a representação das suas medidas, bem como sugestões de hábitos saudáveis.

#### **4ª Estação – Medicina de Tráfego**

Entende-se por Medicina de Tráfego as condições mínimas necessárias para o indivíduo dirigir com segurança. Assim, com o auxílio de equipamentos específicos, é medida a força manual, a acuidade auditiva, a acuidade visual, com testes de noção de profundidade e alinhamento, visão cromática, testes de reação ao ofuscamento e do campo visual (visão periférica). Para a execução desta etapa o profissional necessita de uma sala com isolamento de luz e som. Todas as testagens foram executadas sem o uso do óculos.

### **5ª Estação – Bioquímica**

Nesta estação a Técnica de Enfermagem, com o uso de equipamentos de resultado rápido, consegue obter as taxas de glicemia, colesterol total e triglicérides. Contudo, a forma de organização dos atendimentos dificultou a realização destes exames em jejum. O resultado é sempre tomado como referência para orientar o servidor quanto a sua alimentação e demais hábitos associados as possíveis alterações.

### **6ª Estação – História Prévia e Hábitos de Vida**

Esta etapa é realizada por psicólogo e/ou assistente social e trata dos hábitos de vida associados a comportamentos de risco, tais como: uso de álcool e tabaco, percepções das alterações de peso e saúde mental (estresse), prática de atividade física e/ou relaxamento, qualidade do sono noturno e escala de sonolência diurna. Esta estação permite ampliar o espaço de escuta, orientação e encaminhamento, pois é efetuada por profissional competente e em ambiente reservado.

### **7ª Estação – Orientações de Saúde**

A última estação é designada para atendimento do médico, que terá condições de avaliar os resultados gerais, uma vez que o servidor lhe apresentará o cartão de saúde contendo as anotações dos resultados obtidos nas outras seis estações. O médico pode solicitar novos exames, encaminhá-lo para uma investigação com clínico especializado, enfim, terá condições mínimas de providenciar ao servidor a devida orientação em saúde.

Ao término do circuito o servidor recebe a cópia do seu cartão de saúde, contendo no verso todos os referencias utilizados para a classificação técnica. O cartão original fica com a equipe técnica, para ser utilizado com fins de comparação clínica no ano de 2011.

A seguir, na Tabela 01, é possível acompanhar as datas de realização do Patrulha da Saúde nas unidades da PF, bem como o quantitativo de atendimentos.

**TABELA 01: Atendimento do Patrulha da Saúde 2010 na Polícia Federal em Santa Catarina**

UNIDADE	DATA DO PATRULHA	ATENDIMENTOS		
		SERVIDORES	OUTROS <sup>1</sup>	TOTAL
DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM LAGES	08 E	15	04	19



<b>09/07/2010</b>				
<b>DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM JOINVILLE</b>	<b>26 E 27/08/2010</b>	<b>37</b>	<b>03</b>	<b>40</b>
<b>DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM ITAJAÍ</b>	<b>29/09 A 01/10/2010</b>	<b>33</b>	<b>15</b>	<b>48</b>
<b>DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM DIONÍSIO CERQUEIRA</b>	<b>19/10/2010</b>	<b>21</b>	<b>18</b>	<b>39</b>
<b>DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM CHAPECÓ</b>	<b>22/10/2010</b>	<b>06</b>	<b>05</b>	<b>11</b>
<b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM FLORIANÓPOLIS</b>	<b>28 E 29/10/2010</b>	<b>82</b>	<b>00</b>	<b>82</b>
<b>DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM CRICIÚMA</b>	<b>03/12/2010</b>	<b>13</b>	<b>05</b>	<b>18</b>
<b>TOTAL</b>	<b>--</b>	<b>207</b>	<b>50</b>	<b>257</b>

Fonte: ELY, F.R. (2010).

<sup>1</sup> Estão incluídos neste grupo: terceirizados, estagiários, familiares e policiais rodoviários federais que foram atendidos no local devido à localização facilitada.

A equipe técnica compunha-se de aproximadamente oito profissionais<sup>6</sup> que, seguindo um cronograma pré-estabelecido, visitaram todas as unidades da PF no estado, aproveitando

<sup>6</sup> A equipe contou com a colaboração de diversos profissionais, que se revezaram no atendimento das unidades. Integraram a equipe, de modo alternado, os seguintes profissionais: Carlos André Poluceno Possamai (policial rodoviário federal, com formação em educação física e integrante da equipe de resgate da PRF); Daniel Alves Brasil (policial rodoviário federal); Ederaldo Mário de Abreu (policial rodoviário federal, integrante da equipe de resgate da PRF); Eliane Bastos Moreira Lima (psicóloga voluntária); Fabiana Regina Ely (assistente social da Polícia Federal em SC); Isabel Pinto Mendes (agente administrativa da Polícia Rodoviária Federal); Jean Moacir Dalbosco (policial rodoviária federal, integrante da equipe de resgate da PRF); Juliana Gaspar Baima Magalhães (policial rodoviária federal); Karine Krawulski (agente administrativa da Polícia Federal, com formação em psicologia); Márcia Regina da Silva (técnica de enfermagem voluntária e integrante da equipe de resgate da PRF); Maria Antonieta Brito Beck (psicóloga voluntária); Núria Palomero Machado (policial rodoviária federal, com formação em musicoterapia);

sempre a proximidade da unidade da PRF visitada pelo projeto. O equipamento utilizado pela equipe é de rápida montagem, exigindo da unidade apenas a disponibilização de salas, mesas e cadeiras.

Para 2011 a expectativa é fortalecer a parceria iniciada em 2010, mantendo os atendimentos conjuntos do projeto. É importante lembrar que esta parceria no modo como foi executada em Santa Catarina mostrou-se não só viável, mas principalmente, indicada para a realidade policial, oportunizando espaços qualificados de escuta, orientação e acompanhamento da saúde dos servidores. Além disso, otimiza os custos, divide as responsabilidades e eleva a qualidade dos serviços ofertados, provocando a aproximação entre os servidores das duas polícias.

Como sugestão fica o aumento da participação da PF na execução do projeto em 2011<sup>7</sup>, no que diz respeito aos recursos financeiros, materiais e humanos. Sugere-se ainda a divulgação deste case de sucesso para as demais unidades, até porque se trata de uma alternativa possível e facilitada para trabalhar a promoção da saúde no meio policial.

---

*Naiara Vicentini (policial rodoviária federal, integrante da equipe de resgate da PRF). Além destes, em cada unidade contou-se com a colaboração de médicos locais, cedidos geralmente por outros órgãos públicos.*

<sup>7</sup> Em 2010, a Polícia Rodoviária Federal bancou financeiramente os custos do projeto desenvolvido nos dois órgãos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SANTA CATARINA

# **PROJETO DE TRATAMENTO E GESTÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO**

## **DA SR/DPF/SC**

### **RELATÓRIO FINAL**



Florianópolis/SC, março de 2011.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

José Eduardo Cardozo – Ministro de Estado

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DPF**

DPF Leandro Daiello Coimbra – Diretor-Geral

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM SC**

DPF Ademar Stocker – Superintendente Regional

***Comissão Permanente Descentralizada de Avaliação de Documentos - CDAD/SR/SC***

***Coordenação***

*Sandra Buth Zanon*

***Planejamento e Execução:***

*Adriana Vitalis*

*Cynthia Figueredo Eltermann*

*Elisabete Maria de Lima*

*Luiz Carlos Mayora Aita*

## INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente Descentralizada de Avaliação de Documentos - CDAD/SR/SC está constituída desde o ano de 2006 e, em 2009, ganhou novos membros que impulsionaram suas atividades. A fim de atender a Portaria nº 130/2005-DLOG/DPF que estabelece as atribuições das CDAD's, foi desenvolvido o Projeto de Tratamento e Gestão de Documentos de Arquivo da SR/DPF/SC.

O referido Projeto teve como público-alvo os servidores da SR/DPF/SC e de suas Delegacias Descentralizadas e foi executado entre outubro de 2008 e março de 2011. Seu objetivo geral era organizar e tratar tecnicamente os documentos de arquivo recebidos, produzidos e acumulados nos setores de trabalho e nos depósitos e orientar os servidores quanto à aplicação de práticas arquivísticas, de modo a implementar um Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo na SR/DPF/SC.

Tendo como base o Projeto e as propostas de ação dos Relatório Parciais apresentados, respectivamente, em agosto e dezembro de 2009, foi dada continuidade aos trabalhos de arquivo durante o período 2010/2011, a fim de alcançar os objetivos inicialmente estabelecidos. Assim, para finalizar o Projeto, apresenta-se o presente Relatório Final com a exposição de todas as ações propostas durante sua execução e os respectivos resultados.

## **1. AÇÕES PROPOSTAS**

### **1.1 Diagnosticar a situação atual dos arquivos setoriais e dos depósitos – realizado**

Entre 2008 e 2009 foi realizado o levantamento de informações para diagnóstico da situação atual dos arquivos da SR/DPF/SC junto a todas as unidades setoriais centrais e descentralizadas. Os dados foram obtidos por meio da aplicação de questionário, visitas técnicas e entrevistas com os responsáveis pelas unidades e/ou os responsáveis pela guarda de documentos.

### **1.2 Orientar os setores quanto à aplicação de práticas arquivísticas como classificação, avaliação e organização de documentos – parcialmente realizado**

Desde o início do Projeto todos os setores interessados contaram com assistência técnica da CDAD/SR/SC para organização de seus documentos correntes, bem como para tratamento de documentos para fins de transferência/recolhimento ao Arquivo Geral.

### **1.3 Apresentar o Código de Classificação (CCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) aos servidores e instruir quanto à sua adequada operacionalização na classificação e avaliação de documentos – parcialmente realizado**

Os instrumentos de gestão foram devidamente apresentados aos setores que solicitaram assistência técnica e estão publicados na intranet da CPAD/DPF, <http://cti.dpf.gov.br/cpad/>.

### **1.4 Instituir e organizar o Arquivo Geral da SR/DPF/SC, através da adequação do espaço físico, higienização, classificação, triagem, avaliação e arranjo físico do acervo documental – realizado**

Apesar de não constar de sua estrutura formal, o Arquivo Geral da SR/DPF/SC foi instituído no início do Projeto com a adequação do espaço físico à época utilizado como depósito de documentos e outros materiais. Após remoção dos materiais diversos depositados no local, os documentos foram higienizados e passaram a ser devidamente tratados.

### **1.5 Estabelecer procedimentos para a transferência, empréstimo e consulta aos documentos de arquivo no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da SR/DPF/SC – realizado**

A publicação de normativa regulando a transferência/recolhimento de documentos ao Arquivo Geral era imperiosa para o estabelecimento de procedimentos padrão de tratamento, identificação e acondicionamento dos documentos que passassem a integrar o acervo do Arquivo Geral.

#### **1.6 Desenvolver e implementar um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (GED) para controle do acervo do Arquivo Geral – realizado**

Na impossibilidade de desenvolvimento de um sistema de informação pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, foi desenvolvido o sistema ARQSYS, em Microsoft Access 2002, para controle do acervo. A utilização de uma ferramenta tecnológica para localização de documentos e recuperação de informações era imprescindível e tornou a consulta ágil e segura.

#### **1.7 Realizar treinamentos coletivos a fim de dar a conhecer e estabelecer as práticas arquivísticas no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da SR/DPF/SC – parcialmente realizado**

Foi elaborado o Treinamento de Arquivo com o fim de orientar servidores das Delegacias Descentralizadas para dar início aos trabalhos locais de gestão documental. Infelizmente, por falta de recursos financeiros, apenas uma Delegacia do interior do Estado recebeu o treinamento.

#### **1.8 Difundir a política de arquivo da Polícia Federal e sensibilizar os servidores para a importância dos documentos de arquivo e da padronização das práticas arquivísticas – parcialmente realizado**

Na intranet da SR/DPF/SC foram divulgadas informações gerais acerca da política de arquivo da Polícia Federal bem como o Projeto de Tratamento e Gestão de Documentos da unidade, seus relatórios, os formulários padrão adotados na gestão dos arquivos e os instrumentos de gestão. Além disso, a página também conta com normativas e links de interesse e artigos relacionados à gestão de documentos.

#### **1.9 Otimizar a coordenação da caixa de mensagens da SR/DPF/SC – realizado**

Considerando que a caixa de mensagens eletrônicas [cm.nti.srsc@dpf.gov.br](mailto:cm.nti.srsc@dpf.gov.br) é a porta de entrada e saída de correspondências eletrônicas enviadas e recebidas pela SR/DPF/SC, a mesma foi redirecionada diretamente ao Gabinete - GAB, setor responsável por sua administração. Além disso, foram dadas orientações acerca da validade jurídica do e-mail e a maneira adequada de

gestão das mensagens eletrônicas, de modo a desobrigar o Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI de uma função que não lhe era própria e evitar retrabalho, primando sempre pela conformidade legal.

#### **1.10 Automatizar as correspondências – não realizado**

É indubitável a necessidade de estabelecer um sistema de gerenciamento eletrônico dos documentos na Polícia Federal. Na ausência de um único sistema que atenda as necessidades de gestão de documentos de todo o órgão, cada unidade adota procedimentos e ferramentas específicas para atender essas questões. Por constatar-se serem os arquivos correntes da SR/DPF/SC basicamente compostos de correspondências, propôs-se a adaptação do SISGER para uso na expedição e tramitação eletrônica dessas espécies documentais. No entanto, apesar do empenho dos envolvidos para a efetiva transformação do SISGER num sistema de GED, não se pôde olvidar o fato de que a Polícia Federal mantém uma parceria com o Ministério da Justiça - MJ, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI para o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas que gerenciem atividades-meio realizadas pelos órgãos públicos, tais como administração e logística e gestão de pessoas. Tais ferramentas serão corporativas e, portanto, mais apropriadas. Neste contexto, obteve-se informação de que essas ferramentas tecnológicas de gestão de documentos seriam finalizadas ainda em meados do ano de 2010, fazendo com que se recuasse da iniciativa de desenvolvimento de um sistema de GED local, uma vez que representava um trabalho árduo que corria o risco de não ter aplicabilidade futura frente ao sistema de GED nacional. No entanto, apesar de não ter sido desenvolvido o sistema de GED foi apresentado detalhamento do procedimento que seria adotado na adaptação do SISGER para viabilizar a expedição e trâmite de correspondências eletrônicas no âmbito da SR/DPF/SC, o qual pode servir de base para empreendimentos futuros nessa área, caso seja de interesse.

#### **1.11 Orientar e coordenar a implementação de banco de imagens para organização, preservação histórica e acesso às fotografias da SR/DPF/SC – não realizado**

Considerando que fotografias e artigos referentes a eventos e acontecimentos importantes envolvendo a unidade têm valor permanente, o objetivo com a ação proposta era aprimorar o tratamento dispensado a esses documentos, inclusive os digitais, implementando padrões de tratamento, a fim de garantir sua preservação, integridade e fidedignidade. Infelizmente, por falta de recursos humanos que atuassem na área de Comunicação Social desta SR/DPF/SC durante o



ano de 2010, não foi possível desenvolver essa atividade. No entanto, continuam válidas as sugestões de medidas para iniciar o tratamento das fotografias da unidade quando houver possibilidade.

#### **1.12 Orientar a elaboração de e-clipping na SR/DPF/SC – não realizado**

A clipagem tem por fim a preservação da memória institucional. A sugestão era iniciar a seleção de notícias que envolvessem a SR/DPF/SC e publicá-las, bem como preservá-las, eletronicamente, favorecendo assim a Gestão do Conhecimento. Infelizmente, por falta de recursos humanos que atuassem na área de Comunicação Social desta SR/DPF/SC durante o ano de 2010, não foi possível desenvolver essa atividade. No entanto, continuam válidas as sugestões para promover o e-clipping da unidade quando houver possibilidade.

#### **1.13 Desenvolver estudo de mensuração e custo da manutenção de informações eletrônicas na SR/DPF/SC – parcialmente realizado**

Os objetivos da proposta de mensuração e custo de manutenção das informações eletrônicas no âmbito da SR/DPF/SC eram quantificar a informação contida na rede, definir o valor dessa informação e estabelecer o custo de manutenção de informações eletrônicas em função de seu valor e do volume de informações desnecessárias armazenadas em rede. Verificou-se, no entanto, que valorar a informação não é tarefa fácil, além de divergirem as opiniões e as metodologias para sua quantificação e qualificação. Assim, buscou-se outras perspectivas de análise da informação eletrônica armazenada na rede da unidade e constatou-se que, atualmente, é impossível separar a informação orgânica da não-orgânica, uma vez que não há um tratamento padrão. Neste contexto, o mais importante e urgente é normalizar a triagem da informação eletrônica armazenada, o que possibilitará a classificação da informação orgânica com o fim de quantificá-la e qualificá-la no futuro, e o gerenciamento da não-orgânica pelo seu produtor. A partir dessas constatações foi estabelecido um padrão para a classificação da informação eletrônica, local adequado de armazenamento e definição de responsabilidades, visando a gestão da informação, acessibilidade e segurança da informação e redução de custos de manutenção. Ressalta-se que a conclusão dessa atividade se dará apenas com a ratificação da proposta de modelo de dados para gestão da informação eletrônica na SR/DPF/SC pela Administração e treinamento dos servidores para a efetiva adoção do modelo apresentado.

#### **1.14 Promover a abertura formal do Arquivo Geral da SR/DPF/SC – não realizado**

Embora o Arquivo Geral esteja instituído, sua abertura formal, com o fim de lhe dar visibilidade, não foi possível, entre outros motivos, pela falta de algumas adequações técnicas do espaço físico e pela própria escassez de recursos para tais adequações e comemorações.

#### **1.15 Elaborar Manual para o Arquivo Geral – realizado**

Após a instituição do Arquivo Geral e a implementação da gestão documental no âmbito da SR/DPF/SC era necessário registrar orientações técnicas de arquivo e informações pertinentes aos modelos de organização adotados, de modo que os servidores tivessem um roteiro para implementação e execução dos novos procedimentos. Assim, foi desenvolvido o Manual de Gestão de Documentos da Superintendência Regional da Polícia Federal em SC o qual é um norteador das questões arquivísticas suscitadas na unidade e pode servir de modelo para as demais Superintendências Regionais da Polícia Federal uma vez que se trata de documento singular.

#### **1.16 Realizar a eliminação formal dos documentos da SR/DPF/SC desprovidos de valor – parcialmente realizado**

A eliminação de documentos desprovidos de valor é resultado da avaliação e completa o trabalho desenvolvido nos arquivos. Após a conclusão da triagem de documentos realizada no acervo do Arquivo Geral entre os anos de 2008 e 2010, foi encaminhada a primeira Listagem de Eliminação de Documentos da SR/DPF/SC ao Arquivo Nacional para aprovação. A eliminação de documentos públicos só é permitida nesses termos e será realizada conforme rege a lei.

#### **1.17 Administrar as atividades de arquivo da SR/DPF/SC – realizado**

Todas as atividades de gestão documental vêm sendo desempenhadas pela Arquivista lotada na unidade em conjunto com a CDAD/SR/SC, desde orientação para organização de arquivos correntes, tratamento dos documentos acumulados no Arquivo Geral, incluindo triagem, classificação, avaliação e ordenação, transferências/recolhimentos de documentos, atendimento de consultas ao acervo e processamento de eliminações de documentos desprovidos de valor.

#### **1.18 Realizar reuniões periódicas da CDAD/SR/SC – realizado**

Desde o início do Projeto a Comissão Permanente Descentralizada de Avaliação de Documentos – CDAD/SR/SC, cuja última composição foi estabelecida pela Portaria nº 011/2010-

GAB/SR/DPF/SC, de 10/02/2010, publicada no Aditamento Semanal nº 006, de 12/02/2010, vem se reunindo periodicamente a fim de deliberar sobre as ações propostas para desenvolvimento no âmbito do Projeto, bem como distribuir atribuições e/ou responsabilidades aos membros. Eventualmente as reuniões da CDAD contaram com a participação de convidados. Todas as reuniões foram registradas em Ata da CDAD/SR/SC.

## **2. RESULTADOS OBTIDOS**

- Diagnóstico situacional dos arquivos da SR/DPF/SC o qual proporcionou conhecimento acerca da documentação produzida e acumulada pela unidade, isto é, espécies documentais, assuntos/tipologias documentais, datas-limite e volume documental acumulado, gênero documental e a situação do acervo encontrada no primeiro ano de desenvolvimento do Projeto com indicação das unidades de instalação<sup>8</sup> e mobiliário de armazenamento utilizados, métodos de arquivamento empregados e o estado de conservação dos documentos. Além disso, foi possível apresentar o histórico da unidade, baseado em pesquisa documental, e iniciar o levantamento do contexto de uso de sistemas de informação.
  
- Orientação e assistência aos setores com relação a procedimentos de arquivo visando melhor organização documental, conformidade legal e transferência/recolhimento de documentos ao Arquivo Geral.
  
- Estruturação do Arquivo Geral da SR/DPF/SC.

---

*<sup>8</sup>Unidade de instalação corresponde à embalagem utilizada para acondicionar os documentos. São unidades de instalação mais comuns a caixa-arquivo, pastas, maços, rolos e envelopes.*

**Fotos do depósito de documentos acumulados da SR/DPF/SC  
(situação encontrada em outubro de 2008 – início do Projeto)**

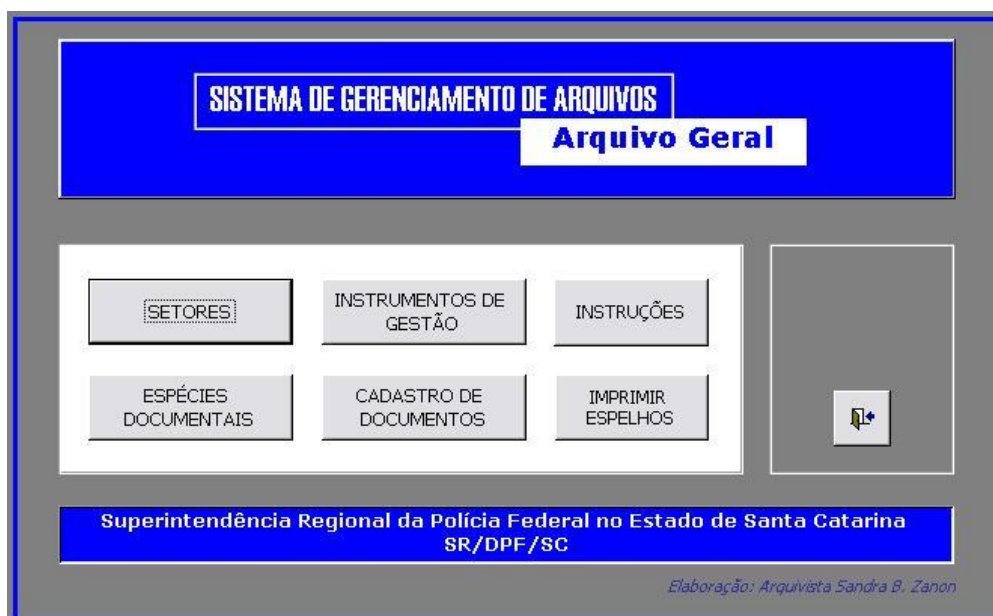


**Fotos do Arquivo Geral da SR/DPF/SC  
(situação em março de 2011 – final do Projeto)**





- Organização física do acervo documental do Arquivo Geral resultando em documentos classificados, ordenados e devidamente registrados em sistema de informação próprio que viabiliza sua rápida localização e consulta. Atualmente o acervo é composto por 1518 caixas-arquivo de documentos, todos registrados no sistema de informação, totalizando 2.327 registros.
- Publicação da Instrução de Serviço nº 001/2009-GAB/SR/DPF/SC que regula a transferência e recolhimento de documentos ao Arquivo Geral.
- Desenvolvimento e aplicação de um sistema de informação para controle do acervo, denominado ARQSYS. Segue abaixo imagens do sistema.



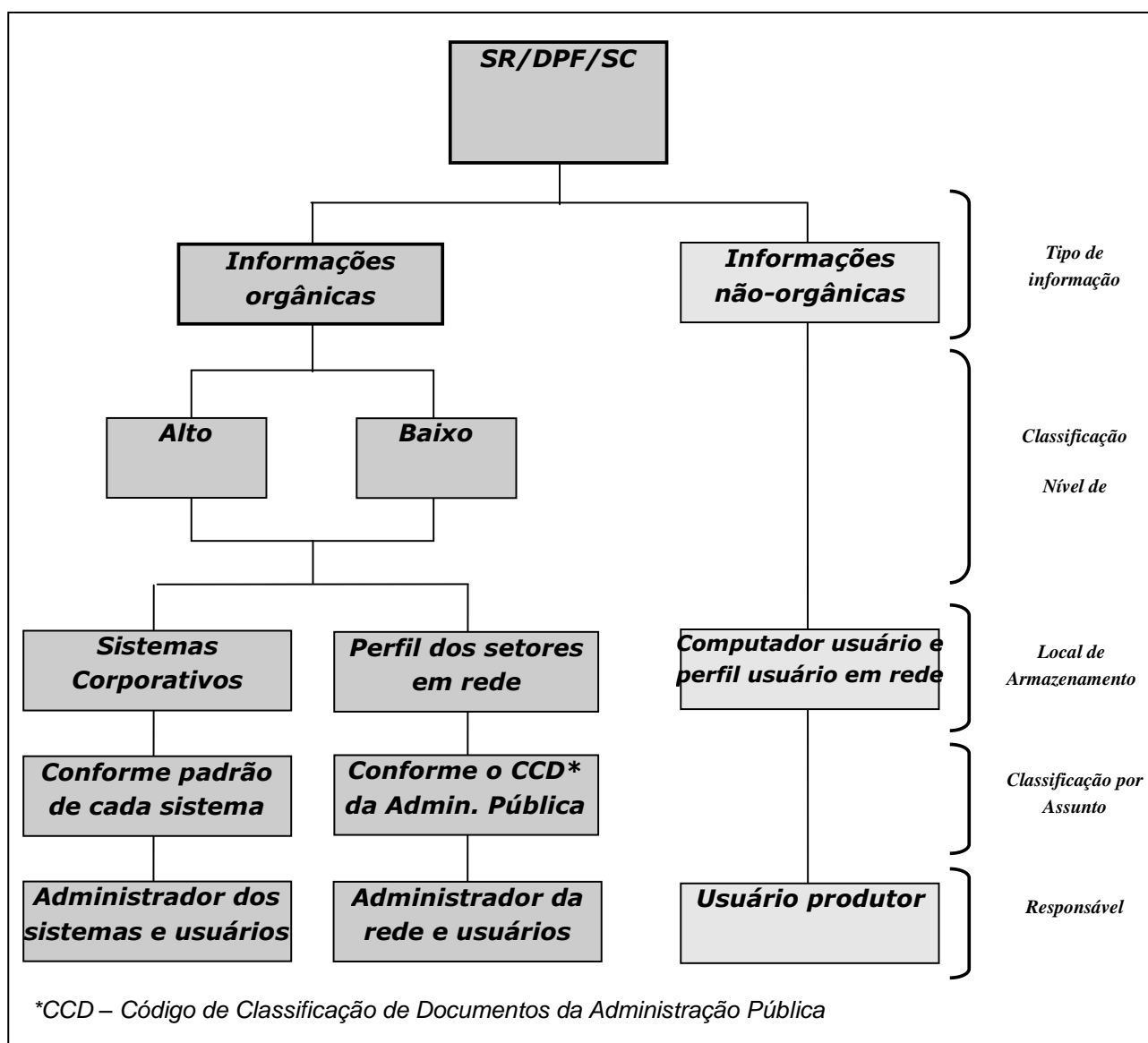
Menu de entrada do ARQSYS

DOCUMENTO				Código	738
Código de Classificação	Assunto	Espécie	Tipo		
601.400	Dossiê de inquerito policial	Dossiê	de Inquerito Policial		
Suporte	Grau Sigilo	Data Documento:	Nº Documento:	Observação	
Papel	Ostensivo	1994	001 a 045		
Setor Procedência		Setor Produção/Acumulação			
NUCART/DREX - Núcleo de Cartório		NUCART/DREX - Núcleo de Cartório			
LOCALIZAÇÃO			TEMPORALIDADE		
Local			Tempo Arquivo Corrente	Tempo Arquivo Intermediário	
AG			5 anos	5 anos	
Nº Estante/Armário		Nº Caixa/Pasta			
		270			
Destinação Final			Eliminação		
TRANSFERÊNCIA			EMPRÉSTIMO		
Setor			Setor		
NUCART/DREX - Núcleo de Cartório					
Data Trans			Data Empr	Prev Devolução	Data Devolução
09/01/2009					
ELIMINAÇÃO					
Data Prev Elim	Data Eliminação	Base Legal			

Formulário de cadastro dos documentos

- Realização da 1ª edição do Treinamento de Arquivo, realizado na DPF/JVE/SC, de 1º a 05 de março de 2010, no qual foram abordados assuntos relativos à gestão documental, tais como: classificação, avaliação, eliminação e organização de documentos, com ênfase ao tratamento da massa documental acumulada na Delegacia.
- Desenvolvimento de página na Intranet local com informações sobre o Projeto de Tratamento e Gestão de Documentos da SR/DPF/SC e outras informações de arquivo.
- Redirecionamento da caixa de mensagens eletrônicas da SR/DPF/SC, a saber, [cm.nti.srsc@dpf.gov.br](mailto:cm.nti.srsc@dpf.gov.br) diretamente ao Gabinete - GAB e orientação daquele setor para a correta gestão das informações enviadas e recebidas.
- Desenvolvimento de modelo de dados padrão para gestão da informação eletrônica produzida e recebida na SR/DPF/SC, conforme especificado no quadro a seguir.





- Publicação do Manual de Gestão de Documentos da Superintendência Regional da Polícia Federal em SC, o qual registra conceitos e princípios arquivísticos, noções de classificação e avaliação documental, instruções para arquivamento, transferência e eliminação de documentos, legislação arquivística, dicas de preservação e conceitos relativos à questão dos documentos eletrônicos.
- Conclusão e encaminhamento da primeira Listagem de Eliminação de Documentos da SR/DPF/SC para aprovação do Arquivo Nacional, cujo processo está em fase de conclusão, visto que o mesmo já foi deferido, com previsão de efetiva eliminação dos documentos selecionados ainda no primeiro semestre de 2011.

- Eliminação de 690Kg de papéis sem valor de arquivo, após triagem dos documentos encontrados no depósito. Os papéis foram doados a associação de reciclagem conveniada da SR/DPF/SC, Associação Acaresi e a inutilização dos papéis foi realizada em 22/07/2010 e devidamente acompanhada pela Arquivista da unidade.
  
- Recepção entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2011, por transferência/recolhimento, de um total de 877 (oitocentas e setenta e sete) caixas-arquivo de documentos, provenientes de diversos setores da SR/DPF/SC, os quais estão sob custódia e guarda do Arquivo Geral.
  
- Atendimento de consultas ao acervo do Arquivo Geral.
  
- Estabelecimento de padrão de arquivamento para o arquivo corrente de processos licitatórios e financeiros do Setor de Logística Policial – SELOG, conferindo-lhe agilidade na recuperação de informações e conformidade legal, hábil a atender satisfatoriamente a Administração e auditorias.
  
- Reuniões periódicas da CDAD/SR/SC, tornando a gestão documental na SR/DPF/SC um processo democrático e participativo.

### **3. PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS**

Conforme pode ser constatado no presente Relatório Final, por meio dos resultados obtidos, sessenta por cento (60%) das ações propostas durante a execução do Projeto foram concretizadas, portanto, os objetivos iniciais foram parcialmente atingidos. Entre as causas desse resultado estão a falta de recursos humanos, materiais e financeiros para a realização das atividades de gestão documental, bem como a baixa conscientização do público-alvo sobre a importância do trabalho arquivístico. Neste contexto, ressalta-se que algumas das atividades iniciadas necessitam ser devidamente acompanhadas para seu termo a contento e, outras, continuadas para o êxito da gestão documental na SR/DPF/SC.

A correta gestão de documentos de arquivo exige um plano de ação para sua efetiva implementação, além de treinamento e orientação contínua dos servidores do órgão. Trata-se de um trabalho integrado, e não isolado, que necessariamente deve abranger o órgão como um todo, caso contrário não será possível alcançar-se a excelência em organização documental. Importante salientar ainda que a implementação da gestão documental é um processo extenso, cujos resultados não são percebidos imediatamente a nível de órgão, mas são claramente visíveis nos setores de trabalho. Do mesmo modo, não resta dúvida de que a gestão documental trará eficiência a longo prazo, quando informações e documentos necessitarem ser localizados para responder a questões administrativas importantes ou servirem para fins culturais como fonte de informação histórica, visto que será possível reconstruir a evolução do órgão através dos documentos.

Diante do exposto, certo é que os trabalhos relacionados à gestão documental e ao estabelecimento de políticas de arquivo precisam ser realizados em cooperação entre todos os envolvidos, ou seja, trata-se de um processo participativo que necessita do apoio da Alta Administração do órgão e da disponibilidade dos servidores. Neste sentido, ressalta-se que constituem fatores críticos de sucesso a aquisição dos recursos materiais que possibilitem o adequado acondicionamento e preservação dos suportes documentais e a conscientização dos envolvidos sobre a importância e o valor das informações inerentes aos documentos de arquivo, visto que se os documentos não forem preservados e sistematicamente organizados, independente do suporte físico, a informação estará inacessível e, por consequência, as necessidades da Administração não serão eficientemente atendidas.

Por fim, ressalta-se ainda que a manutenção do trabalho de gestão documental desenvolvido até a presente data, inclusive a atualização dos dados no sistema ARQSI, só será

possível com a indicação de servidor responsável pelo Arquivo Geral e seus serviços, mesmo que este setor não integre a estrutura formal da SR/DPF/SC.

Florianópolis/SC, 04 de março de 2011.

**PLANO DE MELHORIA DA GESTÃO – PMG**

	<b>CRITÉRIO/ALÍNEA</b>	<b>O QUE</b>	<b>POR QUÊ</b>	<b>QUEM</b>	<b>PRAZO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>COMO</b>	<b>RECURSOS</b>
1	<b>LIDERANÇA / F</b>	<i>Aplicar e ampliar na gestão da SR/SC os critérios de avaliação do GESPUBLICA</i>	<i>Para profissionalizar o sistema de gestão, promover a melhoria contínua, alcançar a excelência no atendimento e serviços e na satisfação das partes interessadas.</i>	Ademar Stocker – SR	Verificar a data de 2011	Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas	<i>Através da implantação do plano de melhoria da gestão 2010 e realização de novo ciclo de autoavaliação em 2011.</i>	médio
2	<b>ESTRATÉGIAS E PLANOS / E</b>	<i>Estimular a participação dos diversos níveis na construção e monitoramento das estratégias, intensificar a disseminação de forma adequada a todos da força de trabalho, quando pertinente</i>	<i>Para facilitar a compreensão e a consecução de objetivos, estimulando o aproveitamento dos conhecimentos administrativos/técnicos/operacionais acumulados pela corporação, para evitar que metas e estratégias fiquem adstritas ao plano teórico</i>	Ademar Stocker – SR	13/09/2010	Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas	<i>Constituir uma Comissão por Portaria, composta por representantes de todas as categorias funcionais, para análise, no prazo de 30 dias, do Plano de Metas e do Plano de Melhorias, identificando estratégias de ação, responsáveis e mecanismos de divulgação e acompanhamento</i>	não se aplica
3	<b>CIDADÃOS / B</b>	<i>Propor a expansão do acesso aos serviços e produtos e da divulgação de informações na internet para abranger mais áreas de atendimento ao público</i>	<i>Para agilizar o trabalho das áreas que prestam serviços a sociedade</i>	Comitê	30/09/2010	Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas	<i>Verificar a necessidade de expansão e divulgação de serviços a sociedade em suas respectivas áreas de atuação; SR encaminhar oficialmente documento às áreas centrais diretamente relacionadas às demandas para que providenciem a expansão e divulgação na Internet</i>	não se aplica
4	<b>SOCIEDADE / B</b>	<i>Criar sistemáticas para estimular a força de trabalho a desenvolver ações relativas à responsabilidade socioambiental</i>	<i>sem o envolvimento da força de trabalho não haverá desenvolvimento das demais oportunidades de melhoria levantadas no critério sociedade</i>	Fabiana Regina Ely – ASS	12/11/2010	Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas	<i>Pesquisar e apresentar experiências de sucesso; aplicar um questionário para verificar junto a todos os servidores quais melhorias podem ser implementadas; propor ao SR para validação e após aplicar a sistemática</i>	não se aplica

5	<b>INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO / A</b>	<i>Expandir o treinamento dos usuários no uso dos sistemas de informação utilizados na SR/DPF/SC</i>	<i>A falta de treinamento dos usuários, podem gerar prejuízos como retrabalho e perda de informações</i>	<i>Gil Felício Fernandes - AADM</i>	<i>29/10/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>Verificar as necessidades de treinamento de usuários dos sistemas de informação utilizados na SR/DPF/SC e organizar treinamentos direcionados</i>	<i>não se aplica</i>
6	<b>INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO / A</b>	<i>Integrar bases de dados</i>	<i>Para evitar o armazenamento do mesmo dado em mais de uma base e assegurar a segurança das informações armazenadas em meio eletrônico</i>	<i>Indalécio Pinheiro Júnior – APF</i>	<i>30/06/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>A partir da identificação de processos e rotinas, propor solução técnica para integração das bases de dados dos sistemas de informação utilizados na SR/DPF/SC; propor encaminhamento formal das sugestões às unidades centrais responsáveis</i>	<i>não se aplica</i>
7	<b>INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO / A</b>	<i>Criar mecanismos de verificação das necessidades de gestão eletrônica das informações</i>	<i>Para assegurar os requisitos de confiabilidade, integridade e acessibilidade das informações</i>	<i>Sandra Buth Zanon - ARQ</i>	<i>12/11/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>Identificar as necessidades de gestão da informação; propor um sistema de segurança da informação; propor uma sistemática de organização da informação eletrônica, de acordo com o programa de gestão documental da organização</i>	<i>não se aplica</i>
8	<b>PESSOAS / A</b>	<i>Elaborar um plano de lotação adequado a realidade local</i>	<i>Para evitar o desvio de função e adequar a força de trabalho às necessidades do trabalho e minimizar a necessidade de terceirização e estagiários, bem como para reduzir a sobrecarga de trabalho</i>	<i>Ademar Stocker – SR</i>	<i>13/10/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>Criar uma Comissão através de Portaria, pelo prazo de 3 meses, composta por um representante de cada categoria a qual deverá elaborar o plano de lotação ideal protocolada para o Superintendente Regional para validação e gestões para viabilizá-lo</i>	<i>não se aplica</i>

9	<b>PESSOAS / E</b>	<i>Criar uma comissão interna de prevenção dos acidentes de trabalho</i>	<i>Para que sejam definidas normas de segurança, indicadores de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho, para que haja prevenção e redução do número de acidentes</i>	<i>Ademar Stocker – SR</i>	<i>15/10/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>Criar Comissões com mandato anual através de Portaria, uma para cada unidade descentralizada da SR/SC; definir o Regimento Interno com as atribuições, deveres e direitos da Comissão; viabilizar treinamento dos membros da Comissão</i>	<i>baixo</i>
10	<b>PESSOAS / G</b>	<i>Realizar e efetivamente discutir e divulgar os resultados da pesquisa de clima organizacional e integrar os resultados às práticas de RH</i>	<i>Para verificar o clima da organização e estabelecer as ações para sua melhoria</i>	<i>Fabiana Regina Ely – ASS</i>	<i>12/11/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>Realizar pesquisa de clima organizacional em todas as áreas e unidades descentralizadas da organização a cada dois anos; propor as melhorias pertinentes ao SR para efetiva realização em parceria com as áreas responsáveis</i>	<i>não se aplica</i>
11	<b>PROCESSOS / A</b>	<i>Mapear e documentar os processos e levantar os requisitos e estabelecer os indicadores a serem atendidos</i>	<i>Sem documentação dos processos é difícil controlar e propor melhorias nos processos</i>	<i>Consultoria especializada</i>	<i>31/12/2010</i>	<i>Superintendência Regional e suas unidades operacionais descentralizadas</i>	<i>Contratar uma consultoria especializada, preferencialmente junto às Escolas de Governo; priorizar a documentação dos principais processos da área de apoio e da Polícia Administrativa</i>	<i>médio</i>

Florianópolis/SC, 21/05/2010.

Sandra Buth Zanon  
Presidente Comissão GESPUBLICA

Ademar Stocker  
Superintendente Regional

**Execução Orçamentária da UG 200370 por Programa e Atividades**

<b>UG</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>PROJ/ATIV</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>ND</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>ND+SB</b>	<b>LIQUIDADO</b>	<b>RAP</b>		
200370	8.349.349,86	0750	2000	7.992.300,81	319008	712,49	319008.05	712,49	-		
		0750			319092	1.662,47	319092.80	1.662,47	-		
		0750			335039	6.088,32	335039.01	4.942,63	1.145,69		
		0750			339014	237.006,52	339014.14	237.006,52	-		
		0750			339030	939.666,30	339030.01	417.956,58	110.307,55		
		0750					339030.04	2.300,00	-		
		0750					339030.06	560,00	-		
		0750					339030.07	35.672,00	-		
		0750					339030.16	25.659,43	-		
		0750					339030.17	58.883,00	-		
		0750					339030.21	5.721,00	-		
		0750					339030.24	33.222,92	-		
		0750					339030.39	236.107,36	1.900,46		
		0750					339030.44	4.446,00	-		
		0750					339030.47	-	6.930,00		
		0750					339033	367.984,07	339033.01	336.810,17	20.841,42
		0750							339033.02	10.332,48	-
		0750					339037	3.104.502,52	339037.01	1.152.901,75	224.301,63
		0750			339037.02	1.108.397,88			-		
		0750			339037.03	488.884,47			48.861,24		
		0750			339037.05	78.715,75			-		
		0750			339037.36	2.129,23			-		
		0750			339037.37	310,57			-		
		0750			339039	2.605.157,47	339039.03	13.838,51	3.633,49		
		0750					339039.05	1.500,00	-		
		0750					339039.10	154.213,76	15.250,00		
		0750					339039.16	182.082,38	4.425,29		
		0750					339039.17	118.173,40	49.172,40		
		0750					339039.19	91.686,97	5.959,00		
		0750			339039.16	7.414,33	-				



0750					339039.19	3.413,05	-
0750					339039.41	45.083,28	6.331,00
0750					339039.43	637.724,31	78.765,78
0750					339039.44	47.645,17	100,00
0750					339039.47	76.431,12	-
0750					339039.57	468.287,13	-
0750					339039.58	173.824,54	342.435,35
0750					339039.69	23.914,16	-
0750					339039.74	51.034,28	-
0750					339039.97	1.885,45	933,32
0750			339139	28.599,33	339139.47	8.364,25	20.235,08
0750			339047	13.261,35	339047.02	13.261,35	-
0750			339092	105.068,98	339092.14	21.999,40	-
0750					339092.33	3.980,25	-
0750					339092.37	3.752,12	-
0750					339092.39	74.953,95	-
0750					339092.92	190,94	-
0750					339092.93	192,32	-
0750			339192	5.132,53	339192.47	5.132,53	-
0750			339093	516.009,53	339093.01	130.299,66	-
0750					339093.02	4.948,67	-
0750					339093.09	380.761,20	-
0750			449052	61.448,93	449052.08	799,00	-
0750					449052.12	23.330,00	-
0750					449052.34	13.039,86	-
0750					449052.35	7.006,47	11.440,00
0750					449052.36	1.200,00	-
0750					449052.42	4.633,60	-
1453	20EV	294.297,34	339014	285.666,44	339014.14	285.666,44	-
1453			339030	4.570,00	339030.34	-	4.570,00
1453			339036	631,90	339036.02	631,90	-
1453			339039	3.429,00	339039.20	-	3.429,00
1453	8375	40.700,00	339092	10.700,00	339092.93	10.700,00	-
1453			339093	30.000,00	339093.01	23.600,00	6.400,00

		0089	0181	21.528,00	319008	21.528,00	319008.03	21.528,00	-
		0087	8452	523,71	339014	523,71	339014.14	523,71	-
<b>TOTAIS</b>	<b>8.349.349,86</b>			<b>8.349.349,86</b>		<b>8.349.349,86</b>		<b>7.381.982,16</b>	<b>967.367,70</b>
<b>CÓPIA</b>	<b>8.349.349,86</b>			<b>8.349.349,86</b>		<b>8.349.349,86</b>		<b>7.381.982,16</b>	<b>967.367,70</b>

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Projeto Ativi.</b>	<b>Descrição</b>	<b>PTRES</b>
0750	Administração da Unidade	2000	Apoio Administrativo	004488,004483,005965
1453	Seg. Pública com Cidadania (PRONASCI)	20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas	37435
1453	Seg. Pública com Cidadania (PRONASCI)	8375	Campanha Desarmamento	21402
0089	Previd. de Inativos e Pensionistas da União	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões	004487
0087	Gestão da Política de. Previdência Social	0087	Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária	021982

### Execução Orçamentária da UG 200371 por Programa e Atividade

<b>UG</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>PROGRAMA</b>	<b>PROJ/ATIV</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>ND</b>	<b>EXECUTADO</b>	<b>ND+SB</b>	<b>LIQUIDADO</b>	<b>RAP</b>
200371	4.073.780,70	0750	2000	28.776,24	339030	18.798,24	339030.01	131,78	-
							339030.03	22,59	-
							339030.04	581,00	-
							339030.11	238,80	-
							339030.16	1.451,84	-
							339030.17	997,20	-
							339030.19	451,63	-
							339030.20	12,86	-
							339030.21	1.430,63	-
							339030.22	1.131,10	-
							339030.24	4.613,11	-
							339030.25	1.109,27	-
							339030.26	5.159,16	-
							339030.28	281,32	-
							339030.30	338,26	-
							339030.31	126,00	-
							339030.42	442,99	-
							339030.44	278,70	-

				339039	9.978,00	339039.16	4.579,20	-
						339039.17	2.951,00	-
						339039.19	350,00	-
						339039.20	1.440,70	-
						339039.63	5,50	-
						339039.74	651,60	-
	0662	2726	3.521.273,04	339014	3.377.599,32	339014.14	3.355.012,07	-
						339014.16	22.587,25	-
				339030	78.624,36	339030.01	8.039,32	-
						339030.03	8.075,34	-
						339030.04	280,00	-
						339030.07	190,12	-
						339030.09	1.566,34	-
						339030.13	81,60	-
						339030.16	3.946,26	-
						339030.17	2.766,17	-
						339030.19	387,76	-
						339030.20	562,52	-
						339030.21	153,16	-
						339030.22	295,32	-
						339030.24	11.806,81	-
						339030.25	1.719,30	-
						339030.26	12.336,05	-
						339030.27	3.319,10	-
						339030.28	6.050,98	-
						339030.31	16,50	-
						339030.34	13.260,09	-
						339030.35	771,40	-
						339030.37	800,00	-
						339030.39	100,00	-
						339030.42	2.100,22	-
				339039	65.049,36	339039.10	50,00	-
						339039.11	550,00	-
						339039.12	8.900,00	-

							339039.14	40,00	-
							339039.16	15.999,50	-
							339039.17	6.790,92	-
							339039.19	3.920,00	-
							339039.20	20.190,00	-
							339039.39	730,00	-
							339039.47	114,00	-
							339039.51	1.451,60	-
							339039.63	1.447,25	-
							339039.66	1.542,47	-
							339039.69	203,62	-
							339039.73	400,00	-
							339039.74	2.470,00	-
							339039.78	250,00	-
	0662	2720	133.576,84	339014	15.723,40	339014.14	15.723,40	-	-
				339030	12.913,44	339030.52	12.913,44	-	-
				339036	86.804,00	339036.24	86.804,00	-	-
				339039	18.136,00	339039.42	18.136,00	-	-
	0662	2679	20.937,00	339014	5.095,50	339014.14	5.095,50	-	-
				339036	15.841,50	339036.02	15.841,50	-	-
	1353	8979	254.990,00	449051	254.990,00	449051.91	7.950,00	247.040,00	-
	1353	8980	114.227,58	449051	114.227,58	449051.91	45.691,03	68.536,55	-
<b>TOTAIS</b>	<b>4.073.780,70</b>		<b>4.073.780,70</b>		<b>4.073.780,70</b>		<b>3.758.204,15</b>	<b>315.576,55</b>	
CÓPIA	4.073.780,70		4.073.780,70		4.073.780,70		3.758.204,15	315.576,55	

<b>Programa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Projeto Ativi.</b>	<b>Descrição</b>	<b>PTRES</b>
0750	Administração da Unidade	2000	Apoio Administrativo	004488
0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União	004502
0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	004509
0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de	014188

1353	<i>Modernização da Polícia Federal</i>	8979	<i>Precursores Químicos Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal</i>	021470
1353	<i>Modernização da Polícia Federal</i>	8980	<i>Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal</i>	021471

## Execução Orçamentária da UG 200370 por Modalidade de Licitação

<b>Modalidade</b>	<b>Total</b>	<b>Liquidado 2010</b>	<b>RAP</b>
<i>Dispensa de Licitação</i>	967.812,70	858.270,63	109.542,07
<i>Licitação Inexigível</i>	177.351,53	157.016,45	20.335,08
<i>Não Aplicável</i>	1.236.432,04	1.228.886,35	7.545,69
<i>Pregão</i>	5.967.753,59	5.137.808,73	829.944,86
<b>Total</b>	<b>8.349.349,86</b>	<b>7.381.982,16</b>	<b>967.367,70</b>

<b>Modalidade</b>	<b>Número da NE</b>	<b>Credor</b>	<b>ND</b>	<b>Valor</b>	<b>Liquidado 2010</b>	<b>Inscrito RAP</b>
<i>Dispensa de Licitação</i>	900019	CELESC	339039	-	-	-
	900020	CELESC	339039	-	-	-
	900021	CELESC	339039	39.666,73	35.769,29	3.897,44
	900022	CELESC	339039	31.511,61	27.991,34	3.520,27
	900023	CELESC	339039	33.783,74	30.623,17	3.160,57
	900024	CELESC	339039	29.673,17	26.491,71	3.181,46
	900025	CELESC	339039	26.697,90	24.114,09	2.583,81
	900032	DUDA IMOVEIS	339039	-	-	-
	900040	IMOBILIARIA MARKIZE	339039	77.963,76	77.963,76	-
	900195	ELBRU	339030	980,00	980,00	-
	900224	CARIMBOS CENTER	339030	6.949,00	6.949,00	-
	900277	BRUTHAN COMERCIAL	339030	5.633,00	5.633,00	-
	900278	MZCE LTDA	339039	4.677,00	4.677,00	-
	900387	OXI-GENIO FPOLIS	339030	1.150,00	1.150,00	-
	900389	FORROTEX	339039	4.615,00	4.615,00	-
	900398	SEEAV ENGENHARIA	339039	1.500,00	1.500,00	-
	900402	HENRY EQUIP. SISTEMA	449052	1.200,00	1.200,00	-
	900405	HBL COMERCIO DE MAT	449052	2.689,86	2.689,86	-
	900418	ORTONEW	449052	799,00	799,00	-
	900419	ALTATECH	449052	7.006,47	7.006,47	-
	900426	CASAS DA AGUA	339030	3.100,00	3.100,00	-
	900456	DESTERRO	449052	403,60	403,60	-
	900462	GGL IND. MOVEIS LTDA	449052	1.440,00	1.440,00	-
	900468	CELESC	339039	492.122,77	437.122,77	55.000,00
	900476	CELESC	339039	71.591,62	64.169,39	7.422,23
	900498	ADRIANO	339039	6.300,00	6.300,00	-
	900500	IMOBILIARIA MARKIZE	339039	93.108,18	77.858,18	15.250,00
	900549	GONCALVES & CIA	339039	3.784,00	3.784,00	-
	900564	AURINA M DE ALMEIDA	449052	2.790,00	2.790,00	-
	900679	CELESC	339039	3.327,29	-	3.327,29
	900743	OXI-GENIO FPOLIS	339030	1.150,00	1.150,00	-

	900805	TECNOKLIMA AR COND	339039	4.200,00	-	4.200,00
	900863	DOLPHIN BARCOS LTDA	339030	4.570,00	-	4.570,00
	900864	DOLPHIN BARCOS LTDA	339039	3.429,00	-	3.429,00
<i>Inexigível</i>	900018	CASAN	339039	42.472,84	42.472,84	-
	900027	AGUAS DE JOINVILLE	339039	4.092,10	4.092,10	-
	900033	EBC	339139	13.234,89	2.138,40	11.096,49
	900034	EMP. BRAS. CORREIOS	339039	11.436,27	11.436,27	-
	900035	EMP. BRAS. CORREIOS	339039	64.994,85	64.994,85	-
	900036	FUNIN	339139	15.364,44	6.225,85	9.138,59
	900074	SEMASA/LAGES	339039	610,17	510,17	100,00
	900099	SEMASA/ITAJAI	339039	1.231,81	1.231,81	-
	900572	SEASSANTACATARINA	339039	23.914,16	23.914,16	-
<i>Não Aplicável</i>	000005	SR/DPF/SC	339093	30.000,00	23.600,00	6.400,00
	000006	SR/DPF/SC	339092	2.500,00	2.500,00	-
	000007	PMDEFLORIANOPOLIS	339047	13.261,35	13.261,35	-
	000008	CESAR LIMA	339092	100,00	100,00	-
	000014	ANGELINO OLIVEIRA	339093	59.099,46	59.099,46	-
	000015	IMOBILIARIA MARKIZE	339093	1.486,57	1.486,57	-
	000016	PMDECHAPECO	339093	285,06	285,06	-
	000017	ADRIANO GOMES	339093	7.885,99	7.885,99	-
	000019	OSCAR BIFFI	339093	14.970,60	14.970,60	-
	000020	EUREXPRESS	339092	-	-	-
	000022	EUREXPRESS	339092	3.980,25	3.980,25	-
	000024	PMDECHAPECO	339093	109,82	109,82	-
	000025	LEONARDO LISBOA	339093	8.097,59	8.097,59	-
	000027	CHRISTIAN BARTH	339093	151,50	151,50	-
	000028	IBROWSE	339092	9.964,65	9.964,65	-
	000029	BRASIL TELECOM S/A	339092	15.892,34	15.892,34	-
	000030	BRASIL TELECOM S/A	339092	18.756,37	18.756,37	-
	000031	LIDERANCA	339092	3.752,12	3.752,12	-
	000032	TEDESCO TURISMO	339092	190,94	190,94	-
	000033	BELMIRO OLIVEIRA	339093	7.514,33	7.514,33	-
	000034	SR/DPF/SC	339037	340,00	340,00	-
	000035	MARCIO ANATER	339093	200,00	200,00	-
	000036	SR/DPF/SC	339092	16.337,62	16.337,62	-
	000037	GERSON MAGNABOSCO	339093	92,15	92,15	-
	000038	ELIZABETE LIMA	339093	3.196,56	3.196,56	-
	000039	HELIOPRINT	339092	1.067,08	1.067,08	-
	000040	SR/DPF/SC	339092	767,45	767,45	-
	000041	DILMAR MONARIM	339093	11.922,61	11.922,61	-
	000042	SR/DPF/SC	339037	424,31	424,31	-
	000043	DANIEL FERREIRA	339093	3.175,45	3.175,45	-
	000044	SR/DPF/SC	339037	-	-	-
	000045	SR/DPF/SC	339037	212,15	212,15	-
	000047	SR/DPF/SC	339037	-	-	-
	000049	SR/DPF/SC	339037	820,67	820,67	-

000050	KARIN PEITER	339093	214,46	214,46	-
000051	MARCIO ANATER	339093	200,00	200,00	-
000053	SR/DPF/SC	339037	162,13	162,13	-
000054	SR/DPF/SC	339037	150,43	150,43	-
000060	TOMMY CARDOSO	319092	-	-	-
000061	FERNANDO BRITO	319092	-	-	-
000062	DANIEL FERREIRA	319092	-	-	-
000063	SR/DPF/SC	339037	5,74	5,74	-
000067	DILMAR MONARIM	339093	87,48	87,48	-
000068	SR/DPF/SC	339036	631,90	631,90	-
000069	SR/DPF/SC	339037	82,50	82,50	-
000070	AIRTON TAKADA	339093	39.399,64	39.399,64	-
000071	ANA GRISS	339093	23.758,16	23.758,16	-
000072	RENATO PRADO	339093	35.637,24	35.637,24	-
000073	ALEX PHILIPPI	339093	73,04	73,04	-
000074	ALEX PHILIPPI	339093	-	-	-
000075	EUDRO OLIVEIRA	339092	82,77	82,77	-
000076	MIRIAN SANTOS	339092	4.811,56	4.811,56	-
000077	BRASIL TELECOM S/A	339092	10.296,92	10.296,92	-
000078	BRASIL TELECOM S/A	339092	8.345,52	8.345,52	-
000079	FUNIN	339192	5.132,53	5.132,53	-
000080	DILMAR MONARIM	339092	92,32	92,32	-
000082	ALEX PHILIPPI	339093	56,00	56,00	-
000083	TELESP	339093	13,05	13,05	-
000084	SR/DPF/SC	339014	-	-	-
000085	SR/DPF/SC	339014	-	-	-
000086	ANGELITA SCHOBER	339093	57,00	57,00	-
000087	EVANDRO FIGUEIREDO	339093	28.406,76	28.406,76	-
000088	SR/DPF/SC	339037	241,87	241,87	-
000090	EDUARDO SILVA	339093	17.522,00	17.522,00	-
000091	ALEXANDRA RACHADEL	339093	35.765,24	35.765,24	-
000092	JOAO SOARES	339093	35.806,24	35.806,24	-
000093	JORGE MARTINS	339093	10.667,12	10.667,12	-
000094	WILLIAM PRADO	339093	24.045,36	24.045,36	-
000095	LUCIANO LICHESKI	339093	-	-	-
000097	LUCIANO LICHESKI	339093	16.061,38	16.061,38	-
000098	ROMULO RANGEL	339093	11.879,08	11.879,08	-
000099	NAZARENO KOICHE	339093	960,00	960,00	-
000100	MARCIO ANATER	339093	200,00	200,00	-
000101	SR/DPF/SC	339092	3.000,00	3.000,00	-
000103	MARCIO ANATER	339093	200,00	200,00	-
000106	SR/DPF/SC	339092	3.000,00	3.000,00	-
000107	IMOBILIARIA MARKIZE	339092	1.777,94	1.777,94	-
000109	SR/DPF/SC	339092	2.200,00	2.200,00	-
000110	DUDA IMOVEIS	339093	116.237,00	116.237,00	-
000114	CARLOS SOUZA	339093	85,29	85,29	-
000115	EDNALDO SILVA	339093	290,30	290,30	-



	000116	MARCIO ANATER	339093	200,00	200,00	-
	000127	BRASIL TELECOM S/A	339092	3.333,59	3.333,59	-
	000128	BRASIL TELECOM S/A	339092	5.519,54	5.519,54	-
	400702	SR/DPF/SC	339014	237.006,52	237.006,52	-
	403010	SR/DPF/SC	339014	285.666,44	285.666,44	-
	403870	SR/DPF/SC	339014	523,71	523,71	-
	900097	CIEE-SC	335039	6.088,32	4.942,63	1.145,69
	AUX FUNERAL		319008	11.879,08	11.879,08	-
	AUX FUNERAL		319008	9.648,92	9.648,92	-
	AUX					
	NATALIDADE		319008	712,49	712,49	-
	AUX					
	NATALIDADE		319092	474,99	474,99	-
	AUX					
	NATALIDADE		319092	474,99	474,99	-
	AUX					
	NATALIDADE		319092	712,49	712,49	-
Pregão	900001	EUREXPRESS	339033	331.192,70	331.192,70	-
	900002	ACCEL TRANSPORTES	339039	34.640,23	34.640,23	-
	900003	AGOST	339030	27.582,10	27.582,10	-
	900004	AGOST	339039	8.084,00	8.084,00	-
	900005	ALVACIR LONGA	339039	31.869,60	26.481,00	5.388,60
	900006	AUTO CENTER LAMERJ	339030	15.690,47	15.690,47	-
	900007	AUTO CENTER LAMERJ	339039	19.455,21	19.455,21	-
	900008	AUTO CENTER LAMERJ	339039	9.146,00	8.386,00	760,00
	900009	MECANICA TRINDADE	339030	31.425,85	31.425,85	-
	900010	MECANICA TRINDADE	339039	15.467,85	15.467,85	-
	900011	BRASIL TELECOM S/A	339039	12.497,67	12.497,67	-
	900012	BRASIL TELECOM S/A	339039	89.944,80	44.972,40	44.972,40
	900013	BRASIL TELECOM S/A	339039	107.000,00	20.174,92	86.825,08
	900014	BRASIL TELECOM S/A	339039	90.000,00	12.620,90	77.379,10
	900015	BRASIL TELECOM S/A	339039	76.752,49	8.679,36	68.073,13
	900016	BRASIL TELECOM S/A	339039	212.096,87	103.938,83	108.158,04
	900017	BRASIL TELECOM CEL	339039	2.818,77	1.885,45	933,32
	900026	CLARO S.A.	339039	17.912,86	15.912,86	2.000,00
	900028	CONFIANCA M.T. LTDA	339039	16.394,05	16.394,05	-
	900029	CONSESC ELEVADORES	339030	1.743,00	1.743,00	-
	900030	CONSESC ELEVADORES	339039	13.176,00	12.078,00	1.098,00
	900031	DATAVX	339039	58.440,00	58.440,00	-
	900037	GILMAR FERREIRA	339030	8.948,02	8.948,02	-
	900038	GILMAR FERREIRA	339039	3.622,42	3.622,42	-
	900039	IBROWSE	339039	37.846,13	37.846,13	-
	900042	F. ESPINDOLA COZINH	339039	19.544,68	18.602,28	942,40
	900043	LIDERANCA	339037	130.270,68	130.270,68	-
	900044	LINCE SEG ELETRONIC	339037	49.860,84	45.705,77	4.155,07
	900045	MB MICRO RESTAURACA	339030	11.797,43	9.896,97	1.900,46
	900046	MB MICRO RESTAURACA	339039	6.794,45	5.314,45	1.480,00

900047	MB MICRO RESTAURACA	339039	1.608,00	881,00	727,00
900054	MILENIUM	339030	131.134,14	131.134,14	-
900055	MILENIUM	339039	18.665,44	18.665,44	-
900056	ORCALI	339037	-	-	-
900058	ORCALI	339037	641.765,16	641.765,16	-
900059	ORCALI	339037	-	-	-
900061	ORCALI	339037	248.550,84	248.550,84	-
900062	ORCALI	339037	81.122,76	81.122,76	-
900063	ORCALI	339037	50.827,80	50.827,80	-
900064	ORCALI	339037	62.686,44	62.686,44	-
900065	ORCALI	339037	23.444,88	23.444,88	-
900066	ORCALI LTDA	339037	142.351,51	142.351,51	-
900067	PLANSUL PLAN.CONSL	339037	204.542,70	204.542,70	-
900068	PLANSUL PLAN.CONSL	339037	356.601,74	289.097,34	67.504,40
900069	ILHA BELA	339039	2.840,00	2.840,00	-
900070	P&R	339039	1.350,00	775,00	575,00
900071	RETIFICA CRICIUMA	339030	11.057,81	11.057,81	-
900072	RETIFICA CRICIUMA	339039	3.773,00	3.773,00	-
900073	RH_ EMPREITEIRA	339039	68.153,09	68.153,09	-
900075	ORIENTAL EXPRESS LT	339037	78.715,75	78.715,75	-
900076	SUL BRASIL	339037	64.914,16	59.117,68	5.796,48
900077	SUL BRASIL	339037	64.901,64	53.314,94	11.586,70
900078	SUL BRASIL	339037	65.617,00	59.757,77	5.859,23
900079	SUL BRASIL	339037	64.968,76	59.163,55	5.805,21
900080	SUL BRASIL	339037	69.973,84	55.972,96	14.000,88
900081	SUL BRASIL	339037	65.018,80	59.206,06	5.812,74
900082	VANDERLEI MAI ME	339039	2.216,00	1.216,00	1.000,00
900085	TICKET SERVICOS S/A	339030	499.198,88	395.385,99	103.812,89
900086	TICKET SERVICOS S/A	339039	17.472,00	13.838,51	3.633,49
900093	ORBENK	339037	178.173,84	178.173,84	-
900094	ORBENK	339037	457.753,58	305.111,42	152.642,16
900161	PANIFICADORA HELENA	339030	-	-	-
900162	FERNANDA	339030	3.600,00	3.600,00	-
900163	D.BEBIDAS CAMBIRELA	339030	11.600,00	11.600,00	-
900164	PANIFICADORA HELENA	339030	3.096,00	3.096,00	-
900165	OLIVIO PEDRON	339030	1.845,00	1.845,00	-
900166	MICROSENS LTDA	339030	16.796,00	16.796,00	-
900167	DISTR. POLAR LTDA	339030	1.750,00	1.750,00	-
900168	LUANDA COM.INFORMAT	339030	4.380,00	4.380,00	-
900170	DICAPEL	339030	8.640,00	8.640,00	-
900174	ELAINE T.H. FERRARI	339030	687,50	687,50	-
900177	A S MANUTENCAO	339030	28.379,92	28.379,92	-
900178	A S MANUTENCAO	339039	85.776,29	85.776,29	-
900181	CASTOR COM DE ÁGUA	339030	1.485,00	1.485,00	-
900182	COMERCIO	339030	920,00	920,00	-
900187	TAVI	339030	710,00	710,00	-
900188	COMERCIAL LOGISTICA	339030	159,80	159,80	-

900189	LUNARDELLI	339030	364,40	364,40	-
900190	PRESTES	339030	127,43	127,43	-
900191	PERI MAT.ESCRIT.	339030	342,00	342,00	-
900192	M.F. MACHADO SOARES	339030	756,00	756,00	-
900193	CIMAPEL	339030	273,00	273,00	-
900194	VISAO COMERCIO DE P	339030	1.798,30	1.798,30	-
900206	I.F. PIRES SERVIÇOS	339039	11.460,00	11.460,00	-
900222	TEDESCO TURISMO	339030	10.329,06	10.329,06	-
900223	DIBRAPE	339030	8.512,70	8.512,70	-
900381	OTREBOR	339030	16.800,00	16.800,00	-
900382	SPUR COMERCIO IMPOR	339030	11.100,00	11.100,00	-
900383	LEXBEMARK	339030	3.235,00	3.235,00	-
900384	LUANDA COM.INFORMAT	339030	3.000,00	3.000,00	-
900385	OLIVEIRA	339030	1.000,00	1.000,00	-
900386	FASTPRINTER	339030	572,00	572,00	-
900464	OTTO	339039	3.079,60	2.312,60	767,00
900465	GABRIELLY	339039	1.278,00	628,00	650,00
900528	CONTIPLAN	339030	4.446,00	4.446,00	-
900551	AUTARQUIA	339030	560,00	560,00	-
900569	BIO CRISTAL PRODUTO	449052	10.350,00	10.350,00	-
900571	FERNANDA	339030	7.200,00	7.200,00	-
900587	TEDESCO TURISMO	339030	10.223,49	3.728,83	6.494,66
900596	AR FREE COM EQ ELET	449052	-	-	-
900597	FFL	449052	14.552,00	14.552,00	-
900608	AR FREE COM EQ ELET	449052	8.778,00	8.778,00	-
900609	EUREXPRESS	339033	-	-	-
900610	EUREXPRESS	339033	-	-	-
900611	IBROWSE	339039	430.441,00	430.441,00	-
900645	PANIFICADORA HELENA	339030	3.196,00	3.196,00	-
900689	CONTIPLAN	339030	4.940,00	4.940,00	-
900771	ELYSEE VIAGENS LTDA	339033	36.791,37	15.949,95	20.841,42
900772	SEC POWER	339030	2.000,00	2.000,00	-
900806	LENOVO	449052	11.440,00	-	11.440,00
900845	IMPSAT LTDA	339039	-	-	-
900851	PLANSUL PLAN.CONSL	339037	-	-	-
900852	TRIVALE ADM. LTDA	339030	-	-	-
900853	TRIVALE ADM. LTDA	339039	-	-	-
900862	DLAM SOLUCOES	339030	6.930,00	-	6.930,00
900866	AGOST	339030	254,00	254,00	-
900873	RETIFICA CRICIUMA	339030	118,00	118,00	-
900874	RETIFICA CRICIUMA	339039	266,00	266,00	-
<b>Total</b>			<b>8.349.349,86</b>	<b>7.381.982,16</b>	<b>967.367,70</b>

## Execução Orçamentária da UG 200371 por Modalidade de Licitação

<b>Modalidade</b>	<b>Total Empenhado</b>	<b>Liquidado 2010</b>	<b>RAP</b>
Convite	114.227,58	45.691,03	68.536,55
Dispensa de Licitação	7.950,00	7.950,00	-
Não Aplicável	3.414.259,72	3.414.259,72	-
Suprimento de Fundos	290.303,40	290.303,40	-
Pregão	247.040,00	-	247.040,00
<b>Total</b>	<b>4.073.780,70</b>	<b>3.758.204,15</b>	<b>315.576,55</b>

<b>Modalidade</b>	<b>Número da NE</b>	<b>Credor</b>	<b>ND</b>	<b>Valor</b>	<b>Liquidado 2010</b>	<b>Inscrito RAP</b>
Convite	900177	ENTECCO ENGENHARIA	449051	114.227,58	45.691,03	68.536,55
Dispensa	900179	MACAN	449051	7.950,00	7.950,00	-
Não Aplicável	000008	SR/DPF/SC	339014	-	-	-
	400351	SR/DPF/SC	339014	15.723,40	15.723,40	-
	400363	SR/DPF/SC	339014	584.145,98	584.145,98	-
	400364	SR/DPF/SC	339014	2.793.453,34	2.793.453,34	-
	400370	SR/DPF/SC	339014	5.095,50	5.095,50	-
	400376	SR/DPF/SC	339036	15.841,50	15.841,50	-
Suprimento de Fundos	900001	EDUARDO CORBAL	339030	3.980,38	3.980,38	-
	900002	EDUARDO CORBAL	339039	5.990,00	5.990,00	-
	900003	RENATO PRADO	339030	-	-	-
	900004	RENATO PRADO	339039	-	-	-
	900005	FABIANA ELY	339030	-	-	-
	900006	SR/DPF/SC	339030	199,00	199,00	-
	900007	SR/DPF/SC	339036	6.601,00	6.601,00	-
	900008	ADRIANA VITALIS	339030	-	-	-
	900009	ADRIANA VITALIS	339039	-	-	-
	900010	RIGNO FILHO	339030	-	-	-
	900011	RIGNO FILHO	339039	-	-	-
	900013	VINICIUS CORREA	339030	4.000,00	4.000,00	-
	900014	VINICIUS CORREA	339039	4.000,00	4.000,00	-
	900015	SR/DPF/SC	339030	688,51	688,51	-
	900016	SR/DPF/SC	339036	1.250,00	1.250,00	-
	900017	SR/DPF/SC	339039	210,00	210,00	-
	900018	JORGE FROEDER	339030	1.580,00	1.580,00	-
	900019	JORGE FROEDER	339039	2.800,00	2.800,00	-
	900020	PAULO MATOS	339030	3.861,94	3.861,94	-
	900021	PAULO MATOS	339039	3.627,00	3.627,00	-
	900028	JULIO SARNESKI	339030	3.445,68	3.445,68	-
	900029	JULIO SARNESKI	339039	3.406,50	3.406,50	-
	900030	RIGNO FILHO	339030	142,52	142,52	-
	900031	SR/DPF/SC	339030	829,00	829,00	-
	900032	SR/DPF/SC	339036	503,00	503,00	-
900033	SR/DPF/SC	339039	1.493,00	1.493,00	-	
900034	SR/DPF/SC	339030	700,00	700,00	-	
900035	SR/DPF/SC	339036	9.000,00	9.000,00	-	

900036	ADRIANA VITALIS	339030	3.000,00	3.000,00	-
900037	ADRIANA VITALIS	339039	1.152,00	1.152,00	-
900038	DANIEL FERREIRA	339030	2.679,40	2.679,40	-
900039	DANIEL FERREIRA	339039	891,20	891,20	-
900040	LUIZA PORTO	339030	1.985,27	1.985,27	-
900041	LUIZA PORTO	339039	290,00	290,00	-
900042	ALEX PHILIPPI	339039	2.813,70	2.813,70	-
900043	EDUARDO CORBAL	339030	2.999,39	2.999,39	-
900044	EDUARDO CORBAL	339039	4.720,00	4.720,00	-
900045	SR/DPF/SC	339030	276,68	276,68	-
900046	SR/DPF/SC	339036	5.450,00	5.450,00	-
900047	SR/DPF/SC	339039	222,00	222,00	-
900048	SR/DPF/SC	339030	-	-	-
900049	SR/DPF/SC	339036	5.000,00	5.000,00	-
900050	SR/DPF/SC	339039	4.750,00	4.750,00	-
900051	SR/DPF/SC	449052	-	-	-
900052	DONIZETE FONSECA	339030	9.999,95	9.999,95	-
900053	DONIZETE FONSECA	339039	6.000,00	6.000,00	-
900056	SR/DPF/SC	339030	-	-	-
900057	SR/DPF/SC	339036	-	-	-
900058	SR/DPF/SC	339039	-	-	-
900059	SR/DPF/SC	339036	-	-	-
900060	SR/DPF/SC	339039	-	-	-
900061	SR/DPF/SC	339036	-	-	-
900062	SR/DPF/SC	339039	-	-	-
900063	DENILSON OLIVEIRA	339030	1.263,80	1.263,80	-
900064	DENILSON OLIVEIRA	339039	860,00	860,00	-
900065	EDUARDO CARDOSO	339030	2.410,37	2.410,37	-
900066	EDUARDO CARDOSO	339039	821,30	821,30	-
900067	HANDERSON KIKUIO	339030	2.231,30	2.231,30	-
900068	HANDERSON KIKUIO	339039	1.156,80	1.156,80	-
900069	ANTONIO MOREIRA	339030	-	-	-
900070	ANTONIO MOREIRA	339039	-	-	-
900071	ALEXANDRE RAUPP	339030	1.690,57	1.690,57	-
900072	ALEXANDRE RAUPP	339039	252,00	252,00	-
900073	ANFRISIO LADEIRA	339030	8.309,31	8.309,31	-
900074	ANFRISIO LADEIRA	339039	730,00	730,00	-
900075	ANA COUTO	339030	2.110,00	2.110,00	-
900076	ANA COUTO	339039	480,00	480,00	-
900077	ALFREDO ITO	339030	1.749,35	1.749,35	-
900078	ALFREDO ITO	339039	108,00	108,00	-
900079	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
900082	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
900083	SR/DPF/SC	339039	3.600,00	3.600,00	-
900086	SR/DPF/SC	339030	3.976,80	3.976,80	-
900087	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
900092	JORGE FROEDER	339030	3.999,15	3.999,15	-
900093	JORGE FROEDER	339039	3.982,47	3.982,47	-
900104	EDUARDO CORBAL	339030	5.000,00	5.000,00	-
900105	EDUARDO CORBAL	339039	2.998,87	2.998,87	-
900111	SR/DPF/SC	339030	752,90	752,90	-
900112	SR/DPF/SC	339039	2.200,00	2.200,00	-

	900127	AURELIO MACEDO	339030	5.977,50	5.977,50	-
	900128	AURELIO MACEDO	339039	1.130,00	1.130,00	-
	900129	VINICIUS CORREA	339030	970,00	970,00	-
	900130	VINICIUS CORREA	339039	3.000,00	3.000,00	-
	900134	MIRIAN SANTOS	339030	4.000,00	4.000,00	-
	900135	MIRIAN SANTOS	339039	2.631,34	2.631,34	-
	900140	JULIO SARNESKI	339030	2.264,37	2.264,37	-
	900141	JULIO SARNESKI	339039	2.449,00	2.449,00	-
	900149	EDUARDO CORBAL	339030	2.996,69	2.996,69	-
	900150	EDUARDO CORBAL	339039	3.785,58	3.785,58	-
	900153	SR/DPF/SC	339030	1.506,60	1.506,60	-
	900154	SR/DPF/SC	339036	5.000,00	5.000,00	-
	900155	SR/DPF/SC	339039	670,00	670,00	-
	900156	SR/DPF/SC	339036	10.000,00	10.000,00	-
	900157	SR/DPF/SC	339039	-	-	-
	900159	SR/DPF/SC	339039	3.000,00	3.000,00	-
	900160	SR/DPF/SC	339030	3.983,95	3.983,95	-
	900161	SR/DPF/SC	339036	8.000,00	8.000,00	-
	900162	SR/DPF/SC	339039	1.991,00	1.991,00	-
	900163	PAULO MATOS	339030	4.999,46	4.999,46	-
	900164	PAULO MATOS	339039	4.952,00	4.952,00	-
	900165	ALEXANDRE RAUPP	339030	-	-	-
	900167	ALEXANDRE RAUPP	339030	247,15	247,15	-
	900168	ALEXANDRE RAUPP	339039	1.199,60	1.199,60	-
	900169	CLAITON BUDTINGER	339030	-	-	-
	900170	CLAITON BUDTINGER	339039	-	-	-
	900181	JORGE FROEDER	339030	3.529,05	3.529,05	-
	900182	JORGE FROEDER	339039	3.000,00	3.000,00	-
	900185	EDUARDO CORBAL	339030	6.000,00	6.000,00	-
	900186	EDUARDO CORBAL	339039	5.800,00	5.800,00	-
	900187	SR/DPF/SC	339030	-	-	-
	900188	SR/DPF/SC	339036	12.000,00	12.000,00	-
	900189	SR/DPF/SC	339039	-	-	-
	900190	SR/DPF/SC	449052	-	-	-
Pregão	900204	QUALITAR LTDA TRIANGULO	449051	30.000,00	-	30.000,00
	900205	FLORESTAL TRIANGULO	449051	138.000,00	-	138.000,00
	900206	FLORESTAL	449051	18.590,00	-	18.590,00
	900207	PROVISIO	449051	60.450,00	-	60.450,00
<b>Total</b>				<b>4.073.780,70</b>	<b>3.758.204,15</b>	<b>315.576,55</b>

ANEXO V - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO REFERENTE AO ITEM I DA PARTE B  
DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS



SIADPO  
GMP 209

Memorando nº 67/2011 – SECONT/COF/DLOG/DPF

Em 09 de março de 2011.

Ao Senhor Ordenador de Despesas

Assunto: **Declaração do Contador Responsável**

1. Encaminho a Vossa Senhoria a declaração do contador responsável pelas Unidades Gestoras 200370 e 200371 – Superintendência Regional no Estado de SC - SR/DPF/SC, sobre as informações contábeis constantes do SIAFI.
2. A declaração foi emitida em consonância com a portaria TCU nº 277/2010 e deve subsidiar o preenchimento de demonstrativos do Relatório de Gestão, conforme orienta a referida norma.
3. Essa declaração substitui a apresentação das Demonstrações Contábeis, já que apresenta a situação das informações contábeis da Unidade Gestora.

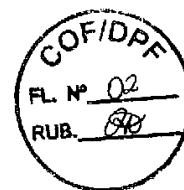
Respeitosamente,

  
**GLADSTON GUIMARÃES NAVES**  
Chefe do Serviço de Contabilidade

## 2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
SERVIÇO DE CONTABILIDADE



DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ): <b>SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SC - SR/DPF/SC</b>	Código da UG: <b>200370 - 200371</b>
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li> <li>- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e</li> <li>- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Brasília/DF	Data: 09/03/2011
Contador Responsável: <b>GLADSTON GUIMARAES NAVES</b>	CRC nº DF-12534/O-8



**ANEXO VI - RELAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE  
REFERENTE AO QUADRO II.C.2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010**

Nome da Unidade da instituição responsável pela execução do Programa ou Ação	Programa		Ação	
	Número	Título	Número	Título
SR/DPF/SC	0750	Administração da Unidade	2000	Apoio Administrativo
SR/DPF/SC	1453	Seg. Pública com Cidadania (PRONASCI)	20EV	Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas
SR/DPF/SC	1453	Seg. Pública com Cidadania (PRONASCI)	8375	Campanha Desarmamento
SR/DPF/SC	0089	Previd. de Inativos e Pensionistas da União	0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões
SR/DPF/SC	0087	Gestão da Política de. Previdência Social	0087	Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária
SR/DPF/SC	0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União
SR/DPF/SC	0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
SR/DPF/SC	0662	Prevenção e Repressão a Criminalidade	2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
SR/DPF/SC	1353	Modernização da Polícia Federal	8979	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal
SR/DPF/SC	1353	Modernização da Polícia Federal	8980	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal
Comentários do responsável:				
Notas:				
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Devem ser incluídos todos os programas e ações de responsabilidade da unidade, estabelecidos no PPA;</li> <li>2. A unidade deve se posicionar, no campo "Comentários do responsável" sobre a consistência dos dados dos Programas no SIGPLAN: Previsão física e financeira inicial, corrigida e realizada, % de execução, comentários gerais e demais informações requeridas no sistema.</li> </ol>				

Fonte: SIGPLAN